

Estrutura urbana do Estado do Rio de Janeiro - uma análise no tempo*

1 — O PORQUÊ DESTE ESTUDO — À GUIA DE INTRODUÇÃO

Haidine da Silva Barros Duarte

Nos países subdesenvolvidos de sistema capitalista o processo de urbanização e o sistema de cidades refletem as formas de crescimento econômico concentrado, onde a alocação dos investimentos vinculada à concentração do capital tem sido a força de auto-sustentação dessas economias. Nesse processo de formação econômica geram-se desequilíbrios sócio-econômicos setoriais e espaciais necessários à manutenção do próprio sistema capitalista.

Os desequilíbrios setoriais envolvem diferenças de desenvolvimento

entre o setor agrário e os setores urbanos da economia, favorecidos pelas inter-relações do sistema de produção. Cabe ressaltar que o setor industrial é o que mais se beneficia dos financiamentos e políticas oficiais e fluxos de capitais externos. Outra característica é o hiperdimensionamento do setor terciário e neste, de modo particular, a participação das atividades da administração pública. A distorção entre os setores da economia dos países subdesenvolvidos tem sido estudada por diversos cientistas sociais, entre eles Samir

* Tese submetida ao corpo docente da coordenação dos programas de pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de mestre em ciências (M.Sc.).

Amin que, examinando a evolução histórica das formações sociais do centro e da periferia, chama atenção para hipertrofia do terciário. O autor mostra que a resposta para este fenômeno está nas condições de integração das sociedades pré-capitalistas no seio do mercado capitalista internacional, integração que acarreta processos de marginalização e desequilíbrios não só dos setores como de espaços (Amin, S. 1976).

Os desequilíbrios espaciais são produtos da estratégia locacional dirigida pelas forças capitalistas, onde as grandes aglomerações beneficiadas pelas economias de escala e de aglomeração, tornam-se locais vantajosos à concentração de atividades produtivas vinculadas à concentração de capital. A presença de um sistema de cidades com diferentes níveis de equipamento urbano reforça os desequilíbrios, uma vez que impõe seleção na alocação dos investimentos, sendo a infra-estrutura urbana fator decisivo na localização daquelas atividades. Desse modo, o sistema de cidades deve ser entendido como integrante de uma estrutura espacial. Os elementos desse sistema — as cidades — refletem o modelo econômico implantado, sendo o processo de urbanização a projeção espacial do processo de desenvolvimento econômico e social ocorrido.

O espaço não se organiza aleatoriamente. A evolução do sistema de cidades correlaciona-se com o crescimento das forças produtivas, com a demanda de equipamentos e de serviços, bem como com as forças de organização política e institucional da sociedade. A procura por economias externas conduz a um processo de excessiva concentração espacial do capital. Quando este é escasso, como nos países subdesenvolvidos, julga-se multiplicá-lo fazendo-o usufruir de um máximo de economias externas. Resultado, o capital concen-

tra-se, espolia as fontes de recursos descentralizadas, congestionando os lugares por ele valorizados, mediante atração quase exclusiva dos fatores de trabalho.

A interdependência entre o processo de desenvolvimento econômico na formação dos sistemas urbanos e o efeito da estruturação destes sistemas no desenvolvimento econômico-social tem sido responsável pelo conflito estabelecido entre centralização e descentralização das atividades produtivas, marco fundamental do planejamento urbano e regional. De modo geral, o planejamento urbano tem se baseado em políticas que buscam a estruturação de um sistema de cidades a fim de promover a diminuição progressiva dos desequilíbrios existentes. No entanto, este objetivo tem sido perseguido por diretrizes e programas voltados para aplicação de medidas pontuais e casuísticas, sem interferir na estrutura social que eles refletem.

No Brasil, onde o processo de desenvolvimento econômico reproduz-se no espaço através da concentração das forças produtivas na Região Sudeste, que historicamente se constitui no centro dominante da estrutura espacial do País, as políticas de desenvolvimento mais recentes têm oscilado entre aquelas duas direções. Enquanto o PAEG — Plano de Ação Econômica do Governo Castello Branco — 1964/66 — volta-se para concentração espacial dos investimentos em áreas onde economias de escala e economias externas assegurem maior rentabilidade, o PED — Programa Estratégico de Desenvolvimento do Governo Costa e Silva — 1968/70 recomenda compatibilização entre concentração, através da estrutura vertical do desenvolvimento industrial no Centro-Sul e descentralização pela horizontalização que beneficia outros pólos regionais fora do Brasil SE. Estas diretrizes foram as mesmas que

orientaram a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND — 1970-74).

Já no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND — 1974-76) consta preocupação explícita pelos problemas urbanos causados pela excessiva concentração nas regiões-metropolitanas, sobretudo no Centro-Sul. O II PND enfatiza mecanismos de descentralização e a necessidade de criar e fortalecer novos pólos de descentralização, políticas estas que contradizem as necessidades de concentração, características do modelo vigente.

O debate entre centralização e descentralização não está restrito à escala nacional. O mesmo pode ser aplicado em diferentes unidades espaciais de uma região considerada como desenvolvida, como é o caso do Sudeste brasileiro. A supremacia de São Paulo, sobretudo de sua região metropolitana, tem sido sentida como causadora do “colonialismo interno”. Como diz Ianni, “como pólo de crescimento São Paulo menos difunde que atrai os benefícios da industrialização. Há uma espécie de colonialismo interno que os programas nacionais e regionais não puderam limitar” (Ianni, O., 1978, p. 33). Muito ligado a este debate de estrutura espacial com vistas a um desenvolvimento mais equilibrado está a fusão de duas unidades da federação.

O projeto de fusão entre Rio de Janeiro e Guanabara foi colocado entre outras justificativas como marco político de busca de equilíbrio entre diferentes espaços institucionais do País. A nível do novo estado, o crescimento da região metropolitana encarado como centro de dominação do espaço estadual e as distorções cada vez mais acentuadas entre esta unidade e o restante do território constituem-se no objeto real para definição e execução de uma estratégia de

desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro como um todo.

Este estado, como subunidade do espaço nacional, depende de decisões que se definem em esferas superiores. No entanto, o estado, como realidade institucional, dispõe de aparelho de controle de suas inter-relações próprias, não obstante suas vinculações com o todo. Como subespaço, objeto de decisões político-administrativas e privadas, o estado, em sua autonomia política, apóia-se no planejamento para controlar e dirigir o processo de desenvolvimento.

Uma vez implantado o aparelho administrativo do novo Estado do Rio de Janeiro, foi elaborado o Primeiro Plano de Desenvolvimento Estadual — I PLAN-RIO. O I PLAN-RIO prevê a descentralização espacial e urbana do desenvolvimento fluminense visando a corrigir os desequilíbrios que a estrutura do estado apresenta, caso persista o padrão de desenvolvimento fortemente concentrado na região metropolitana. A nova administração, iniciada em março de 1979, propõe-se, através de seu Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, a manter a política de desconcentração urbana, também preconizada pelo Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento, recentemente elaborado pelo Governo Federal.

Até que ponto as cidades do estado podem responder às proposições a que se propõe o planejamento estadual; em que medida o crescimento concentrado na região metropolitana tem afetado as cidades da periferia, são questões que se impõem. O planejamento estadual com base na compreensão do sistema urbano necessita, mesmo que a nível de identificação, do conhecimento das transformações estruturais com vistas à orientação de suas estratégias. Crescimento não significa mudança no processo social.

As cidades não são iguais. Desempenham diferentes funções na organização social de um espaço institucional. As cidades podem ser semelhantes em tamanho e função mas terem composição diferente.

Mudanças ocorridas na estrutura urbana, o processo pelo qual as cidades crescem e se desenvolvem, são elementos fundamentais para compreensão da natureza de um sistema espacial. Políticas de desenvolvimento urbano só podem ser deflagradas quando se dispõe do conhecimento do tipo da cidade quanto à estrutura, tamanho e grau de urbanização. Estudos cujas conclusões sirvam de base à implementação de tais políticas devem detectar, outrossim, cidades cujas funções satisfaçam apenas as demandas regionais e locais daquelas que desempenham papel de dominação no crescimento do sistema.

Assim, chega-se à proposição básica deste trabalho que é estudar um subsistema urbano, circunscrito a um espaço institucional, para discutir os problemas de urbanização concentrada em espaços desigualmente desenvolvidos de formação econômica capitalista. O objeto real de análise será o sistema de cidades do Estado do Rio de Janeiro e o modo pelo qual o processo social, consubstanciado pelo capitalismo periférico hegemônico, afeta a estrutura deste sistema espacial. Objetivamente, o estudo visa a detectar através do tempo o comportamento da estrutura urbana do Estado do Rio de Janeiro e até que ponto esta reflete mudanças das formas de crescimento econômico e social do estado. Não apenas a escala espacial é importante. A escala temporal torna-se fundamental na medida em que, sendo a estrutura urbana produto da organização econômica, social e política do País como um todo, cada momento histórico é

marcado por um perfil urbano, onde o desempenho das cidades varia dentro do sistema espacial. Só através das tendências e dos processos sociais identificados pode-se ter elementos para um planejamento, quando este passa a ter uma preocupação social.

O estudo a que se propõe não tem pretensão, ao nível do empírico, de compreender toda realidade estadual, mas sim pela análise de sua estrutura urbana, questionada no tempo, detectar mudanças possivelmente ocorridas, de modo a que estas possam orientar estratégias que visem a diminuir as disparidades espaciais existentes. A utilização de modelos simples no decorrer do trabalho pode gerar resultados analíticos de utilidade para o planejamento do território estadual. Seus resultados poderão, outrossim, contribuir como informações de relevância ao desenvolvimento de pesquisas adicionais de natureza teórica sobre problemas específicos, bem como apresenta-se indispensável ao prosseguimento de estudos particulares no campo urbano.

2 — OS PROPÓSITOS DO ESTUDO: ANÁLISE DE UM SISTEMA DE CIDADES NO TEMPO

Como foi mencionado na introdução deste estudo, só se pode compreender o sistema urbano como projeção da sociedade no espaço, onde seus agentes principais — os grupos sociais — refletem as relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas de seu processo de formação. Com base nesta premissa opta-se, como método de análise, pela perspectiva histórica para o entendimento da forma pela qual se estrutura o sistema urbano do Estado do Rio de Janeiro.

Retomando os conceitos de Castells “do ponto de vista social não há espaço senão espaço-tempo historicamente definido, um espaço construído, trabalhado, praticado por relações sociais” (M. Castells — 1977, p. 485). Para este autor o espaço do ponto de vista social é uma conjuntura, uma articulação de práticas históricas concretas e que a especificidade dos tipos de espaço corresponde ao modo de produção capitalista, caracterizada pelo desenvolvimento das forças produtivas.

A concentração dos investimentos produtivos gera transformações nas formas espaciais e necessidades de arranjos político-institucionais que afetam, sobretudo, o papel desempenhado pelas cidades em conjunturas históricas distintas. Desse modo, entende-se que, ao se apoiar na análise histórico-estrutural, explicam-se as mudanças ocorridas na estrutura urbana do Estado do Rio de Janeiro, em decorrência das mudanças ocorridas nas relações de produção, procurando não se afastar da visão globalizante do modo pelo qual a acumulação capitalista do País modela o sistema espacial.

Não se pretende fazer apenas uma análise histórico-estrutural. A prática em planejamento mostra a necessidade de dimensões empíricas dos elementos de um sistema para avaliação e tomada de decisão. Faz-se necessário estabelecer cortes no tempo, para que análises comparativas de estruturas espaciais em conjunturas sociais distintas constituam material empírico indispensável à compreensão do processo responsável pelas estruturas espaciais detectadas no tempo. Os elementos do sistema — as cidades — precisam ser dimensionados em seu tamanho, suas estruturas e em seu grau de urbanização no sistema. Estes atributos podem ser identificados por uma variável, ou por um conjunto de variáveis que, ao nível do empírico, refletem

o estágio em que cada elemento está no sistema e como este está no processo social.

Para isso, recorre-se à análise fatorial como técnica auxiliar para detectar algumas estruturas, mesmo conscientes de que esta técnica tem suas limitações. A análise fatorial é utilizada como meio e sua interpretação é feita com elementos da análise histórico-estrutural, tendo em vista que a urbanização é reflexo dos processos sociais e que estes acontecem no tempo e no espaço de formas diferentes.

Os dois cortes no tempo não são em si suficientes, marcam apenas, no espaço, um determinado momento do processo social. É a análise da situação nestes tempos que pode, tendo em vista a informação empírica, avaliar o desenrolar do processo, isto se ele se mantiver em suas características político-sociais.

O estabelecimento dos cortes no tempo com vistas à *cross-section* depara-se com problemas de ordem teórico-conceitual para se definir o marco de tempo empírico ou data cronológica a ser estabelecida. Trata-se de um problema não específico à historiografia geral, mas que atinge qualquer pesquisa social de bases históricas. Como assinala Limoeiro Cardoso, há na historiografia brasileira ausência de uma “periodização que se assuma na sua fecundidade e nos seus limites de descrição e explicação” (Cardoso M. Limoeiro — 1977, p. 1). Isso leva o pesquisador a fazer uma opção conceitual sobre seu marco histórico.

Há discordância entre os diferentes historiadores e cientistas políticos ao balizar na história econômica e social do País marcos precisos, e parece haver supremacia de uma periodização empírica calcada na História Política. Desta forma, diferentes autores, ao analisarem e tentarem periodizar o crescimento econômico do País, têm apelado para fatores políticos.

Entre outros, Ianni (Ianni, O. — 1978), ao analisar o desenvolvimento econômico brasileiro baseado no que ele chama de industrialização acelerada, faz apelo às políticas desenvolvimentistas de Vargas e Kubitschek para mostrar que a década de 50 constitui-se num marco referencial entre a industrialização nacionalista do período getulista e a fase implantada pelo Governo Kubitschek, baseada na dependência de capitais estrangeiros.

Fernando H. Cardoso, por sua vez, ao analisar o “modelo brasileiro” de desenvolvimento concentra-se nos aspectos sociais e políticos do processo. Salienta que “o crescimento econômico (inegável no caso brasileiro) não traz em si mesmo uma tendência à melhor distribuição de seus frutos. Estes distribuem-se de acordo com a capacidade de pressão dos distintos grupos sociais e com os modelos de participação política, que regulam aquela capacidade de pressão” (Cardoso, F. H. — 1975, p. 70).

Baseando-se nas colocações dos autores supramencionados, o estudo considera a década de 40 como marco empírico do avanço do capitalismo na Região Sudeste e o início da década de 50 como final da primeira fase do processo de substituição de importação, quando completa-se, no País, a linha de produção nacional de bens de consumo não duráveis. Assim, coloca-se 1950 como marco histórico do processo de crescimento, para o qual busca-se analisar a estrutura espacial do sistema de cidades fluminenses.

A escolha do ano de 1970 para a outra *cross-section* é explicada pelo início, no Brasil, de nova forma de crescimento apoiada no aumento das exportações. Como afirma Fernando Henrique Cardoso “esta nova fase da economia brasileira acarreta redefinição do antigo modelo exportador que passa a basear-se na produção associada a

capitais estrangeiros e na exportação de produtos industrializados” (Cardoso, F. H. — 1975, p. 48).

A análise da estrutura do sistema de cidades não é uma fotografia estática da situação nos dois anos enunciados. A situação de 1950 é constatada na interrupção de um processo que se originou com a própria fundação da cidade do Rio de Janeiro. O marco 1970, por sua vez, não interrompe a análise do sistema espacial centrado no sistema urbano, ela prossegue sem as constatações empíricas da análise fatorial, mas com outros modos de avaliação do processo decorrido nos últimos nove anos. Isto é de fundamental importância, pois modificações institucionais e conjunturais ocorreram nos últimos anos e que sem dúvida devem ter trazido transformações no sistema urbano e, por extensão, na estrutura espacial.

Não apenas a definição de diferentes espaços de tempo da história é fundamental para análise de um processo de estruturação de um espaço. A conceituação dos espaços considerados e os níveis e escalas de análise se apresentam como questões de postulação teórica e conceitual a serem consideradas (Lacoste, Y., sem data).

O primeiro problema diz respeito à definição do espaço que se constitui no universo da pesquisa. Tendo em vista que o Estado do Rio de Janeiro, como qualquer outra unidade, é um sistema aberto, seria conveniente estender a pesquisa aos centros periféricos localizados nos estados fronteiros, de vez que a posição geográfica e o desenvolvimento histórico de sua economia explica a integração de vários espaços à metrópole do Rio de Janeiro, ultrapassando seus limites político-administrativos. Por outro lado, a separação político-administrativa (1840-1975) entre o Município do Rio de Janeiro

(município neutro, Distrito Federal e Estado da Guanabara) e o Estado do Rio de Janeiro é marcada por distorções entre os níveis de desenvolvimento das duas unidades administrativas, não obstante, partes integrantes de mesma região geoeconômica — a Região Sudeste.

Desse modo, considera-se como área de estudo o sistema espacial correspondente ao atual Estado do Rio de Janeiro, assumindo todas as possíveis deformações que os modelos aplicados possam vir a confirmar as preocupações supramencionadas. Esta opção prende-se ao conceito de que o estado como unidade institucional, para implantação de políticas de planejamento e metas de desenvolvimento, só pode intervir em seu espaço político-administrativo.

Outro problema diz respeito ao nível de análise. Retoma-se aqui Y. Lacoste, quando afirma que no plano do conhecimento não existe um nível de análise privilegiado, sempre ocorrendo ocultação de fenômenos e de outras estruturas (Lacoste, Y. — sem data). O sistema de cidades do Estado do Rio de Janeiro, analisado como um todo, atingirá um nível de interpretação que poderá ocultar estruturas, escamoteando a realidade. Os mesmos fenômenos em escalas espaciais diferentes podem ser conceituados de modo diferente. Esta conceitualização do espaço em diferentes escalas não tem sido levada em consideração em políticas de planejamento regional e se constituem em problema fundamental de interpretação geográfica de um sistema de cidades.

Outro aspecto de ordem teórica relacionado aos diferentes níveis de análise é de que o todo não é o somatório das partes, daí ser necessário retirar do todo subspaços que poderão funcionar como categorias de análises.

Ao lado desses problemas de ordem teórica e conceitual, e complementando-os, surge o problema estatístico relativo à homogeneidade e heterogeneidade das distribuições a serem analisadas, sobretudo quanto à utilização de análises multivariadas.

Em decorrência dessas preocupações de ordem conceitual adotam-se três níveis de análise, constituídos por diferentes universos de pesquisa, respectivamente: o estado, como um todo, o estado sem a cidade do Rio de Janeiro e o estado sem a região metropolitana. Surge aqui o problema de definição do espaço metropolitano. O fato de o estudo considerar 1950 como marco de tempo não permite que se adote a atual área compreendida pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro conforme lei complementar n.º 20, de 1.º de julho de 1974, que inclui 14 municípios. Não obstante a inexistência de estudos específicos de delimitação da região metropolitana para 1950, o conhecimento acumulado adquirido permite estabelecer como região metropolitana a área compreendida pelos municípios de: Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, São Gonçalo e Nilópolis.

A análise das estruturas espaciais através dos três níveis de abordagem é elaborada para os dois momentos do tempo predeterminados e constituem, assim, a dimensão empírica que se entende como necessária ao conhecimento do processo de desenvolvimento do estado como um todo.

A análise a que se propõe o estudo encontra respaldo teórico em conceitualização do processo de desenvolvimento em sua dimensão espacial. As desigualdades encontradas nas análises das estruturas espaciais têm sido interpretadas segundo diferentes posturas teóricas, algumas das quais passíveis de dar conta do objeto real deste

estudo — o sistema de cidades do Estado do Rio de Janeiro.

Longe de pretender profunda discussão desses postulados conceituais e esgotar as teorias sobre o tema, o capítulo seguinte procura abordar as diferentes formulações buscando posicioná-las em seus acordos e/ou contradições.

3 — URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL — DIFERENTES ABORDAGENS TEÓRICO- CONCEITUAIS

Nas formações sociais onde domina o sistema capitalista, a produção e a disponibilidade da força de trabalho constituem a base da organização do espaço (Castells, M. 1977). As redes urbanas se estruturam em função do dinamismo do sistema econômico, social e político como um todo. Daí que os estudos dos sistemas de cidades, como sistema espacial, buscam apoio teórico nas formulações e conceituações do processo de desenvolvimento em sua dimensão espacial.

Contribuições à formulação de teorias de desenvolvimento econômico e regional têm ampliado a literatura específica nos últimos anos. Entretanto grande parte destas contribuições teóricas, quando explicitadas, não passam de generalizações que não podem ser qualificadas como teoria científica. Por outro lado, não existe ainda uma teoria que englobe todos os problemas do desenvolvimento sócio-econômico regional diferenciado.

A literatura disponível, na maior parte, é concernente ao desenvolvimento espacial das economias desenvolvidas, o que dificulta a transposição de seus fundamentos

teóricos às formações sociais em desenvolvimento. Nos países de economia desenvolvida a urbanização é paralela à industrialização e ao aumento da produção agrícola que, tendo sofrido transformações em suas estruturas, permite liberação de mão-de-obra, sem prejuízo da produtividade. Nos países em desenvolvimento, ao contrário, a agricultura, salvo poucas exceções, tem crescimento lento, perpetuando baixa produtividade e rentabilidade. Este fraco crescimento tem gerado forte emigração, explicada pelas estruturas sócio-econômicas do meio rural. A industrialização, quando não incipiente, ocorre numa fase mais avançada do capitalismo — capitalismo monopolista — que corresponde à aplicação intensiva de tecnologia, não atingindo um nível de criação de emprego capaz de absorver mão-de-obra regional.

Por sua vez, o emprego no setor terciário não acompanha o crescimento demográfico urbano. Desse modo, a urbanização desses países ocorre às expensas do processo de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer independentemente da industrialização. Por isso, o subdesenvolvimento não deve ser visto como etapa anterior intrínseca ao processo de desenvolvimento, mas sim como situação estrutural fruto de seus condicionantes econômicos e sociais.

Releva notar que a organização do espaço envolve grande complexidade de fatores, que dificulta a especificação de modelos conceituais para diferentes padrões espaciais de desenvolvimento. Não obstante, tentativas para se chegar a uma teoria do desenvolvimento espacial têm estimulado a elaboração de bases conceituais e metodológicas. Enquanto a maioria das formulações calcadas em estruturas desenvolvidas se voltam para a tendência ao equilíbrio geral, em sua dimensão espacial, outras surgem em oposição a seus conceitos

básicos. Neste caso incluem-se as formulações que procuram explicar a concentração geográfica em função do processo de crescimento econômico concentrado, que nos países de economia dependente não conduz à desconcentração espacial do sistema. Cabe ressaltar que isto não quer dizer que nos países desenvolvidos o processo de concentração não ocorra. Em verdade, enquanto nesses países a concentração se superpõe a um espaço organizado, que reflete a difusão do desenvolvimento, nos países subdesenvolvidos a concentração se opõe ao espaço periférico dependente e desestruturado.

Por outro lado, as formulações teóricas que, tomadas a partir de pontos de vista distintos, convergem para necessidade de se alcançar um desenvolvimento espacial equilibrado, admitem, outrossim, a implementação de políticas de ação com vistas ao desenvolvimento econômico e social regional.

Nelas os objetivos do desenvolvimento urbano se confundem com os objetivos do desenvolvimento regional, considerando as cidades pontos a partir dos quais os efeitos de fluência são transmitidos a cada região.

Brian Berry, ao abordar o papel das cidades no desenvolvimento econômico, parte das discussões entre duas correntes de pensadores: os “modernistas” e os “tradicionalistas”. Segundo ele, para os modernistas “é necessário a concentração contínua do crescimento econômico nas grandes cidades para obter economias de escala e acumular externalidades sob forma de custos indiretos e infraestrutura social e econômica, porque estas, por sua vez, são os pré-requisitos do crescimento subsequente, necessário para proporcionar os recursos exigidos para superar as deficiências sociais” (Berry, B. 1971 — p. 81).

Esta corrente de pensadores preconiza que, no estágio inicial de desenvolvimento, os sistemas urbanos, por via de regra, são caracterizados pela primazia, uma vez que são as grandes cidades que oferecem vantagens locais para aqueles que detêm o poder de decisão, se não também que são elas que dispõem de toda uma gama de serviços, economias externas, fluxos de capital, dentre outros condicionantes.

Segundo os “modernistas”, posteriormente ocorre a integração espacial através da difusão hierárquica produzida pelo mecanismo de “filtragem”, integração esta entendida como uma função da maturidade econômica. Os “tradicionalistas”, por sua vez, alegam que “a primazia das grandes cidades significa “superurbanização”, que leva a uma drenagem “parasítica” da vitalidade da sociedade e produz um estado contínuo de “hiperurbanização” que só pode ser combatido por estratégias de descentralização deliberada” (Berry, B. — 1971 — p. 51).

Sem fazer julgamento de valor da classificação dualística de Brian Berry, pode-se, entretanto, constatar que é a partir daquelas duas correntes que grande parte de planejadores e urbanistas parece ter chegado a um consenso quanto à formulação de políticas de desenvolvimento baseadas em programas de descentralização através da criação de centros de crescimento.

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise das diferentes maneiras de abordagens do conceito de urbanização e suas relações com o desenvolvimento regional, através de autores que, utilizando bases teóricas diferentes, trataram do tema. À guisa de advertência, observa-se que os autores selecionados o foram muito mais pela divulgação de seus estudos e a aplicação que tiveram em diferentes planos de ação de planejamento

do que pelas verdades e valores neles contidas.

Dentre as várias aplicações espaciais de teorias do equilíbrio geral, têm-se as formulações de Hirschman dirigidas para as desigualdades regionais do desenvolvimento como uma das mais utilizadas, sobretudo nos estudos de sistemas urbanos na América Latina. Hirschman acredita que o processo é necessariamente polarizado em seus primeiros estágios, concentrando-se em pontos de crescimento (Hirschman, A. O. — 1961).

Para ele o processo é comandado por dois tipos de forças: “efeitos de polarização” (*polarization*) e “efeitos fluentes” (*trickling down*). Enquanto os primeiros levam a um desenvolvimento cada vez mais acelerado da região mais desenvolvida, o que ocorre principalmente nos primeiros estágios de desenvolvimento, os segundos são responsáveis pela propagação dos benefícios deste desenvolvimento, das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, diminuindo os desequilíbrios criados entre as regiões.

Segundo Hirschman, podem existir obstáculos aos “efeitos fluentes”. Nestes casos, o desenvolvimento deve ser induzido a partir de políticas dirigidas. “Se as forças de mercado, expressas através dos efeitos fluentes e de polarização, resultam na vitória temporária dos últimos, a política econômica intervencionista entrará em cena para corrigir a situação. Realmente, a política econômica decerto terá uma influência decisiva no decorrer de todo o processo”. “A necessidade de emergência de pontos de desenvolvimento ou pólos de desenvolvimento, no curso do processo desenvolvimentista, indica que a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento. Assim, no sentido geográfico, o

desenvolvimento é necessariamente não equilibrado” (Hirschman, A. O. — 1961 — p. 276).

De acordo com as hipóteses de Hirschman, Williamson também admite nos primeiros estágios de desenvolvimento diferenças inter-regionais de renda *per capita*, e que através da mobilidade interna dos fatores se dará a eliminação do dualismo geográfico ou polarização espacial (Williamson, J. — 1977).

Para este autor, “em algum ponto do curso do desenvolvimento, algumas ou todas as tendências desequilibradoras diminuem, causando uma reversão do padrão de desigualdade inter-regional. Ao invés da divergência dos níveis inter-regionais de desenvolvimento, a convergência será preponderante, com as regiões atrasadas diminuindo o hiato de desenvolvimento entre elas e as áreas já industrializadas. O resultado esperado é que a descrição estatística da desigualdade regional tenha a forma de um “U” invertido, ao longo do curso do crescimento nacional, o momento histórico do máximo de desigualdade espacial é um tanto vago, e pode variar consideravelmente com a dotação de recursos e o ambiente institucional de cada nação em desenvolvimento” (Williamson, J. — 1977 — p. 62).

Outro autor, cujas formulações se voltam para tendência de equilíbrio espacial, é John Friedman. Quando analisa o caso da Venezuela, John Friedman (Friedman, J. — 1966) sugere que o desenvolvimento urbano-industrial se faz sentir dos centros maiores aos centros menores através do processo de transmissão do progresso, dando-se a interação do espaço econômico, um dos objetivos do desenvolvimento. O desenvolvimento de um sistema espacial deste tipo é realizado a partir das regiões “core” que organizam a dependência da “periferia” através de sistemas de abastecimento, distribui-

ção de bens e serviços e da administração. A “periferia”, por sua vez, se constitui em área de emigração demográfica e de capitais para a região “core”.

As proposições de Friedman, consubstanciadas em sua teoria do desenvolvimento polarizado (Friedman, J. — 1972), colocam o desenvolvimento como um processo descontínuo e cumulativo de inovação, vinculado às relações da “dependência-autoridade” que integram o centro e a periferia, em um sistema espacial.

A teoria “geral do crescimento polarizado”, de J. Friedman, apoiada no espaço concreto, caracteriza-se por sua amplitude, estendendo-se à estrutura institucional e cultural da sociedade. Friedman tem como propósito formular uma teoria de processo de desenvolvimento em sua dimensão espacial, através das relações entre as teorias de mudança social e de organização espacial. Para ele o desenvolvimento ocorre através de processos assíncronos, nos quais as forças inovativas aparecem ou são injetadas nas estruturas tradicionais preexistentes. O processo tem origem em reduzido número de pontos onde um elevado potencial de integração lhe confere os atributos necessários para se transformarem em “centros de mudanças” (região “core”). A partir destes centros dá-se o processo de difusão das inovações para áreas de menor interação potencial (“periferia”).

Friedman coloca as regiões “core” como subsistemas territorialmente organizados das sociedades que possuem alta capacidade para mudanças inovativas, e as regiões “periféricas” como subsistemas cujo desenvolvimento é determinado principalmente pelas instituições da região “core”, em relação às quais mantêm uma relação de dependência substancial. A probabilidade de inovação, colocada como função da probabili-

dade de trocas de informação no sistema, constitui-se em tendência que induz à difusão física das regiões “core” existentes, ao enfraquecimento de sua ordem hierárquica, ao aparecimento de novas regiões “core” na periferia, e à gradativa incorporação de grandes partes da periferia em um ou mais sistemas da “core”.

Friedman parte do princípio de que as condições favoráveis às inovações são encontradas no sistema de cidades. Admite a existência de uma correlação histórica entre o tamanho da cidade e a rápida urbanização de um lado, e a inovação de outro, e que a modernidade de todo o período é gerada em um meio urbano e difundido através do sistema urbano. Pressupõe que o processo de desenvolvimento conduz, através da difusão da modernização, a uma estrutura equilibrada da hierarquia de cidades. Admite, no entanto, que nem todos os sistemas urbanos dispõem das condições necessárias para as inovações. Suas proposições são aplicáveis somente em sistemas espaciais integrados (USA, Suécia e Alemanha Ocidental) onde o dualismo entre a “core” e a “periferia” é de pequena consequência. Nos países em processo de industrialização as relações de autoridade-dependência constituem para o autor condições fundamentais do desenvolvimento e, conseqüentemente, também de um crescimento econômico sustentado.

Considerando que a inovação se difunde pelo sistema de “filtração” (*filtering*) através da hierarquia urbana, dos centros maiores aos menores, a efetivação do processo de difusão depende da capacidade dos centros em incorporar inovações. Esta capacidade é função da organização empresarial e institucional da localidade, bem como de sua estrutura social.

As formulações propostas por Friedman e Hirschman, embora baseadas em pontos de vista dis-

tintos, consideram o sistema urbano como determinante do desenvolvimento regional. Nos países em desenvolvimento, no entanto, a propagação do desenvolvimento pelo processo de difusão tem sido questionada pela falta de evidências empíricas. Enquanto as concepções supramencionadas estão dirigidas diretamente para as desigualdades regionais do desenvolvimento, outras teorias foram concebidas vinculadas à noção de “pólos de crescimento”.

Os postulados destas teorias consideram que a descentralização e a desconcentração só ocorrem mediante intervenção no processo através de medidas indiretas impostas ao prosseguimento do processo espontâneo. Dentre essas medidas, a criação de “centros de crescimento” se apresenta como a mais aceita, e se apóiam em teorias sobre o processo de concentração econômica, pertencentes à escola francesa de economia espacial. Elas procuram explicar o papel dinâmico da cidade. Levam em conta as relações que existem entre a produtividade e especialização com o processo de urbanização. Sustentam que a consequência espacial da especialização é a concentração. Dessa forma, o desenvolvimento é a causa da concentração, ao mesmo tempo que o ritmo de crescimento da economia é determinado por novas tecnologias — produtividade crescente — que são geradas na cidade.

Para a escola francesa a política adotada para corrigir a polarização geográfica está ligada ao planejamento do setor industrial. Dentre seus principais representantes cita-se Perroux e seus seguidores cujas proposições são do tipo de equilíbrio geral. A importância crescente do conceito de “pólo de desenvolvimento” originalmente vinculado à definição de espaço econômico abstrato de F. Perroux é relacionado, posteriormente, ao sistema

de cidades por Boudeville (Boudeville, J. — 1972).

Para Perroux, um “pólo de desenvolvimento” é um vetor de forças econômicas, onde um conjunto de indústrias experimenta, num tempo determinado, taxas de crescimento maiores que as taxas de crescimento nacional do setor. O crescimento destas indústrias, por sua vez, geram e fazem crescer outras atividades econômicas e propaga benefícios do crescimento a suas áreas de influência, através dos sistemas de comunicações. Admite que o crescimento não surge simultaneamente em todo o conjunto da economia. A propagação é feita a partir dos “pontos ou pólos de crescimento” através de vias variáveis, com intensidades e efeitos diversos (Perroux, F. — 1975).

Perroux constata “efeitos de disparidades inter-regionais”. “Geograficamente concentrado, o pólo industrial transforma o seu meio geográfico imediato e, se tem poder para tanto, toda a estrutura da economia nacional em que se situa. Centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos e definidos chama a existência de outros centros de acumulação e concentração de meios humanos e capitais fixos definidos” (Perroux, F. — 1975 — p. 108). No entanto, o autor observa, posteriormente, que “existe hoje um conflito entre espaços econômicos de grandes unidades econômicas (empresas, indústrias, pólos) e os espaços politicamente organizados dos estados nacionais. Os primeiros não coincidem com os segundos, o seu crescimento depende das importações, exportações, centros de abastecimento e mercados exteriores ao território nacional” (Perroux, F. 1975 — p. 109). Desse modo, a teoria dos pólos de crescimento em países subdesenvolvidos deve ser encarada com vistas à situação de depen-

dência que caracteriza seu sistema de produção capitalista.

Contrárias a essas aplicações espaciais de teorias relativas à tendência de equilíbrio geral, se opõem formulações que dela se afastam ao contestarem seus fundamentos básicos. Trata-se de postulações voltadas para explicação do processo de concentração como intrínseco às economias de modo de produção capitalista, gerando contradições, não no sentido dualístico, mas no sentido globalizante de que a economia capitalista caracteriza-se por contradições econômicas e sociais, que não se reproduzem no espaço de modo equilibrado. Na realidade, o processo de crescimento não é contínuo nem homogêneo no espaço.

Primeiramente, colocam-se as contribuições de Myrdall, que formulou o mecanismo de causação circular cumulativa que vai de encontro à tendência natural de um equilíbrio inerente ao sistema social. Sua teoria nega o desaparecimento dos desequilíbrios regionais. "O sistema não se move espontaneamente entre forças na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição" (Myrdall, G. — 1965 — p. 34). Myrdall admite "efeitos regressivos" e "efeitos propulsores" que correspondem aos "efeitos de polarização" e "efeitos fluentes" de Hirschman. Os "efeitos regressivos" (*backwash effects*) consistem na atração exercida por uma região sobre outra, atração de fluxos de população e investimentos, como para localização de atividades comerciais, estabelecimentos de prestação de serviços, dentre outros. Os "efeitos propulsores" (*spread effects*), ao inverso, seriam a propagação do centro de expansão econômica para outras regiões, vinculada ao processo de acumulação de causação circular, função da demanda para seus produtos.

Para ela, os "efeitos propulsores" não contribuem para o estabelecimento de equilíbrio do sistema social, apesar de evidências empíricas mostrarem que os "efeitos propulsores" são funções do nível de desenvolvimento de um país, sendo mais fortes nos países mais ricos e mais fracos nos mais pobres.

No caso dos países subdesenvolvidos, o autor salienta a fraqueza dos "efeitos propulsores". O livre jogo de forças do mercado em países pobres funciona mais poderosamente no sentido de criar desigualdades regionais e de ampliar as existentes.

Ele reconhece, no entanto, que o processo pode ser sustado, que as desigualdades poderão ser corrigidas na medida em que se implementem políticas de integração nacional e/ou regional. Porém a necessidade crescente de recursos para aplicação destas políticas tende a acentuar o princípio de causação circular cumulativa. No caso específico dos países subdesenvolvidos, Myrdall salienta que a escassez de recursos leva à não canalização dos mesmos para as regiões menos favorecidas.

Hirschman considera a análise de Myrdall bastante depressiva. Chama atenção para o fato de Myrdall deixar de reconhecer o aparecimento dos pólos de desenvolvimento, bem como a inevitável diferença de desenvolvimento entre as regiões. Salienta, outrossim, que a preocupação de Myrdall "com o processo de causação cumulativa impede-o de ver a emergência das forças patentes que promovem sempre um circuito, uma vez que o movimento da polarização Norte-Sul¹, no âmbito de um país, prosiga por algum tempo" (Hirschman, A. — 1961 — p. 281).

Outros autores procuram explicar o processo de urbanização

¹ Para o autor, Norte é a região desenvolvida e Sul a menos desenvolvida.

concentrada, característica dos países subdesenvolvidos, sob formulações teóricas diferentes. Teorias de urbanização e de dependência constituem temas de discussão entre planejadores latino-americanos como resposta às visões globais de dependência econômica, desenvolvidas nos últimos vinte anos.

Para Castells, o espaço latino-americano é considerado como “a articulação das formas espaciais derivadas dos diferentes tipos de dominação que marcaram a histórica do continente” (Castells, M. — 1977 p. 61). A dependência política e econômica da América Latina aparece como principal elemento explicativo do comportamento social, bem como do processo de urbanização.

Tendo como ponto de partida teórica “a hipótese de que a relação entre sociedade e espaço (ou seja a urbanização) é função da organização particular dos modos de produção que coexistem historicamente (com predomínio de um deles) em uma formação social concreta, assim como da estruturação interna de cada um dos ditos modos de produção” (Castells, Manuel — 1977 — p. 54), o processo de urbanização da América Latina só pode ser entendido a partir da especificação histórica e regional do esquema geral de análise da urbanização dependente. “A urbanização na América Latina não é o reflexo de um processo de modernização, senão a expressão, a nível das relações sócio-espaciais, da acentuação das contradições sociais inerentes a seu modo de desenvolvimento, determinado por sua dependência específica dentro do sistema capitalista monopolista” (Castells, M. — 1977 — p. 78).

Para Castells, a urbanização dependente provoca uma concentração nas aglomerações dominantes, em geral nas capitais políticas, e uma distância considerável entre elas e o resto do país e a ruptura

ou inexistência de uma rede urbana de interdependência funcional no espaço. Na realidade, grande parte das cidades desempenham apenas funções predominantemente político-administrativas, comercialização do excedente agrícola e atendimento das necessidades mínimas da população, não tendo ainda o papel que lhes cabe como centros geradores de empregos e absorção dos fluxos migratórios, “dado que a migração para as cidades não responde a uma demanda de mão-de-obra, mas sim à busca de maior probabilidade de sobrevivência em um meio mais diversificado, o processo não pode deixar de ser acumulativo e desequilibrado” (Castells, M. — 1977 — p. 58).

Paul Singer, ao contestar Castells para quem a “dependência” é o principal fator das distorções da urbanização da América Latina, afirma que a urbanização latino-americana está correlacionada com o desenvolvimento das forças produtivas e de que “é preciso não assimilar os desníveis que se originam da superconcentração urbana aos que decorrem da concentração do capital” (Singer, P. — 1973 — p. 73).

Basicamente, discorda de se “imputar ao imperialismo as contradições do capitalismo em si”. “É preciso notar que a tendência à superconcentração urbana, entendida como concentração de atividades e de população em uma ou poucas unidades, em detrimento do resto da rede urbana, acima dos requisitos da tecnologia, é uma contradição que o capitalismo apresenta em países desenvolvidos tanto quanto em países subdesenvolvidos” (Singer, P. — 1973 — p. 74).

Para ele, o fato de a industrialização com máxima economia de capital tender a se concentrar num reduzido número de pólos urbanos não torna a rede urbana truncada e inarticulada. Para Singer, o que

se dá é o crescimento de algumas cidades e a decadência de outras, e que a “decadência de partes internas da rede urbana resulta da dinâmica do desenvolvimento capitalista das forças produtivas e nada tem a ver com uma desintegração da economia nacional em virtude da dependência do capital monopolista internacional” (Singer, P. — 1973 — p. 76).

Acredita-se que a história do desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos está ligada à diversos tipos e formas de dependência através das quais se organizam suas sociedades. Não se pode, em vista disso, separar a estrutura social, e sua projeção no espaço, da formação histórica e econômica.

O problema da dependência foi bastante explorado pelas formulações cepalinas sobre o subdesenvolvimento como etapa, colocam-no como parte simultânea do processo histórico de desenvolvimento. Dentre as principais contribuições dessa corrente de pensadores, cita-se Sunkel, para quem desenvolvimento e subdesenvolvimento são estruturas distintas, porém interdependentes e que a diferença entre ambas é dada pela capacidade endógena de crescimento das estruturas desenvolvidas (dominante) a qual se contrapõe o caráter induzido do crescimento subdesenvolvido (dependente). Superar o estado de dependência constitui-se, para Sunkel, no problema fundamental para o desenvolvimento de uma formação social subdesenvolvida (Sunkel, O. — 1971).

Nesse ponto concorda-se com Sunkel, tendo em vista serem indispensáveis mudanças estruturais para que o rompimento da dependência ocorra na realidade. Enquanto permanecerem as estruturas econômicas, sociais e políticas reinantes no continente latino-americano, o processo de expansão capitalista continuará dependente do exterior, especialmente no que

concerne ao crescimento do setor financeiro e de bens de produção. Tratando-se de setores de localização eminentemente urbana, as condições exigidas pelo modelo adotado conduzem cada vez mais à concentração urbana na medida em que o retorno imediato aos lucros encontra resposta no núcleo. Aceita-se, então, o conceito de que a urbanização dos países subdesenvolvidos é, de fato, dependente do processo de crescimento econômico concentrado, fruto da própria dinâmica do sistema capitalista em seu processo de acumulação de capital.

A decadência da economia agro-exportadora e a escassez de incentivos ao setor agrícola têm provocado expulsão da mão-de-obra no sentido rural-urbano, criando excedentes de mão-de-obra que reduzem sistematicamente o custo de reprodução da força de trabalho urbana. As forças produtivas concentram-se nos grandes centros urbanos. Na maioria das cidades a carência de infra-estrutura econômica e social e de mercado consumidor não atrai investimentos, não criando mercado de trabalho local. A migração rural-urbana é reforçada pela migração urbana-urbana. Fortifica-se a primazia urbana, aumenta a defasagem entre o núcleo e os demais centros, reforçando o modelo de crescimento urbano concentrado.

No processo de organização do espaço tem-se que considerar o papel do Estado. O Estado, como agente modelador de espaço, intervém em sua organização através da redistribuição de recursos e investimentos em infra-estrutura econômica e social. Como mostra Milton Santos (Santos, M. — 1979) o Estado age tanto como elemento de concentração quanto de dispersão. A concentração é realimentada pela concentração de infra-estruturas, suporte das estruturas monopolistas, enquanto a dispersão é favorecida pela implantação

de equipamentos sociais e distribuição de benefícios.

Segundo Milton Santos, o Estado, ao financiar os equipamentos coletivos, atua no processo de urbanização na medida em que assume os custos associados à reprodução da força de trabalho. No entanto, estando a reprodução da força de trabalho vinculada às exigências da reprodução do capital, assiste-se limitação do processo de dispersão.

Há constatações empíricas no que concerne à concentração de que a medida que o poder estatal reforça sua infra-estrutura de transporte, as cidades de nível inferior passam a se conectar diretamente com a metrópole, que tem sua hegemonia reforçada. Desse modo, as condições de acessibilidade adquirem maior importância superando as distâncias físicas. A melhoria das condições de acessibilidade aumenta a capacidade de competição da grande aglomeração em detrimento dos centros urbanos da periferia.

Como Milton Santos observa, a baixa integração do sistema de transportes condiciona a posição de comando dos centros regionais como polarizadores da produção e distribuidores de bens e serviços. O aumento de ligações com a metrópole assegura a distribuição direta da produção industrial nela concentrada, transformando os centros regionais em cidades intermediárias, ocorrendo mudanças no tipo de relações com a região circunvizinha. Graças à difusão da rede de transporte, as cidades regionais tem suas áreas de influência restringidas, independentemente da importância de sua população. "As cidades locais tem possibilidades limitadas de criar atividades modernas por causa do tamanho reduzido de seu mercado e também por causa do caráter monopolístico de certas atividades regionais de comércio cujo efeito sobre os preços reduz ainda mais

o número de consumidores. As cidades intermediárias não podem criar atividades modernas em relação à dimensão de seu mercado potencial, porque a atividade em questão já existe na metrópole, em condições que tornam a competição difícil senão impossível" (Santos, M. — 1979 — p. 262).

Concorda-se com Milton Santos em que a distribuição espacial das atividades modernas e as relações diretas entre as cidades do sistema com a metrópole resultam num desmantelamento da rede urbana em sua concepção tradicional. A tendência de concentração de atividades nos espaços metropolitanos limita as possibilidades de desenvolvimento das cidades da periferia.

Chega-se, neste ponto de teorização sobre urbanização e desenvolvimento, à concepção de que, na realidade, a concentração das forças produtivas gera um crescimento urbano em grandes regiões metropolitanas, conduzindo a desníveis cada vez mais acentuados da rede urbana. O distanciamento econômico, social e cultural entre o núcleo de concentração e o restante da rede de cidades conduz à analogia ao que Francisco de Oliveira admite ser o centro da teorização sobre região, isto é, a tendência de homogeneização monopolista do espaço econômico num sistema capitalista de produção. Num sistema econômico de base capitalista existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital" (Oliveira, F. — 1977 — p. 27).

Pode-se, também, considerar que se afastando do conceito de urbanização como fenômeno espontâneo, vê-la, através do processo histórico, como conduzida pelas forças produtivas e formas de produção. A tendência de concentração da produção permanece domi-

nante. Tem-se que considerar o poder político das firmas sobre o espaço. A fluidez necessária para que as firmas tenham lucros é oferecida pelo núcleo, sendo crescente a tendência de concentração. As cidades da periferia, atreladas ao desenvolvimento de acumulação de capital, se constituem em suporte ao consumo capitalista.

Cidades da periferia podem apresentar índices de crescimento que, quando analisados isoladamente do núcleo dominante, podem expressar transformações estruturais que conferem maior complexidade ao espaço periférico. Estes índices não pressupõem em si indícios de um processo de descentralização. Mudanças podem ocorrer acompanhadas pelo fortalecimento das estruturas dominantes. Quando se inclui o núcleo no objeto em análise, a aparente complexidade se dilui em face do extraordinário poder concentrador do processo produtivo. Dentro de um processo "espontâneo", a tendência é a de uma diferenciação funcional e social cada vez mais significativa entre o centro e a periferia.

Desse modo, chega-se à concepção de que num espaço fortemente polarizado por uma região metropolitana, o distanciamento entre o núcleo por ela representado e as cidades da periferia confere a estas um posicionamento caracterizado pela homogeneização.

Acredita-se que o padrão espacial, resultante do processo de crescimento econômico concentrado, dificilmente sofrerá mudanças dentro do sistema econômico vigente, mesmo que políticas deliberadas de descentralização sejam implantadas.

De fato, retomando-se as considerações de Myrdall, de que nos países em desenvolvimento a falta de recursos acentua a concentração, chega-se à conclusão de que tentativas de descentralização, através da promoção de centros

de crescimento, tendem a um redimensionamento do núcleo, bem como permite o crescimento concentrado em centros regionais favorecidos por condições de acessibilidade, sem que este crescimento se propague pelas cidades hierarquicamente a eles subordinados segundo uma estrutura hierárquica articulada. Isto porque, não havendo mudanças de estrutura, estes centros continuam cada vez mais dependentes dos núcleos.

Estas colocações de ordem teórica deverão ser constatadas ao nível do empírico quando se fizer a análise do sistema urbano do Estado do Rio de Janeiro. Para que isso seja feito deve-se lançar mão de uma metodologia operacional que dê conta dos propósitos e atenda as considerações teóricas. Uma opção deve ser feita ao nível operacional.

4 — A OPÇÃO OPERACIONAL — SUA JUSTIFICATIVA CONCEITUAL

A opção pelo emprego da análise fatorial num estudo que pretende dar conta da compreensão de um sistema urbano, dentro de um contexto em que o processo social é analisado em dois momentos do tempo, merece uma explicação quase que a nível de justificativa.

Os estudos das dimensões urbanas têm sido realizados segundo diferentes níveis de resolução. Sobre tudo nos Estados Unidos, tais estudos remontam à década de 1930, e seus resultados apresentam diferenciações, fruto das variáveis consideradas e das abordagens conceituais estabelecidas. Selecionouse estudos que tinham utilizado análises multivariadas como método operacional.

Berry e Horton (Berry, B. e Horton, F. B. — 1970) mostram, no capítulo "Dimensões Básicas do

Sistema Urbano”, a extensão dos estudos urbanos que passaram a considerar variáveis de maior alcance incluindo características sociais dos habitantes, bem como características físicas da estrutura urbana, partindo da concepção de que apenas o estudo das funções urbanas leva em conta um número limitado dos modos pelos quais as cidades variam. Chama atenção, outrossim, para o fato de que grupos de variáveis podem apresentar alta correlação entre si, permitindo o dimensionamento da variação entre as cidades. Estudos desta ordem só se tornam possíveis com o desenvolvimento das técnicas de processamento de dados, dos quais a análise multivariada tem na análise fatorial o tipo mais usado.

Dentre os estudos citados por Berry e Horton, o das cidades britânicas de Moser e Scott, bem como o das cidades indianas de Ahmad, apesar de não terem sido fundamentados em qualquer teoria ou testes de hipóteses, são análises empíricas que, através da análise fatorial, permitem identificar as dimensões básicas dos respectivos sistemas por eles considerados. Tais resultados empíricos são apontados como de grande relevância: de um lado, porque estudos dessa natureza constituem-se em valiosas contribuições para o conhecimento da estrutura de diferentes sistemas urbanos, como a partir de análises comparativas, chega-se a generalizações sobre o significado dos sistemas urbanos em diferentes tempos e lugares. Por outro lado, constituem-se em elementos básicos para estudos futuros que associem a base teórica aos resultados empíricos em determinada estrutura urbana.

O objetivo do estudo de Ahmad é dimensionar a variação do sistema urbano da Índia, de modo a compreender as diferenças e similaridades existentes entre suas aglomerações urbanas (Ahmad, A. — 1970). O modelo utilizado no de-

envolvimento do estudo é o dos componentes principais em decorrência das vantagens apontadas pelo autor, quais sejam, a necessidade de simplificar a multiplicidade de variáveis do contexto urbano, bem como a própria natureza multivariada do estudo de covariância das características econômicas, sociais e demográficas das cidades.

Como resultado da técnica aplicada por Ahmad, 10 componentes explicam 70% da variação de 102 cidades, onde são consideradas 62 variáveis. O autor compara estes resultados com os estudos das cidades inglesas e americanas, verificando que, enquanto no primeiro, quatro componentes principais explicam 60% da variação, no segundo, quatro fatores explicam 63%. Outrossim, é ressaltado no trabalho que, não obstante os diferentes estudos tenham levado em conta diferentes variáveis, grosso modo, alguns tipos de fatores aparecem com maior frequência: tamanho, conjunto de especializações econômicas, mudança de população, densidade e algumas características sociais, tais como a renda. Os 10 fatores supramencionados são utilizados como base para classificar as cidades indianas em subconjuntos.

Outro trabalho importante é o de Leslie King (King, L. 1970), sobre o sistema urbano canadense, cuja metodologia operacional adotada se assemelha a empregada no presente estudo. A grande contribuição do trabalho de King é que, a partir de um estudo de caso, procura, ao mesmo tempo, discutir os resultados empíricos das dimensões do sistema urbano canadense em dois tempos, 1951 e 1961 e focalizar esses resultados segundo algumas formulações teóricas sobre crescimento e desenvolvimento dos sistemas urbanos.

O modelo por ele apresentado, sobre a dimensão do sistema ur-

bano e suas mudanças através do tempo, é discutido segundo quatro pontos distintos. Primeiramente, enfoca o comportamento da dimensão urbana através do tempo, mostrando a contradição existente nas proposições de diferentes autores como Hadden e Borgatha, e Ahmad, que em seus documentos indicam uma estabilidade temporal dos sistemas urbanos por eles considerados, com conceitos relativos à dinâmica dos sistemas urbanos. Chama atenção para o fato de que, não obstante teorias neste campo de pesquisa não estejam ainda fortemente estruturadas, existe um corpo de generalizações sobre a não estabilidade da maioria dos sistemas urbanos, observando, sobretudo, a tendência do processo de metropolização de grande parte das sociedades modernas. Por outro lado, enfatiza a dependência existente, na maioria dos casos, entre as variações temporais da dimensão urbana em um sistema espacial e o processo de desenvolvimento.

Os três outros pontos discutidos por King estão vinculados à técnica da análise fatorial por ele utilizada para o estudo de 106 cidades canadenses. Dois pontos dizem respeito ao fato de que a dimensão urbana de um sistema pode acusar certa estabilidade através do tempo, muito embora os *scores* individuais das cidades variem, bem como os *loadings* das variáveis consideradas. Finalmente, o quarto aspecto do modelo é que no plano ortogonal o posicionamento dos centros urbanos pode definir grupos de cidades no espaço dimensional e que havendo transformações nas bases deste espaço, através do tempo, estes grupamentos também se modificam.

Brian Berry (Berry, B. — 1970) focaliza as dimensões do sistema urbano e suas relações como o desenvolvimento regional através de um estudo de caso, o Chile, fundamentando-se na teoria de John

Friedman sobre crescimento econômico. Este estudo do Chile é considerado pelo autor como importante contribuição aos estudos de dimensão urbana, senão também oportunidade de aplicação de estratégia de desenvolvimento através da definição de centros de crescimento num sistema espacial caracterizado por extrema centralização. Releva notar que a dimensão do sistema urbano chileno é avaliada através de análises cumulativas, considerando tempos diferentes, onde a análise fatorial é uma das técnicas utilizadas. Os resultados obtidos constataam, ao nível do empírico, estabilidade dimensional do sistema urbano.

Boudeville, ao apresentar estudos relativos ao processo de polarização (Boudeville, J. — 1972), cita o trabalho sobre desenvolvimento urbano da região de Ontário, nos U.S.A., elaborado por Gerald Hodge. Neste estudo o autor, através da análise fatorial (trinta e duas variáveis e oitenta cidades), procura determinar quais são as dimensões estruturais comuns a todas as aglomerações da região considerada, tendo em vista orientar uma política de crescimento. Os centros urbanos são considerados a chave do processo de polarização, sendo que os investimentos públicos devem ser orientados em função da estrutura das cidades.

Para o autor, desenvolvimento urbano previamente definido depende de fatores, em número limitado, cujos componentes forneçam meios de ação facilmente utilizáveis. Hodge aplica dois testes de análise de regressão múltipla, com a finalidade de saber em que medida a situação observada reflete o desempenho das diversas cidades, relativo a seu crescimento ou declínio, medidos em função das variáveis escolhidas. No primeiro faz associação entre três variáveis de crescimento e os sete fatores en-

contrados na análise fatorial. Este teste permite ao autor determinar se uma das três variáveis de crescimento está associada a um fator particular, e qual o nível da associação. No segundo teste associa a variável de renda familiar média com os sete fatores independentes. Segundo Boudeville, o método permite estabelecer fatores que fazem de determinadas cidades pólos de crescimento e de outras, centros de problemas a resolver, sem, no entanto, chegar a definir a conveniência ou não de intervir no processo.

Estudos de *cross-section* com aplicação de análise fatorial são realizados também para estrutura interna das cidades. É o caso do estudo de Haynes (Haynes, K. E. — 1971) que tem como objetivo mostrar mudanças espaciais na estrutura urbana da cidade de Montreal, através de uma *cross-validate* para dois tempos, 1961 e 1971. Considerando os mesmos atributos e as mesmas unidades de área para os dois tempos, o autor procura constatar mudanças na composição dos fatores e na configuração espacial dos atributos que produzem os *factor-scores*. Os resultados obtidos constataam uma não variação temporal na consistência interna dos fatores, como estabilidade na distribuição espacial destes fatores através do tempo. A validade da técnica é constatada pelos resultados estatísticos que coincidem com estudos empíricos anteriormente realizados.

Análise das dimensões básicas do sistema urbano brasileiro têm se restringido a um número relativamente reduzido de estudos e pesquisas.

Estudos realizados a nível nacional e/ou regional, pelo IBGE, tem identificado, através da técnica de análise fatorial, fatores que permitem diferenciar o sistema urbano quanto ao tamanho funcio-

nal, nível de urbanização, *status* econômico-social, infra-estrutura social e especialização funcional. Dentre estes destacam-se os trabalhos de Faissol (Faissol, S. 1971, 1972 e 1973) que, apoiados em métodos multivariados supramencionados, buscam uma interpretação do sistema urbano brasileiro e suas relações com o processo de desenvolvimento econômico, através do “modelo centro-periferia”. Constituem uma série de tentativas onde variam o número de unidades de observação (50, 99, 209, e 644 cidades) e as variáveis estudadas (30, 29, 59 e 30, respectivamente).

Segundo o autor, o sentido deste processo de pesquisa “é a procura de significado e de relações no sistema urbano, partindo de séries de cidades, representando unidades observacionais, modificadas em número e em tipos de agregações (com ou sem núcleos periféricos de natureza metropolitana ou quase metropolitana); de outro lado, as análises têm constituído tentativas de identificar variáveis relevantes à definição do processo de desenvolvimento, significado e relações ao mesmo tempo; por isso mesmo, cada análise representa uma nova visão do sistema, às vezes, por modificação nas colunas da matriz que o representa (tentativa de definir o processo por inter-relações entre variáveis), às vezes, por modificação nas linhas da matriz, para se poder observar se o processo definido pelas diferentes associações de variáveis tem validade em vários níveis de resolução do sistema; dizer isto seria definir o sistema por conjuntos de cidades diferentes, segundo critérios específicos, é claro, mas sempre com o propósito de identificar os traços relevantes do processo e as marcas que ele deixa na estrutura urbana do País” (Faissol, S. — 1972 — p. 19).

A nível regional, outros estudos foram realizados pelo IBGE

(IBGE, *Geografia do Brasil* — 1977). Trata-se de análises do sistema urbano de cada uma das cinco regiões brasileiras que, empregando a análise fatorial, chegam a uma interpretação das dimensões básicas de seus respectivos sistemas de cidades. Especialmente no caso das Regiões Sudeste, Nordeste e Sul estes estudos encontram seus fundamentos teóricos no “modelo centro-periferia”, a partir do qual procuram definir a estrutura espacial de seus sistemas.

Tentativas de comparação entre dois momentos do tempo aparece no estudo que considera as Áreas Metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre (Almeida, E. M. e Lima, O. M. B. — 1971). O objetivo deste estudo consiste na constatação de transformações no decorrer da década de 1950/60. A técnica utilizada é a análise fatorial que, feita para os dois períodos selecionados, leva em consideração as mesmas unidades de observação e as mesmas variáveis.

Assim, a análise fatorial tem sido bastante utilizada em estudos urbanos, em diferentes escalas, tanto em análises intra-urbanas como naqueles que consideram as cidades como unidades de observação dentro de um sistema quer nacional quer estadual ou regional. O periódico *Economic Geography*, volume 47, n.º 2 (suplement) June 1971, publicou uma lista de cerca de 352 estudos que utilizam vários modelos de análises fatorial e suas técnicas complementares.

A escolha da análise fatorial como técnica decorre não só da necessidade de simplificar a multiplicidade de variáveis do contexto urbano senão também da própria natureza multivariada do estudo de covariação das características econômicas, sociais e demográficas das cidades. Ela resulta da hipótese indutiva de uma não dependência preditiva entre as variáveis consideradas. Isto prende-se à constata-

ção do mundo real onde o tamanho de um centro urbano não está vinculado a uma estrutura interna proporcional e padronizada. Um centro urbano pode aumentar ou diminuir de tamanho sem alterar sua estrutura funcional, assim como um centro estacionário, em seu tamanho, pode apresentar mudanças estruturais. Outra justificativa para análise fatorial, talvez a mais importante, é que ela possibilita uma avaliação estrutural das unidades de observação através da composição dos fatores, isto é, como as variáveis se comportam dentro de cada fator.

Em essência, a análise fatorial tem como objetivo principal reduzir um número elevado de variáveis a um número menor de fatores que, por sua vez, se constituem nas dimensões básicas do sistema considerado. É através do comportamento dos fatores, segundo sua estrutura de relações, que se pretende constatar a existência ou não de variações do sistema urbano fluminense no período de 20 anos. Por outro lado, a adequação das análises estatísticas multivariadas aos sistemas espaciais advém da combinação entre as unidades de observação e os diferentes atributos destas unidades. Por isto, a técnica de análise fatorial tem-se destinado à definição de estruturas sócio-econômicas em suas dimensões espaciais.

Problemas conceituais básicos e implicações teóricas da utilização da técnica de análise fatorial têm sido amplamente discutidos por diferentes autores. Com o propósito “de mostrar como quantificar para melhor qualificar”, Racine (Racine, J.B., 1971) defende a utilização de técnicas de análise multivariada. Estas, partindo de correlações entre pares de variáveis de vários pontos de observação, permitem ligações múltiplas e diferenciais, bem como associações espaciais que não são perceptíveis através da observação empírica.

Apoiando-se nas idéias de A. Sauvy, de que a quantificação excita a imaginação criativa, provocando a pesquisa qualitativa que, por sua vez, conduz à elaboração de um sistema conceitual explicativo dos fatos observados, o autor leva-nos a adoção do uso de técnicas estatístico-matemáticas para constatação de fatos, cujo prosseguimento implica uma investigação qualitativa para confirmação ou não dos resultados obtidos.

Como enfatiza Faissol, “o problema da explicação está fora do contexto da análise fatorial. Ela estrutura os dados, organiza os padrões específicos determinados pelas relações entre os mesmos e estes padrões podem iluminar a explicação que procuramos. Mais facilmente ainda, quando sucessivas análises transversais e em diferentes níveis de generalização, e longitudinais em diferentes momentos do tempo, venham a mostrar seqüências repetitivas de padrões construídos de variáveis que, ao mesmo tempo, definam dimensões básicas e de outras que estabelecem relações de natureza estrutural ” (Faissol, S. — 1972 p. 37).

Porém, a análise fatorial pode fornecer explicação, como o autor afirma mais adiante, na medida em que sejam utilizadas variáveis de conteúdo explicativo e que estas confirmem as hipóteses lançadas. Além disso, cabe ressaltar que, embora a análise fatorial não seja um procedimento de teste de hipótese e sim uma dimensão descritiva, os *factors scores* podem ser usados ou como hipótese de influências causais ou como efeito cujas causas devem ser investigadas. Comumente, a análise fatorial tem sido justificada como uma geração de técnicas de hipóteses na ausência de um forte corpo de teoria (Rees, P. H. 1971).

Em verdade, a inferência metodológica da análise fatorial perma-

nece bastante discutível, mas, como o próprio Rees chama atenção, modelos operacionais têm sido criados e testados na tentativa de explicar e não apenas descrever. Por outro lado, existe um consenso entre os autores que tem empregado a análise fatorial, em seus estudos sobre estrutura dos sistemas urbanos, de que existe uma estreita vinculação entre tamanho da cidade, seu *status* sócio-econômico, bem como *status* familiar de suas populações, o que se constitui em mais uma justificativa na aplicação da técnica na presente pesquisa.

A opção quanto ao método operacional leva também a opções quanto a utilização dos resultados a serem obtidos. Parte-se do princípio de que a técnica não deve ser considerada no seu aspecto formal e seguida rigidamente sem opções de interpretação. Utilizar-se-á os resultados que possam atender aos propósitos do trabalho. Uma opção radical, diametralmente oposta em: ou adotar a análise fatorial, utilizando todos os passos de seus resultados até a análise dos *scores*, sem opções seletivas quanto aos resultados; ou não utilizá-la porque pode não dar conta da explicação dos problemas sociais ocorridos em um determinado sistema, não parece uma postura científica. Opta-se por uma posição intermediária, sem os formalismos do método pelo método, e sem uma postura, também a nosso ver, radical contra o método. Reafirma-se que se utiliza a análise fatorial como uma técnica, sobretudo multivariada, naquilo que possa atender aos objetivos do estudo. E entre esses, mostrar que, para intervenções em uma política de planejamento, dimensionar e classificar podem constituir elementos fundamentais para mudanças estruturais.

A opção quanto à técnica a ser utilizada leva, como decorrência metodológica, a outros conceitos e

opções operacionais, que são tratados a seguir.

a) Unidades de Observação:

Na definição das unidades de observação a existência de problemas de ordem prática obriga à decisões arbitrárias. A dificuldade de obtenção de dados estritamente relativos às cidades do sistema através de levantamentos estatísticos indiretos, leva a considerar dados, espacial e setorialmente, agregados. Os dados utilizados referem-se aos municípios. Este realmente é um obstáculo empírico, não conceitual, e sim operacional. A natureza dos dados, entretanto, por via de regra de localização urbana, permite, não obstante margem de erro, que os resultados obtidos não se afastem muito da realidade observada.

O conhecimento empírico sobre o território fluminense possibilita constatar que, com exceção de algumas sedes distritais, a maioria constitui-se em centros elementares, não equipados, intimamente ligados às atividades rurais. Ademais, a bibliografia referente aos estudos urbanos brasileiros revela que seus autores também adotam como unidades de observação os municípios, o que incentiva a adoção desta decisão.

O número de unidades de observação tem como base a malha municipal de 1950, porque de 1950 para 1970 verificam-se alterações nos limites administrativos de alguns municípios. As justificativas apóiam-se nas formulações estatísticas de que a agregação das informações é mais consistente do que a desagregação das mesmas.

As alterações são as seguintes:

1 — Barra Mansa e Volta Redonda: analisadas juntas não só porque, em 1950, Volta Redonda era um distrito de Barra Mansa, senão também porque atualmente

estas duas cidades acham-se interligadas em decorrência do processo de desenvolvimento econômico. A função industrial é a responsável por esta conurbação.

2 — Macaé e Conceição de Macabu: porque em 1950 Conceição de Macabu era distrito de Macaé. Com esta agregação, Macaé tem seus valores pouco elevados em 1970, tendo em vista que Conceição de Macabu é um centro pequeno que vive na dependência direta de Macaé, que se constitui no pólo regional.

3 — Itaperuna e Laje do Muriaé: Laje do Muriaé, em 1950, também era distrito de Itaperuna. Seu fraco desenvolvimento econômico não trouxe, praticamente, transformações no período dos vinte anos considerados.

4 — Barra do Pirai e Mendes: em 1950 Mendes pertencia ao município de Barra do Pirai. O pequeno crescimento urbano de Mendes, aliado a sua inexpressividade econômica, também não afeta sobremodo a análise proposta.

5 — Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e parte de Paracambi. Engenheiro Paulo de Frontin e Miguel Pereira foram desmembrados de Vassouras. Trata-se de municípios também de pequena representatividade na vida econômica e urbana do estado, enquadrando-se nas justificativas anteriores. No entanto, depara-se com o problema de Paracambi que foi constituído pela junção dos distritos de Taireté, que pertencia a Vassouras, e de Paracambi, que pertencia a Itaguaí. As variáveis, para 1970, são calculadas obedecendo aos seguinte critérios:

— no caso das variáveis relativas à população, atividades comerciais e de serviços, agrega-se $1/3$ dos valores de Paracambi aos de Vassouras e $2/3$ aos de Itaguaí. Percentual este baseado na propor-

ção da área e da população entre os distritos de Taireté e Paracambi, em 1960;

— no caso das variáveis relativas à atividade industrial, como esta atividade no município de Paracambi localiza-se em terras antes pertencentes a Itaguaí, seus valores são agregados a este município.

Desse modo, em vez de 64 unidades de observação, trabalha-se com 57. O mapa 1 indica a localização das cidades do estado.

b) Definição das Variáveis:

A escolha das variáveis é de fundamental importância, tendo em vista que a relevância dos resultados depende da consistência dos valores básicos utilizados como *inputs* da análise.

Como é do consenso geral, um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento de uma pesquisa é o da natureza dos dados, pela deficiência dos sistemas de informações, sobretudo no que diz respeito às séries estatísticas. Ao lado da necessidade de confiabilidade nas fontes de informações, existe o problema da adequação dos dados às hipóteses explicativas, fundamentadas nos modelos teóricos propostos. Muitas vezes, a disponibilidade de dados condiciona a seleção das variáveis.

A utilização de dados secundários disponíveis limita, sobretudo, a interpretação da realidade tratada. No entanto, ante ao impasse de não se concretizar o estudo por falta de informações mais próximas do real-concreto ou de se elaborar um estudo baseado em estatísticas oficiais, mas com sentido crítico, opta-se pela segunda posição.

Os dados utilizados são extraídos dos censos demográficos e econômicos do IBGE para 1950 e 1970; do *Anuário Estatístico* do antigo Departamento de Estatística do

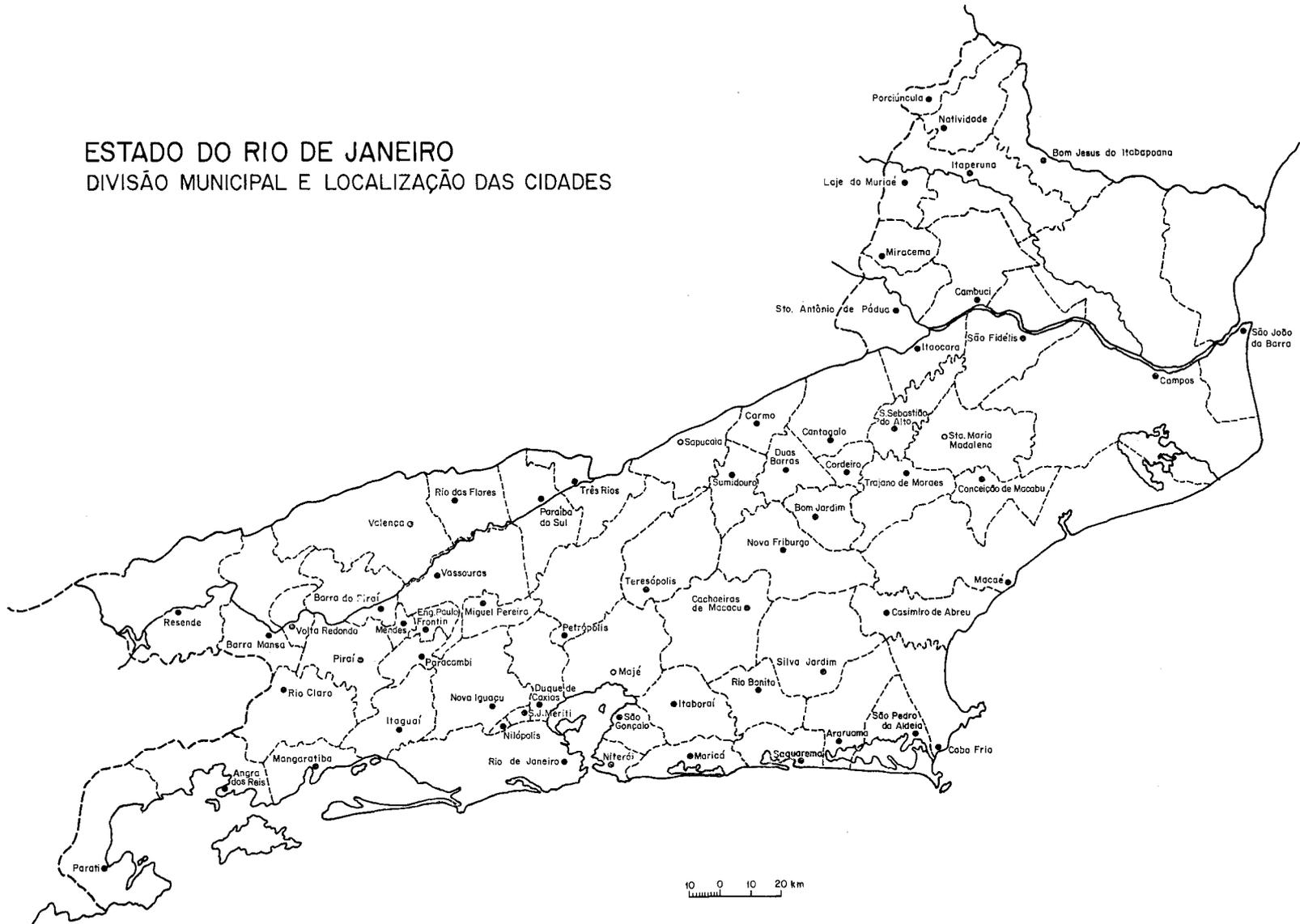
Estado do Rio de Janeiro, de 1953, bem como dados contidos nas *Informações Básicas*, IBGE, 1973.

No caso particular deste trabalho, teve-se que selecionar as mesmas variáveis para dois tempos, bem como para as mesmas unidades de área. Desse modo, deparou-se com várias dificuldades. Muitas variáveis possíveis de serem obtidas para períodos mais recentes não são disponíveis para 1950. Outra dificuldade decorre do próprio método adotado que pressupõe uma linearidade entre os dados, com variáveis representativas de 75% do universo observado. Tal premissa é exigida pelo método analítico para que a média não seja distorcida e o desvio-padrão fortemente elevado. Deixa-se com isto de se considerar variáveis que seriam fundamentais para uma avaliação mais adequada do sistema urbano.

Na seleção das variáveis tem-se que levar em consideração o que elas podem representar quanto aos conceitos da cidade no seu tamanho, nas suas funções e no seu posicionamento no sistema. Simultaneamente, devem expressar, num determinado momento do tempo, isto é, nos marcos 1950 e 1970, o estágio em que elas estão no processo. Com isso espera-se conseguir que a combinação de determinadas variáveis altamente correlacionadas possam representar processo de metropolização; cidades em posição periférica ao processo de crescimento econômico; a especialização que nem sempre significa importância quantitativa do setor de atividade econômica, mas sim como a cidade se caracteriza quanto ao seu aspecto estrutural na atividade econômica. As variáveis deverão representar os três setores da economia urbana: o industrial, o comercial e o de serviços. Entretanto, todos estes conceitos são limitados à disponibilidade das informações como já foi mencionado anteriormente.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIVISÃO MUNICIPAL E LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES



Após pesquisa nas diferentes fontes de material empírico, opta-se por variáveis que podem expressar o tamanho econômico ou funcional das cidades. A primeira variável, que expressa tamanho e o posicionamento das cidades no sistema, é a população urbana da cidade em relação à população urbana total do estado (variável n.º 1). Esta variável teoricamente deveria representar a massa de consumo numa postura isotrópica. É evidente que a demanda está relacionada com o perfil de renda da população, o que não é possível detectar com a primeira variável. Poderia-se obter dados de renda para 1970, mas a não disponibilidade dos mesmos para 1950 não permite utilizá-los na análise.

Dentro do mesmo enfoque são definidas variáveis que expressam o tamanho de cada atividade econômica no sistema, cada uma com diferentes participações. Estas variáveis podem transformar-se numa variável composta, isto é, um fator que expresse a concentração econômica de cada centro. Referem-se a variáveis de participação e a quocientes locacionais. As de participação são: participação do valor da produção industrial do município no total do estado (variável 3); participação da receita comercial do município no total do estado (variável 4); participação da receita dos serviços do município no total do estado (variável 5); participação do número de

agências bancárias municipais no total do estado (variável 6); participação no consumo de energia do município no consumo total do estado (variável 7). As de quociente locacional² são: quociente locacional dos estabelecimentos comerciais atacadistas (variável 8); quociente locacional das atividades industriais (variável 9) quociente locacional das atividades terciárias (variável 10).

A primeira vista poderiam parecer desnecessárias tantas variáveis de dimensão econômica, pois é evidente que dão altas correlações, por causa da cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana, em decorrência das economias de aglomeração. Entretanto, está-se lidando com um sistema de cidades que ocupa espaços de desenvolvimento desigual. Nestes espaços poderão não ocorrer economias de aglomeração. Cabe destacar, ainda, que o estudo leva em consideração três níveis espaciais de análise.

Na avaliação do grau de urbanização através do crescimento demográfico, as variáveis alternativas selecionadas são a taxa média anual de crescimento da população urbana (variável 2) e a participação da população urbana na população total do município (variável 11). Para esta avaliação considera-se, também, participação dos domicílios com água encanada no total de domicílios do município (variável 25); participação dos domicílios com iluminação elétrica

² O quociente locacional consiste na relação entre a participação de um setor de atividade do município e a participação desta unidade no total do estado. Se o valor do quociente for maior do que 1 significa que o município é mais importante, naquele setor, dentro do contexto estadual. Assim, foram calculados os coeficientes para o número de estabelecimentos comerciais atacadistas, por ser esta a única variável disponível para este tipo de comércio. No que concerne às atividades industriais e terciárias, o dado utilizado foi a população economicamente ativa. Não se levou em consideração os dados de pessoal ocupado porque não correspondem ao universo das atividades existentes, dada a não abrangência dos Censos Econômicos.

$$Q_L = \frac{x_i}{y_i} \div \frac{x_j}{y_j} \text{ onde,}$$

x_i = setor "n" de atividade do município i
 y_i = total de atividades do município i
 x_j = setor "n" de atividade do estado
 y_j = total de atividades do estado.

no total dos domicílios do município (variável 26).

As variáveis estruturais de características funcionais, econômicas e sociais são calculadas em relação ao universo do município. Quanto à estrutura funcional, utiliza-se como dado bruto o pessoal ocupado por setor de atividade econômica: participação do pessoal ocupado na indústria na população total do município de 15 anos e mais (variável 13); participação do pessoal ocupado no comércio na população total do município de 15 anos e mais (variável 14); participação do pessoal ocupado nos serviços na população total do município de 15 anos e mais (variável 15).

Ao nível do conhecimento da realidade brasileira, sabe-se que os centros de pequeno porte não têm importância quanto ao setor terciário, porque são pequenas localidades de baixa centralidade, bem como não têm importância quanto ao setor secundário. Estes centros encontram na administração pública sua absorção de mão-de-obra. Por outro lado, está-se lidando com duas sedes administrativas (1970) de nível estadual: Rio de Janeiro e Niterói. Em vista disto, quer-se avaliar a importância do setor administração pública nos centros urbanos, daí ter-se considerado a variável 12, que é a participação da população economicamente ativa na administração pública na população ativa total de 10 anos e mais do município.

A estrutura econômica é detectada sobretudo pelas variáveis relativas à receita do setor comercial e de serviços relacionadas com a população. Assim, tem-se: a receita *per capita* do comércio varejista (variável 16) e a receita *per capita* dos serviços (variável 17). Considera-se, outrossim, as variáveis veículos de carga por 1.000 hab. (va-

riável 23) e ônibus por 1.000 hab. (variável 24) para expressar a estrutura econômica.

Estas variáveis podem também definir o tamanho da cidade, isoladamente.

A estrutura social, que também pode ser conceituada como nível econômico da população, é dada por: médicos por 1.000 hab. (variável 21); profissionais liberais³ por 1.000 hab. (variável 22); participação de matrículas do ensino primário na população municipal de 5 a 14 anos (variável 27); participação da população com curso médio completo na população municipal de 15 anos e mais (variável 28); participação da população com curso superior completo na população municipal de 25 anos e mais (variável 29). Igualmente são considerados para definição do nível sócio-econômico automóveis por 1.000 hab. (variável 18); telefones por 1.000 hab. (variável 19) e leitos hospitalares por 1.000 hab. (variável 20).

As variáveis selecionadas, num total de vinte e nove, são calculadas para os dois momentos de tempo: 1950 e 1970, respeitando as mesmas unidades de observação. A relação completa das variáveis segue em anexo n.º 1.

c) As análises elaboradas

A técnica aplicada é a de análise fatorial. Como é de conhecimento amplo e generalizado, a análise fatorial se constitui num procedimento estatístico-matemático que, através do processamento de dados, pode realizar a comparação e correlação de grande número de atributos (variáveis) e de lugares (centros urbanos). "Através da fatorização de uma matriz de correlações ela identifica os aspectos da área que são altamente correla-

³ Como profissionais liberais consideram-se: dentistas, farmacêuticos, engenheiros, agrônomos e veterinários.

cionados entre si; e os agrupamentos formando um fator ou componente principal que constitui uma linha de variação espacial independente dos outros e, portanto, por definição, não correlacionado com os outros fatores que formam outras linhas de variação. Em cada fator ou componente principal, também denominado dimensão básica de variação, haverá um valor (*factor-score*) para cada um dos lugares considerados na análise. São estes valores que dimensionam os lugares em todos os fatores identificados. Cada lugar (cidades) terá tantos valores quantos forem os fatores ou dimensões básicas extraídas da análise fatorial (Galvão, M.V. e Faissol, Speridião — 1970 — p. 10).

São elaboradas seis análises, três para cada um dos dois momentos do tempo estabelecidos. Duas análises (1950 e 1970) compreendem todas as unidades de observação, isto é, o sistema urbano constituído por 57 cidades. Duas (1950 e 1970) excluem a cidade do Rio de Janeiro, com um sistema de 56 cidades. As outras duas levam em conta as cidades do estado sem a região metropolitana, num total de 50 unidades de observação.

O programa utilizado é o PROGRAMA FCTR1 do Statistical System, desenvolvido pela IBM para uso no computador IBM-1130. A parte de processamento dos dados é de responsabilidade do estatístico Henrique Gurvitz.

5 — DISTORÇÕES NO SISTEMA URBANO VISTAS NO TEMPO

Retomando-se as proposições básicas deste estudo, a problemática central formulada consiste na constatação de que o crescimento cumulativo metropolitano gera distorções na estrutura urbana, com hegemonia da cidade do Rio de Ja-

neiro e sua região metropolitana, sobre as demais cidades do sistema. Estas distorções são verificáveis através de estatísticas descritivas que, para 1950 e 1970, encontram na técnica da análise fatorial um dos meios de constatação. Para os demais marcos de tempo recorre-se a outras informações, à guisa de complementação.

Nesta constatação do processo de crescimento concentrado duas questões se colocam. De um lado, o porquê da concentração e sua persistência no tempo, contrariando os modelos de desenvolvimento com tendência ao equilíbrio espacial. De outro, até que ponto a concentração espacial e sua persistência temporal inibe o crescimento dos demais centros urbanos do estado, impedindo-os de atuar como pólos secundários, como as teorias de desenvolvimento espacial equilibrado preconizam.

A estas duas questões vinculam-se duas assertivas. A primeira de que a concentração deve-se a interesses do capital e do estado, que atuam, muitas vezes, de modo contraditório na estrutura espacial. A segunda, de que, a par da concentração, pode-se constatar diferenciações entre os demais centros urbanos quanto à estrutura, tamanho e grau de urbanização. Diferenciação esta explicada por forças espontâneas ou dirigidas de descentralização a partir da cidade do Rio de Janeiro ou por políticas deliberadas pelo poder de decisão meta-estadual.

5.1 — O Sistema Urbano entre 1950-1970

A análise comparativa entre os fatores extraídos das três análises para os dois anos já referidos permite detectar algumas variações ocorridas no sistema de cidades, em seu conjunto.

Quando se observa o quadro 1, correspondente à primeira aná-

lise,⁴ ou seja, a análise fatorial que considera o total de 57 cidades do sistema do Estado do Rio de Janeiro para 1950 e 1970, verifica-se que, para 1950, apenas quatro fatores são extraídos, contendo o primeiro fator 53,88% da variação total. Já na análise para 1970 são extraídos seis fatores, concentrando o primeiro fator 47,94%. Ao nível da constatação empírica pode-se supor a ocorrência de mudanças no transcurso de vinte anos sob investigação, pois em uma análise fatorial um maior número de fatores significa existência de estruturas mais variadas, se bem que os dois primeiros fatores das duas análises concentrem grande percentagem de explanação, respectivamente, 68,31% (1950) e 61,85% (1970), de um total de explicação da ordem de 82,11% (1950) e 84,36% (1970).

Os dois primeiros fatores de cada análise são definidos por variáveis de nível sócio-econômico, grau de urbanização e tamanho funcional, concentrando os atributos que diferenciam os elementos do sistema urbano. Cabe destacar que para definição dos fatores não se estabelece um corte de valor quantita-

QUADRO 1

Análise Fatorial com 57 cidades do Sistema Urbano no Estado do Rio de Janeiro

1950		1970	
Fatores	% de explanação	Fatores	% de explanação
I.....	53,88	I.....	47,94
II.....	14,43	II.....	13,91
III.....	6,58	III.....	8,70
IV.....	5,22	IV.....	6,41
		V.....	3,82
		VI.....	3,58
Explanação Total:	82,11	Explanação Total:	84,36

⁴ Para facilitar a explanação no texto considera-se como primeira análise o sistema urbano do Estado do Rio de Janeiro com 57 cidades. Como segunda análise o sistema urbano sem a cidade do Rio de Janeiro, isto é, com 56 cidades, e como terceira análise o sistema urbano sem a região metropolitana, constituído por um conjunto de 50 cidades.

QUADRO 2

Análise Fatorial com 56 cidades do Sistema Urbano do Estado do Rio de Janeiro (sem a cidade do Rio de Janeiro)

1950		1970	
Fatores	% de explanação	Fatores	% de explanação
I.....	53,41	I.....	44,58
II.....	10,94	II.....	11,96
III.....	6,28	III.....	10,29
IV.....	5,02	IV.....	5,26
V.....	4,15	V.....	4,19
		VI.....	3,90
		VII.....	3,47
Explanação Total:	79,80	Explanação Total:	83,64

QUADRO 3

Análise Fatorial com 50 cidades do Sistema Urbano do Estado do Rio de Janeiro (sem a Região Metropolitana)

1950		1970	
Fatores	% de explanação	Fatores	% de explanação
I.....	49,09	I.....	47,70
II.....	9,10	II.....	9,21
III.....	8,12	III.....	7,80
IV.....	5,98	IV.....	4,91
V.....	4,05	V.....	4,19
VI.....	3,69	VI.....	3,99
VII.....	3,46	VII.....	3,40
Explanação Total:	83,49	Explanação Total:	81,20

tivo para os coeficientes de correlação, optando-se por cortes definidos pela expressão conceitual de cada variável no fator.

Enquanto o primeiro fator, em 1950, é composto principalmente por variáveis de urbanização e nível econômico, em 1970, é o fator que congrega variáveis de tamanho. Em 1950 o fator definido por variáveis de tamanho funcional

ocupa a segunda posição (anexos 2 e 3). Isto pode levar a outra suposição de que cada vez mais ocorre concentração no sistema, sobretudo porque quando se recorre à matriz do peso dos fatores nos lugares (anexos 4 e 5) verifica-se que a cidade do Rio de Janeiro detém o maior peso, estando por demais defasada dos demais centros. No entanto, a maior quantidade de fatores, em 1970, levanta a possibilidade de que, apesar da concentração, se identifique variação no restante do sistema.

Dentre as variáveis que definem o fator tamanho funcional (anexos 2 e 3), seis registram correlações mais significativas, superiores a 0,95%. Releva notar que essas variáveis não figuram da composição do primeiro fator da análise de 1950, bem como do segundo fator, em 1970, o que pressupõe que o nível sócio-econômico das cidades fluminenses independe de seu tamanho funcional.

O terceiro fator da primeira análise expressa, tanto para 1950 como para 1970, a estrutura ocupacional da população economicamente ativa. Trata-se de um fator bipolarizado (anexos 2 e 3) que mostra a divisão social do trabalho nos centros urbanos, isto é, entre os centros com maior participação de população voltada para o setor industrial e os centros com maior população economicamente ativa trabalhando no terciário. Esta variável não expressa especialização nem dimensão da atividade industrial e terciária no sistema. Cabe notar que as duas variáveis de maior peso no fator não participam da composição dos outros dois fatores anteriormente mencionados, o que indica que a estrutura ocupacional da população independe do tamanho funcional e do nível econômico e social.

A segunda análise (quadro 2) ou a do sistema urbano sem a cidade do Rio de Janeiro, isto é, o sistema

com 56 cidades, permite detectar uma estrutura mais diversificada que a primeira, mesmo em 1950. Cinco fatores são obtidos para 1950, com explanação total da ordem de 79,9%. Dentre esses o primeiro fator explica 53,4%. Em 1970 sete fatores explicando 83,7% tem no primeiro fator 44,6% da explanação.

Em 1950 o acelerado processo de metropolização explica porque as variáveis de urbanização e de grau de urbanização se associam constituindo o fator, contribuindo para diferenciar o sistema (anexo 2). Ainda nesse fator se associam variáveis indicadoras da atividade de serviços. Pode-se, assim, observar que o processo de urbanização, em 1950, correlaciona-se mais às atividades de prestação de serviços do que às atividades produtivas.

Em 1970 o fator I caracteriza-se pela combinação de variáveis de nível sócio-econômico que se associam a algumas variáveis de tamanho, tamanho este relacionado às atividades terciárias e não à industrial. Ainda na segunda análise, e em 1970, já o setor industrial junto com o consumo de energia define o fator associado ao contingente de população urbana (anexo 3). Em 1950 o segundo fator reflete a divisão social do trabalho que, como já foi mencionado anteriormente, não subentende especialização. As variáveis que compõem este fator são as mesmas que definem o terceiro fator, em 1970, ainda na segunda análise.

A diversificação vista por maior número de fatores é mais acentuada na terceira análise (quadro 3). Nos dois anos obtém-se sete fatores. O primeiro com poder de explanação menor do que o das duas análises anteriores, sobretudo no que se refere a 1950. Tanto neste ano como em 1970 o primeiro fator compõem-se da correlação de variáveis que definem o nível sócio-econômico das cidades (anexos 2 e 3).

As variáveis de tamanho se associam na caracterização do terceiro fator, em 1950. Praticamente, as mesmas variáveis se associam para definir o segundo fator de 1970, denotando que ocorrem mudanças no tamanho funcional das cidades, mesmo quando o sistema é analisado sem o espaço metropolitano.

No que tange ao fator de estrutura da população economicamente ativa, este apresenta-se mais significativo em 1950. Cabe destacar que em todas as seis análises este fator tem a mesma composição, sendo definido pelas mesmas variáveis e independente dos demais fatores.

Observação de ordem mais ampla, referente a composição do fator I nas segunda e terceira análises para os anos de 1950 e 1970, leva a constatar que, em 1970, associam-se às variáveis de nível sócio-econômico, variáveis de tamanho funcional. Isto significa que o sistema de cidades, em 1950, era diferenciado apenas pelo nível sócio-econômico e pelo grau de urbanização. Já em 1970 o tamanho funcional passa a ter significação, tamanho este ligado às atividades de serviços. A nível empírico isto pode representar uma contestação aos conceitos do processo de urbanização vinculado ao processo de industrialização, tendo em vista que os centros, no sistema de cidades do Rio de Janeiro, parecem ter seu crescimento decorrente da atividade de prestação de serviços.

Pelo exposto, conclui-se que são os fatores supramencionados os de maior relevância para detectar as variações ocorridas entre 1950 e 1970 no sistema fluminense, não só pelo maior poder de explicação registrado mas também porque são os que aparecem nas seis análises como elementos discriminantes, permitindo inferir ocorrência de mudanças entre os dois momentos do tempo observados. Por outro lado, o número de fatores, o poder

de explanação de cada fator e sua composição remete às referências conceituais discutidas no segundo capítulo deste estudo, isto é, da necessidade de interpretações segundo escalas de análise diferentes, sobretudo para fins de planejamento quando este preconiza crescimento espacial menos desequilibrado.

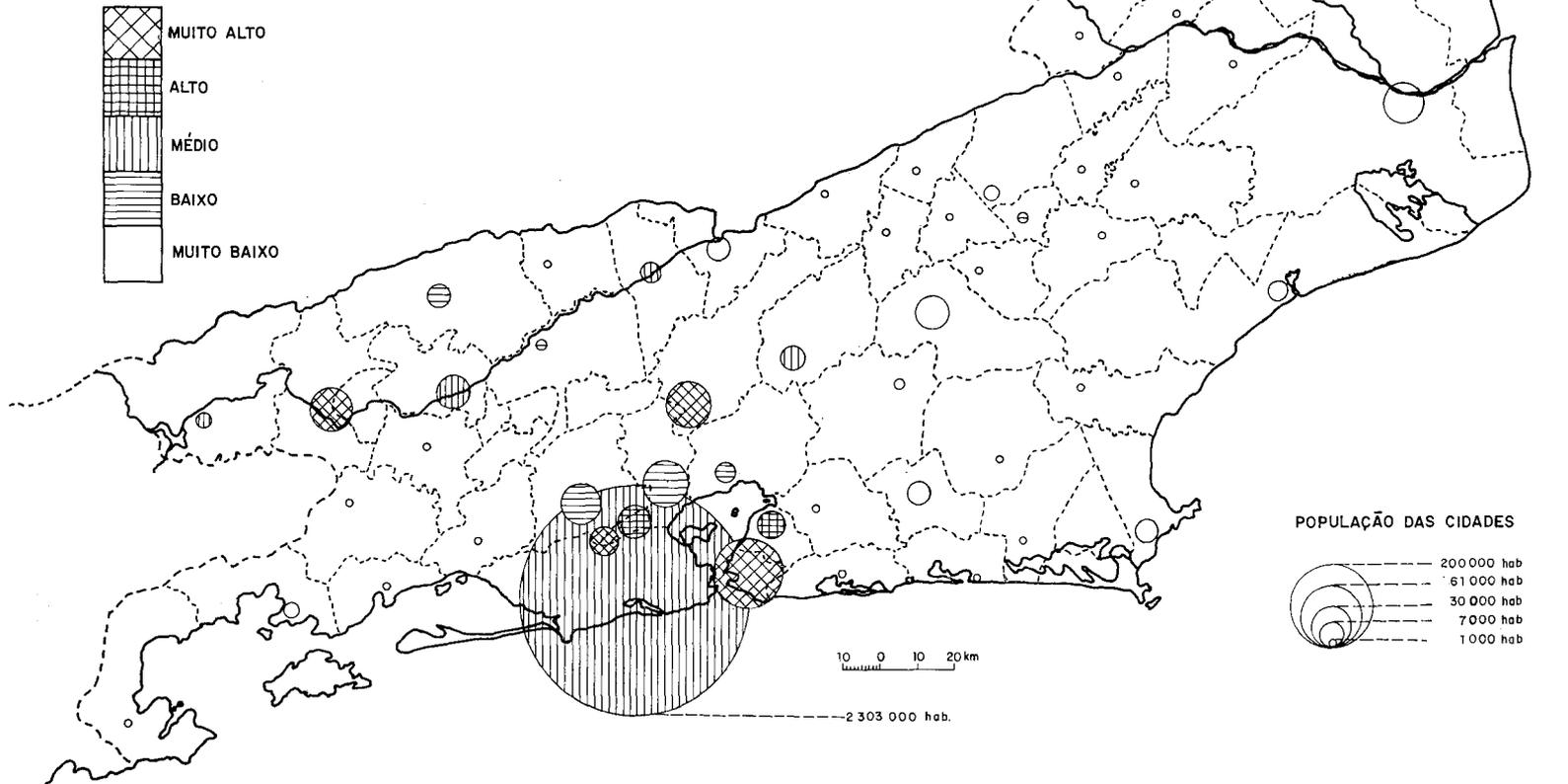
5.2 — O Sistema Urbano em 1950

A interpretação dos resultados das análises para 1950 permite inferir algumas características decorrentes dos processos sociais ocorridos no sistema urbano do Estado do Rio de Janeiro. Estas características estão associadas ao processo de crescimento econômico concentrado, gerando hegemonia da metrópole carioca não só em dimensões populacionais mas, sobretudo, em atividades econômicas.

Considerando o sistema como um todo, em 1950, é o fator I, da primeira análise, o elemento que permite caracterizar a estrutura nele dominante (mapa 2). Este fator define o grau de urbanização associado ao nível sócio-econômico (anexo 2). Dentre as dez cidades melhor posicionadas no fator, com exceção de Petrópolis, Barra Mansa — Volta Redonda, Teresópolis e Paraíba do Sul, as seis restantes pertencem à região metropolitana (anexo 4).

O conjunto metropolitano caracteriza-se, em 1950, pelo crescimento da periferia espacialmente contígua onde melhor se posicionam Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias. A ele integrado, mas sem contiguidade espacial, aparecem Niterói e São Gonçalo. Cabe referência a Nova Iguaçu que, em 1950, já em processo de integração, aparece no fator, em posição de menor grau de urbanização e nível sócio-econômico, não se incluindo entre as melhores colocadas.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 FATOR I - PRIMEIRA ANÁLISE - 1950
 GRAU DE URBANIZAÇÃO E NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO



Chama-se atenção, outrossim, para a posição da cidade do Rio de Janeiro. Seu posicionamento em décimo lugar é explicado, neste momento do tempo, pelo fato de já ter ultrapassado a fase inicial do processo de metropolização. Por outro lado, o menor nível sócio-econômico deve-se à composição social de sua população, da qual faz parte elevado contingente de população de baixa renda acrescida do desnível entre a massa demográfica e a insuficiente ampliação dos equipamentos de infra-estrutura e serviços urbanos.

O melhor posicionamento de Nilópolis deve-se, em especial, ao peso da variável participação da população urbana na população total do município, o que carrega bastante o fator para Nilópolis, onde 100% da sua população é urbana. Já a posição de Niterói é explicada pela função político-administrativa de capital do estado, que lhe confere razoável nível de equipamentos urbanos. Apesar de integrada ao espaço metropolitano, Niterói, sem dúvida, representa, na época, por seu equipamento funcional, importante centro de serviços para sua área de influência imediata.

Como pode-se constatar, o sistema, em 1950, apresenta como grande característica a expansão da metrópole que ultrapassa seus limites político-administrativos, observando áreas circunvizinhas, incorporando células urbanas da periferia, elaborando seu espaço metropolitano. O processo de metropolização é reafirmado pela segunda análise onde, sem a cidade do Rio de Janeiro, são as cidades de sua periferia que melhor se posicionam no fator I, definido, também, pelo grau de urbanização e nível sócio-econômico.

Nestas unidades metropolitanas a urbanização prende-se muito mais à função residencial do que ao crescimento de atividades produtivas. "O próprio crescimento in-

dustrial do Rio de Janeiro contribuiu para expansão de aglomerados fluminenses, pois abrigam, cada vez mais, trabalhadores que se deslocam diariamente por trem, por ônibus, ou barca, para a labuta na antiga capital federal" (GEIGER, P. 1963, p. 158). A hegemonia econômica da cidade do Rio de Janeiro faz-se sentir dentro do próprio espaço metropolitano. No que tange ao setor industrial, o Rio de Janeiro registra, em 1950, 203.300 pessoas ocupadas, distanciando-se sobremodo de Niterói com 14.500 pessoas, são Gonçalo com 6.500 e Nova Iguaçu com 3.000.

A outra grande característica do sistema urbano em 1950 é dada pelo segundo fator da primeira análise, que concentra variáveis de tamanho funcional (anexo 2). Nele a cidade do Rio de Janeiro discrimina o restante do sistema ocupando a primeira posição, com defasagem absoluta em relação às demais cidades. Seu distanciamento faz com que estas se apresentem indiferenciadas. Isto permite uma transposição para o sistema urbano fluminense das formulações teóricas expostas no terceiro capítulo, baseadas nos conceitos de Francisco de Oliveira. A concentração do capital em um determinado espaço — a metrópole carioca — conduz à homogeneização do espaço dominado — o restante do sistema urbano. Entende-se tamanho funcional como concentração das atividades produtivas, isto é, concentração do capital. A cidade do Rio de Janeiro com suas múltiplas funções adquiridas, sedimentadas e reproduzidas no tempo e no espaço, aparece, em 1950, com total hegemonia em relação ao espaço por ela comandado.

O espaço homogeneizado quando visto sem o elemento hegemônico — a metrópole — aparece com diferenciações que merecem ser identificadas. Retoma-se aqui o que já

foi discutido quanto à relevância de diferentes níveis de análises que permitem observar especificidades encobertas num sistema de distorções tão acentuadas. Daí ter-se optado pelos três níveis de análise.

As diferenciações entre os demais elementos do sistema — as cidades — ficam mais evidenciadas nas segunda e terceira análises. As cidades de Barra Mansa — Volta Redonda, Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo apresentam-se mais destacadas na segunda do que na primeira análise, onde o grau de urbanização e o nível sócio-econômico se constitui no fator de maior poder de explanação na variação do sistema. Outra diferenciação que merece destaque nesta segunda análise está relacionada às cidades de Niterói, Campos e Barra Mansa — Volta Redonda e é dada pela dimensão que define o seu tamanho funcional. Nela Niterói aparece como segunda cidade do estado, em tamanho, com distanciamento relativo das outras duas, terceira e quarta cidades, respectivamente. Abaixo de Barra Mansa — Volta Redonda merece ser mencionada, ainda, a posição de Petrópolis que figura como sexta cidade, vindo depois de São Gonçalo, que na análise aparece como quinta colocada em tamanho funcional. Nova Iguaçu e Duque de Caxias vem em sétimo e oitavo lugares, distanciando-se sobremodo das demais cidades, em 1950.

Diferenciações mais detalhadas aparecem na análise sem os centros da região metropolitana. Nesta as variáveis de nível sócio-econômico se associam às de estrutura funcional definindo um fator que dá a dimensão sócio-econômica dos centros de serviços (mapa 3). Nesse fator a posição dos centros como Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Três Rios leva a indagar o que essas cidades representam, em 1950, no sistema urbano do estado. É aí que se pode ver como a aglomeração Barra Mansa

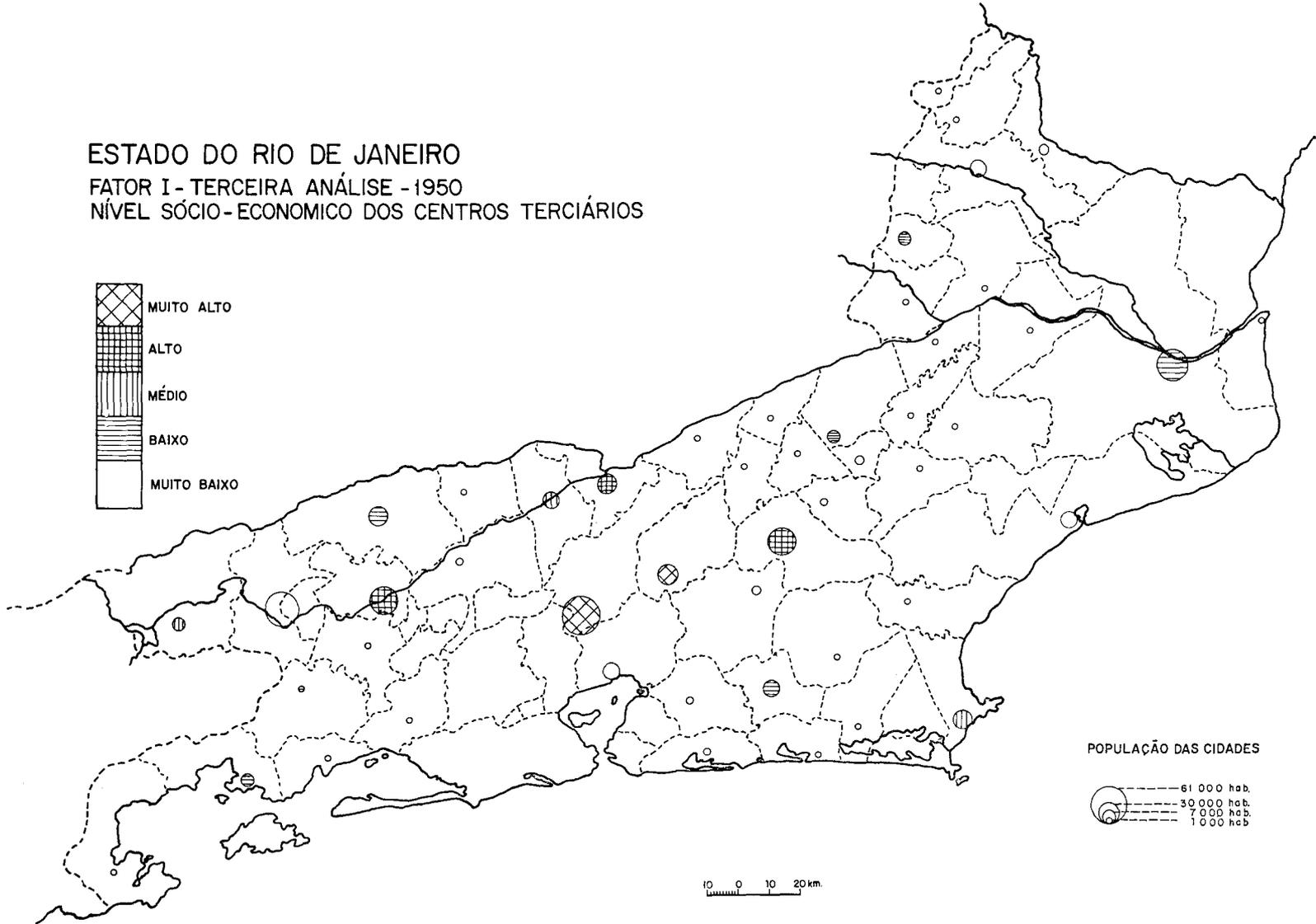
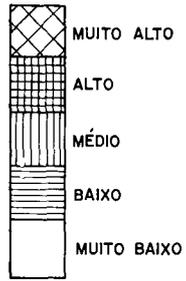
— Volta Redonda, apesar de seu grau de urbanização, melhor falando, seu crescimento demográfico e seu tamanho funcional dado pela atividade industrial, não tem expressão como centro de serviços, em 1950, apresentando baixo nível sócio-econômico.

Estas características levam a concluir que as cidades têm desempenho distinto no sistema, bem como ocupam posição hierárquica distinta. Entre elas, as diferenciações são dadas ou por serem centros de serviços, isto é, desempenharem papel de localidades centrais, ou por se constituírem em centros de atividades especiais quer no setor industrial quer na função de lazer e veraneio. As diferenciações detectadas podem ser explicadas muito mais por essas características do que pelo próprio posicionamento nos diferentes fatores das duas análises. As diferenciações, em 1950, são resultado da ação de diferentes fatores e agentes integrantes de processos que ocorrem no tempo. No entanto, procura-se aqui mostrar muito mais as atividades de cada cidade, nesse momento do tempo, do que explicar sua gênese.

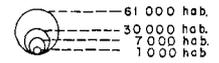
As três cidades serranas desde o início de seu desenvolvimento se vinculam à metrópole. Embora tivessem surgido como núcleos de colonização oficial, tiveram evolução diferente, cada uma das quais com laços de integração distintos em relação à cidade do Rio de Janeiro.

Em 1950, sem dúvida, Petrópolis (61.011 hab.) destaca-se entre as três, tendo seu crescimento vinculado à atividade industrial e à função de veraneio para a população carioca. O desenvolvimento industrial de Petrópolis “tomou impulso após a Primeira Guerra Mundial, mas já em 1920 23% da população ativa se ocupava no setor secundário. A maior parte dos capitais provém do Rio de Janeiro e as van-

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 FATOR I - TERCEIRA ANÁLISE - 1950
 NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DOS CENTROS TERCIÁRIOS



POPULAÇÃO DAS CIDADES



tagens locais consistiam nos salários mais baixos do que no Rio". (Geiger, P. 1963, p. 239). Segundo este autor, Petrópolis, em 1950, dispõe de um equipamento superior a seu nível hierárquico devido mais a sua função de veraneio, que atrai população rica da cidade do Rio de Janeiro, que nela possui propriedades para lazer.

Ainda ligada a uma urbanização significativa, mas sem tamanho funcional expressivo em 1950, tem-se Teresópolis e Nova Friburgo que crescem, também, como centros de veraneio, sendo que Nova Friburgo destaca-se mais pela atividade industrial. Nova Friburgo como centro da região serrana apresenta, em 1950, população urbana da ordem de 28.438 hab., enquanto que Teresópolis registra 14.650 habitantes urbanos.

Para Lysia Bernardes a indústria é o fator mais significativo de Nova Friburgo. Em seu estudo sobre esta cidade serrana, executado em 1951, a autora comenta que "Nova Friburgo assumiu este caráter de núcleo industrial, possuindo já seis fábricas têxteis, metalúrgicas e outros estabelecimentos" (Bernardes, L. 1958, p. 33). Chama atenção, também, para o fato de que a cidade, na época, estava se desenvolvendo em novas bases, a do veraneio, função da abertura de rodovias ligando-a a Niterói e Teresópolis. No entanto, como centro comercial, a cidade não se expandiu, sua função central mantinha-se limitada. De modo contraditório, se a rodovia propiciou a expansão do veraneio, de outro inibiu sua centralidade, pois os municípios a sua retaguarda passaram a se comunicar, diretamente, com Niterói e Rio de Janeiro.

Associado ao processo de industrialização induzido pelo poder do estado e relacionada à produção de bens de capital, está o crescimento da aglomeração Barra Mansa — Volta Redonda, que já em 1950 se

caracteriza pelo alto grau de urbanização e nível econômico, adquirindo tamanho funcional relativo. De função predominantemente industrial, o crescimento desta aglomeração é fruto do processo de industrialização da década de 40, quando aí se implanta a Companhia Siderúrgica Nacional, que passa a atrair para a área fluxos migratórios significativos, ao lado da implantação da infra-estrutura urbana.

Campos, em 1950, é a quarta cidade em população do estado, 61.633 hab. Seu posicionamento aparece apenas quanto ao tamanho funcional, na análise sem a cidade do Rio de Janeiro, como segunda cidade do estado depois de Niterói. A importância de Campos relaciona-se à função de centro de serviços da área agroindustrial açucareira do norte fluminense. Campos, em 1950, é um "centro de comunicações rodoviário e ferroviário, do qual partem linhas em direção de Vitória (via Cachoeiro), na direção de Itaperuna e daí, para trechos da Zona da Mata mineira, na direção de São Fidélis, por onde também se alcança territórios mineiros" (Geiger, P. 1963, página 234). Campos representa importante função de redistribuição de bens para todo o norte fluminense e mesmo para áreas exteriores a ele. Bens esses não só de consumo duráveis como de consumo freqüente (Bernardes, L.M.C. 1957). Além de sua influência "comercial em vasta região rica e populosa, tornou-se Campos um centro de cultura e educação de destaque" (Peçanha, E. 1941, p. 30).

O papel desempenhado por Campos, em 1950, no norte fluminense é colocado por Bernardes em seu trabalho. "Mantendo indiscutível supremacia desde o início de sua evolução, supremacia que o progresso das comunicações rodoviárias diretas com os numerosos pequenos núcleos de todo o norte fluminense veio reforçar, Campos é,

ainda hoje, o único centro importante em toda a região. Isolada, no passado, da região da Guanabara, tornou-se uma pequena capital regional, a cidade ímpar da "planície do solar e da senzala", intimamente ligada à zona rural, cujas atividades agrárias tiveram por penhor de prosperidade um solo de excepcional fertilidade. Sobrevinda a fase agroindustrial e o desenvolvimento das comunicações, sua evolução e sua preminência não se alteram, núcleos competidores não prevaleceram, e ela permanece a maior cidade fluminense, excetuadas algumas aglomerações satélites da capital federal" (Bernardes, L. 1957, p. 225).

Na realidade, em termos relativos, Campos permanece sendo a cidade de maior expressão no norte fluminense. No entanto, seu crescimento não foi dos mais significativos na década 1940-50, na qual sua população cresceu de 24,67%, crescimento este que parece não ter tido acompanhamento pela ampliação dos equipamentos urbanos.

No restante do sistema, em 1950, poucos centros se destacam, mesmo aqueles que tiveram papel significativos no processo de crescimento econômico no passado, como Vassouras no médio vale do Paraíba do Sul, Angra dos Reis e Parati, no litoral sul, e São João da Barra no norte fluminense, dentre outros.

Esse sistema urbano desequilibrado em sua estrutura pela primazia da cidade do Rio de Janeiro, consequência da concentração do crescimento econômico capitalista aí desenrolado, reflete-se nos desequilíbrios espaciais existentes nesse momento do tempo. O espaço metropolitano contrasta com as demais áreas pouco dinâmicas e mesmo deprimidas. Estas muito mais fornecedoras de mão-de-obra e produtos alimentares para o mercado urbano metropolitano do que espaços integrados ao crescimento concentrado na metrópole.

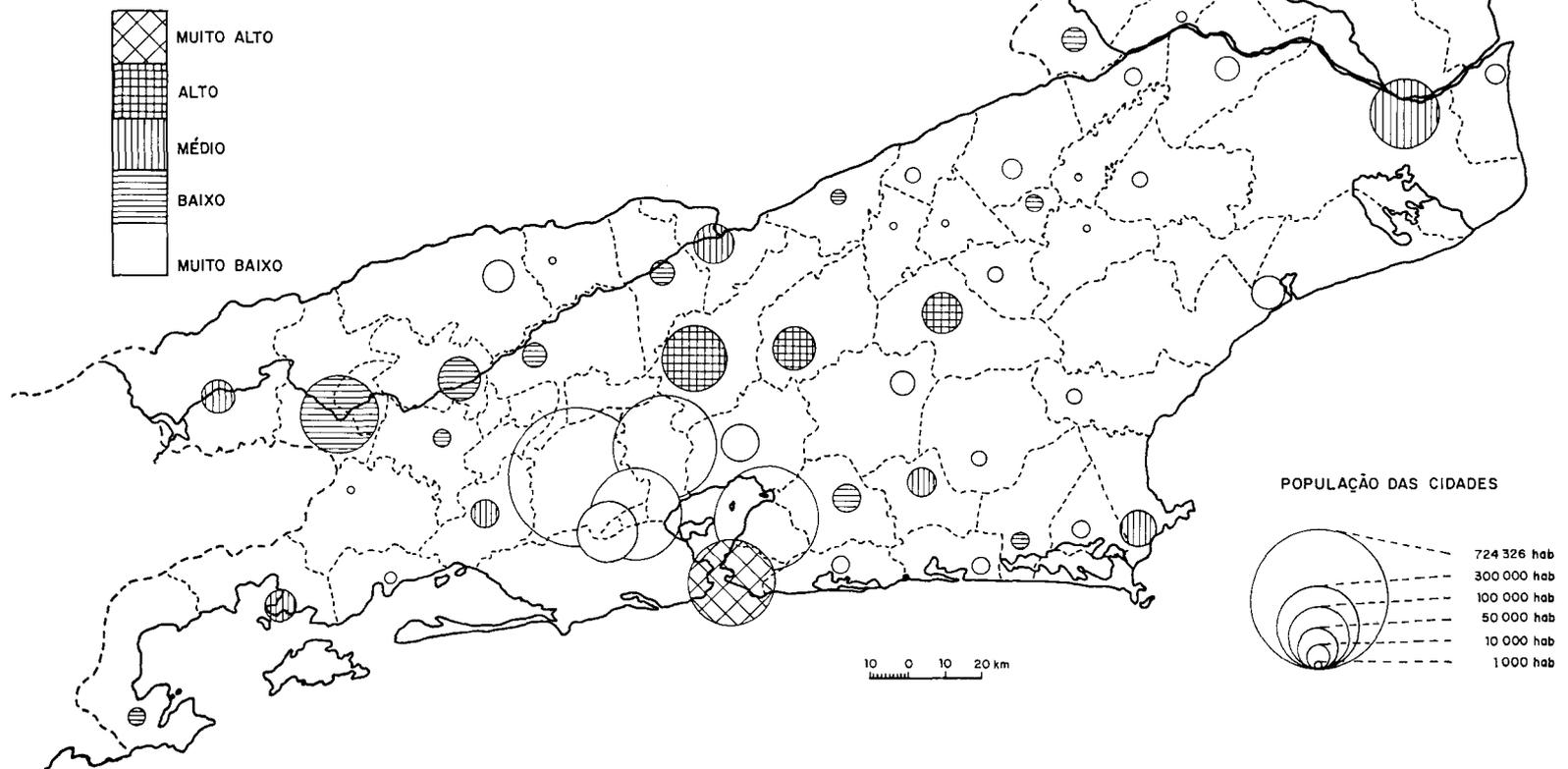
5.3 — O Sistema Urbano em 1970

O tamanho funcional é, em 1970, a dimensão básica que caracteriza o sistema urbano do Estado do Rio de Janeiro, pois o fator I da primeira análise explica 47,94% da variação total. Esta dimensão parece ter-se intensificado tendo em vista que, em 1950, o fator tamanho funcional aparece em segundo lugar com apenas 14,43% da explicação. A posição da cidade do Rio de Janeiro no fator I (anexo 5), com peso — 7,30 está, como em 1950, muito distanciada das demais cidades do sistema que, altamente discriminadas pela metrópole, não apresentam variabilidade, indicando uma acentuação dos processos sociais aí verificados. Mantém-se, em 1970, a situação já constatada em 1950, onde a hegemonia da metrópole faz do restante do sistema um espaço indiferenciado.

A identificação da variabilidade do restante do sistema quando se exclui a cidade do Rio de Janeiro permite constatar, entretanto, que ocorreram mudanças entre 1950-70. Mudanças que se fizeram sentir para melhor em alguns espaços, para pior em outros, ao lado de áreas que se mantiveram com as mesmas características de vinte anos antes.

Primeiramente, cabe destacar as áreas que sofreram mudanças para pior. Trata-se dos municípios da região metropolitana que, com exceção de Niterói, registraram muito baixo nível sócio-econômico no fator I da segunda análise (mapa 4). Isto é explicado pelo conteúdo sócio-econômico das populações que neles residem. A expansão do espaço metropolitano dá-se pelo crescimento de áreas ocupadas por classes populares, domínio dos assalariados. A valorização dos terrenos da zona urbana leva a transferência da população de baixa renda para a periferia da metrópole. "Em situações de subdesen-

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 FATOR I - SEGUNDA ANÁLISE - 1970
 NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO



volvimento, caracterizadas por estrutura de emprego inadequado, reduzida capacidade de investimento, desequilíbrio da renda e, por conseguinte, grande contingente de população com baixo poder aquisitivo, sem condições de arcar com o ônus da prestação de serviços ou reivindicar melhorias, tende haver déficit crônico, ou uso em excesso dos serviços e equipamentos urbanos, além de uma série de distorções na ocupação do espaço. Tal situação se agrava em face da falta de recursos de toda ordem de governos municipais, tradicionalmente os responsáveis pelo suprimento e regulamentação desses serviços (Brasileiro, Ana Maria. 1972, p. 124). O ciclo se estabelece na medida em que a deficiência de infra-estrutura e serviços urbanos não atrai investimentos, não tendo investimentos não há retorno, a região não se equipa, ficando cada vez mais relegada à população de baixa renda, exército industrial de reserva à disposição do capital.

De fato, ainda em 1970, os municípios da região metropolitana caracterizam-se como núcleos dormitórios de uma população que encontra na metrópole seu maior mercado de trabalho. Esta população representa elevado contingente, sobretudo a de Nova Iguaçu, São Gonçalo, Duque de Caxias e São João de Meriti que se posicionam como as cidades de maior volume populacional abaixo da cidade do Rio de Janeiro, ultrapassando Niterói que era a segunda cidade, em 1950. Nova Iguaçu, que em 1950 era a sexta cidade do sistema, passa ao segundo lugar em 1970, deslocando Niterói para o sexto lugar. São João de Meriti e São Gonçalo ultrapassam Campos que, de 4.º lugar, baixa para o 8.º lugar.

O crescimento demográfico dos centros urbanos metropolitanos não mantém ritmo constante, havendo oposição entre os núcleos já integrados à metrópole, onde o processo de metropolização já se fez sentir mais intensamente e os mu-

QUADRO 4

Região Metropolitana: Incremento Demográfico 1950-60 e 1960-70

MUNICÍPIOS (I)	POPULAÇÃO URBANA			INCREMENTO (%)	
	1950	1960	1970	1950-60	1960-70
Rio de Janeiro.....	2 303 063	3 223 408	4 251 918	39,96	31,91
Duque de Caxias.....	74 565	176 306	404 496	136,45	129,43
Itaboraí.....	4 544	9 451	14 072	107,99	48,89
Itaguaí.....	7 670	10 610	17 468	38,33	64,64
Majé.....	18 626	29 686	83 841	59,38	182,43
Mangaratiba.....	3 642	5 404	6 125	48,38	13,34
Maricá.....	2 084	2 502	6 500	20,06	159,79
Nilópolis.....	46 406	96 553	128 011	108,06	32,58
Niterói.....	171 198	229 025	292 180	33,78	37,58
Nova Iguaçu.....	77 783	257 516	724 326	231,07	181,27
Paracambi.....	—	—	22 149	—	205,75
São Gonçalo.....	101 780	195 872	430 271	92,45	119,67
São João de Meriti.....	76 462	191 734	302 394	150,76	57,72

FONTE: IBGE — Censos Demográficos 1950, 1960 e 1970.

(!) A não inclusão de Petrópolis no quadro prende-se ao tratamento dado a esta cidade no decorrer do estudo.

nicipios de localização mais periférica em fase de integração. A análise do quadro que se segue permite constatar que o crescimento dos municípios já integrados foi mais significativo entre 1950-60, com excessão de São Gonçalo. Nos demais municípios que atualmente fazem parte da região metropolitana o crescimento foi maior entre 1960-70, exceção de Mangaratiba cuja inclusão no conjunto metropolitano tem caráter prospectivo.

Não obstante a consolidação do núcleo da região metropolitana que apresenta menor ritmo de crescimento no conjunto do estado, esta região mantém-se como a mais representativa no processo de urbanização, apresentando um incremento de 50,35% entre 1960-70, só ultrapassado pelos municípios da região das baixadas litorâneas que apresentam um crescimento da população urbana da ordem de 72,10%, o que, em termos de massa populacional, em nada se compara com o da região metropolitana.

Quanto à estrutura econômica, o conjunto metropolitano do Rio de Janeiro apresenta características que o distingue de outras regiões metropolitanas, sobretudo com a grande São Paulo. Nele o tamanho funcional da cidade do Rio de Janeiro continua altamente discriminante. As cidades da região metropolitana, não obstante seu tamanho populacional, não se caracterizam, ainda em 1970, pela importância de seu tamanho funcional. Constata-se ausência de municípios altamente industriais como na região Região Metropolitana de São Paulo. O quadro abaixo permite constatar a posição da atividade industrial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1970.

O poder de concentração industrial na metrópole foi tema de estudo empírico realizado por Rosélia Piquet através do "Quociente de Deslocamento" para o período

QUADRO 5

Região Metropolitana: Valor da Produção Industrial — 1970

MUNICÍPIOS (1)	VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	%
Rio de Janeiro.....	9 897 470	56,50
Duque de Caxias.....	1 696 425	9,69
Itaboraí.....	34 232	0,19
Itaguaí.....	77 833	0,44
Mejé.....	114 598	0,65
Mangaratiba.....	298	0,00
Maricá.....	10 099	0,06
Nilópolis.....	41 180	0,24
Niterói.....	520 965	2,97
Nova Iguaçu.....	406 529	2,32
Paracambi.....	58 973	0,78
São Gonçalo.....	306 829	1,75
São João de Meriti.....	71 076	0,41

FONTE: IBGE — Censo Industrial — 1970

(1) A exclusão de Petrópolis tem a mesma justificativa do quadro anterior.

1960-70 que, segundo a autora, permite medir o grau de redistribuição espacial, a nível de gênero industrial, ocorrida entre duas ou mais regiões em certo espaço de tempo. Os resultados da pesquisa concluem que a metrópole do Rio de Janeiro manteve, em 1970, quase inalterado o alto grau de concentração da atividade industrial constatado em 1960, denotando insignificância dos deslocamentos espaciais (Piquet. R. P. 1976).

Cabe aqui referência especial a Niterói que, em 1970, é, dentre as cidades da região metropolitana, a única que acusa alto nível sócio-econômico (mapa 4). Como capital político-administrativa do antigo Estado do Rio de Janeiro, Niterói é fonte de emprego terciário, destacando-se por seu relativo equipamento funcional. Ponto de convergência de circulação, Niterói adquire posição como localidade central, atuando diretamente sobre uma porção significativa do estado. A ela se subordinam diretamente os municípios da região dos lagos e zona serrana, através de Nova Friburgo, que se constitui num

centro sub-regional, através do qual Niterói atua, em 1970, sobre Cordeiro e Cantagalo (IBGE, Regiões Funcionais Urbanas, 1972).

Mudanças para melhor ocorreram na região do médio Paraíba, onde o processo de industrialização trouxe modificações na estrutura urbana. A política de crescimento econômico estabelecida pelo Governo Federal, na década de 1940, através do esforço de industrialização, e a acessibilidade da área, através do eixo Rio—São Paulo, foram fatores capazes de estimular transformações sócio-econômicas na área. Os mecanismos do processo de crescimento atuando no tempo e no espaço afetam o posicionamento das cidades. Em 1950, apenas Barra Mansa e a nascente Volta Redonda, aqui considerada como uma aglomeração, apresentam certa importância econômica na região. Em 1970, Resende, Barra do Piraí e Três Rios apresentam-se, no fator I da terceira análise, com nível sócio-econômico elevado, superior ao de Barra Mansa, Volta Redonda (mapa 5). Isto encontra explicação no crescimento demográfico da aglomeração. É o que, em geral, ocorre nas cidades de tamanho funcional significativo, onde o nível sócio-econômico baixo se verifica porque as variáveis medidas em relação à população denotam que os equipamentos se mantêm inferiores à quantidade de população.

No entanto, através do fator II dessa terceira análise, que dá a dimensão tamanho funcional, a aglomeração Barra Mansa—Volta Redonda destaca-se distanciando-se bem de Campos, o segundo centro no fator, invertendo a posição de 1950.

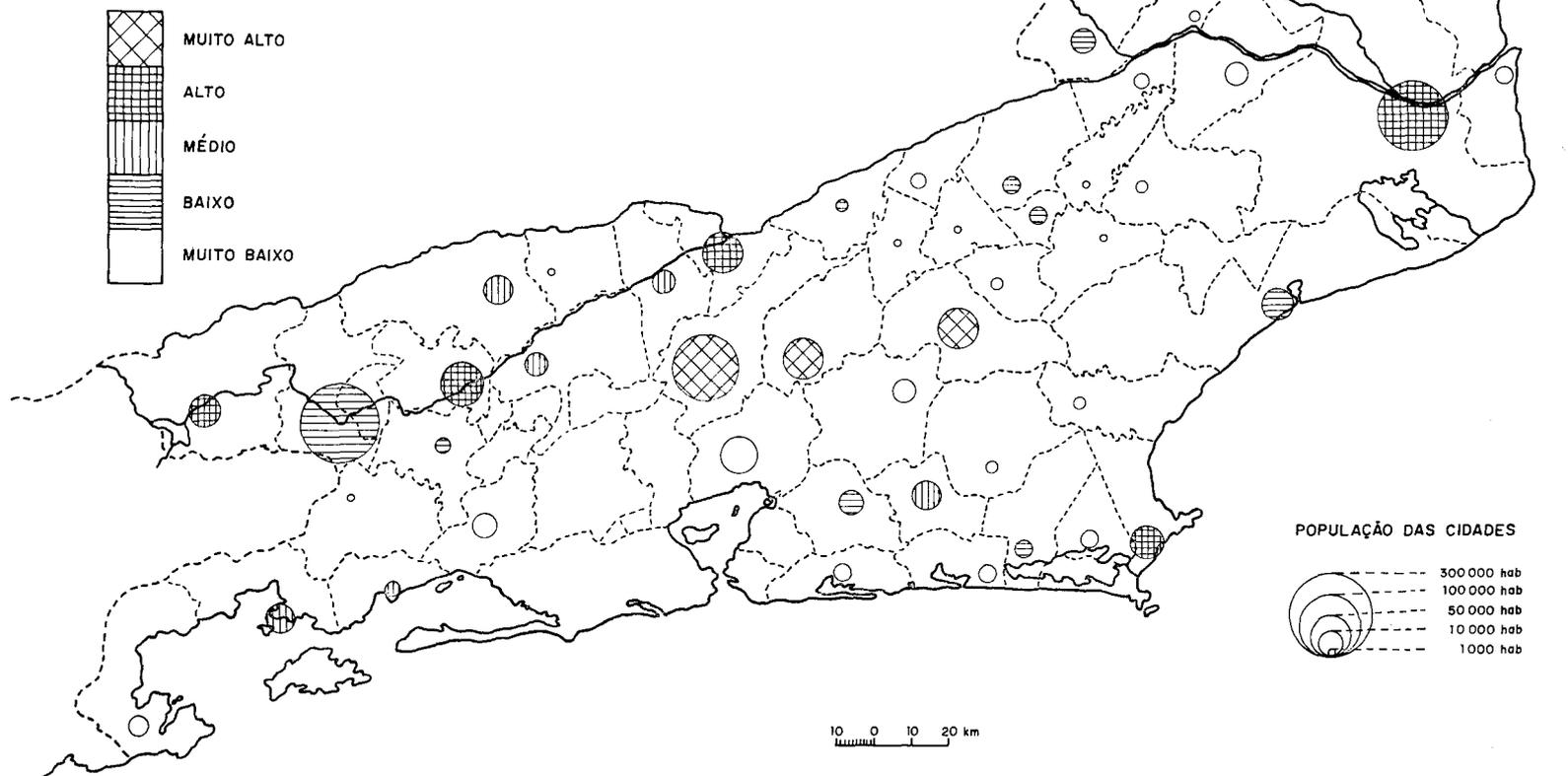
Por outro lado, da segunda análise é extraído um fator, o segundo, com 11,96% da explanação total e que é o indicador da dimensão urbano-industrial do sistema de cidades, quando a metrópole carioca

não está incluída no conjunto. Neste fator duas variáveis apresentam alta correlação, as variáveis de valor da produção industrial de cada centro no conjunto estadual e a variável consumo de energia elétrica. A ela se associa a variável população urbana (anexo 3). A hierarquia de cidades de expressão no setor industrial no conjunto do Estado, sendo bom acentuar estar excluída a cidade do Rio de Janeiro, fica definida pela aglomeração de Barra Mansa—Volta Redonda na primeira posição (—4,98), seguida por Duque de Caxias (—3,58) e por Nova Iguaçu (—2,26), além de outros centros numa posição decrescente.

Em 1970 o sistema denota que o estado passa por um processo de industrialização entre 1950-70. A identificação da dimensão industrial, em 1970, como fator isolado parece ser um indicador desta característica. Entretanto, ao se considerar o setor industrial no conjunto do estado, com um valor da transformação industrial de Cr\$ 8.390.188.000, ocupando 360.170 pessoas, os sete municípios aqui considerados como metropolitanos representam, respectivamente, 77,64% e 74,90%, sendo que só o município do Rio de Janeiro figura com 61,55% e 63,32%, o que leva a concluir que o processo não tem distribuição espacial significativa. Apenas na região do médio Paraíba ocorre uma industrialização direcionada, em função da presença de Barra Mansa — Volta Redonda, que participam com 9,74% do valor da transformação e 4,07% do pessoal ocupado.

Na Região dos Lagos denota-se, também, transformações, onde Cabo Frio se posiciona bem no fator que define o nível sócio-econômico da terceira análise (mapa 5), o que se deve à alta valorização do trecho litorâneo como área de lazer. Outro centro que se destaca é Rio Bonito que, de antigo centro

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 FATOR I - TERCEIRA ANÁLISE - 1970
 NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO



de coleta de produtos rurais, passa por transformações em decorrência do processo de metropolização que avança em sua direção.

No litoral sul do estado a cidade de Angra dos Reis, que em 1950 não tinha expressão, aparece, em 1970, com expressivo crescimento e nível sócio-econômico médio (mapa 5). A implantação de importante estaleiro, na década de 1950 — Verolme Estaleiros Reunidos S. A. — acarreta o início da expansão da indústria na região. Entre 1950-70 a mão-de-obra ocupada no setor industrial eleva-se de 173 para 2.561 pessoas. Em 1970 esse setor responde por 27% do pessoal ocupado.

Enquanto nestas porções do estado mudanças para melhor se fazem sentir, em outras praticamente permanecem as características já identificadas em 1950. Antes, porém, de identificar estas unidades espaciais onde não ocorreram mudanças substanciais, cabe chamar a atenção de que as mudanças anteriormente mencionadas são consideradas para melhor no sentido que denotam relativo dinamismo para suas respectivas áreas. No entanto, o crescimento industrial do médio Paraíba e a urbanização desordenada da região dos Lagos foi acompanhada por problemas sérios de rompimento do equilíbrio ecológico e, conseqüentemente, de perda de qualidade ambiental que se tem dúvidas de considerar mudanças para melhor. Melhor para o capital, mas não para as populações locais.

Como em 1950, aparecem no sistema urbano do estado, em 1970, com nível sócio-econômico elevado, primeiro fator da segunda e terceira análises as cidades de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Com crescimento diretamente impulsionado pela metrópole, estas cidades mantêm as características já identificadas em 1950, porém com desempenho mais consolidado.

É o caso particular de Nova Friburgo que assume as funções de centro regional da região serrana. Com exceção destes centros, a região serrana se caracteriza por compreender áreas estagnadas, mesmo decadentes, que não estimulam o surgimento de centros urbanos melhor equipados.

No norte fluminense não se constata, praticamente, transformações no decorrer de vinte anos. No nível sócio-econômico, a cidade de Campos, nas três análises, apresenta uma posição de pouco destaque, nivelando-se a centros como Cordeiro, Miracema e Itaperuna, contrastando com a posição que apresenta no fator tamanho funcional. Campos realmente não teve sua infra-estrutura urbana melhorada a fim de acompanhar o afluxo migratório por que tem passado na segunda metade do século. Campos cresce em atividades comerciais, de serviços, mas esse crescimento não é suficiente para manter um nível de emprego para a população que para ela migra. O nível de serviços de uso coletivo é deficiente em relação à massa de população que possui.

Campos mantém-se como centro regional, mas perde comando em sua região. A cidade não diversifica sua economia, não cria indústrias de consumo regional, não se dinamiza. Seu crescimento demográfico é explicado pela fraqueza de sua região, onde se registram perdas de população rural, conforme pode ser observado no anexo 6. As cidades do norte, não obstante um aumento da população urbana, não são capazes de fixar a população rural que migra. Grande parte desta população migrante dirige-se para Campos que, apesar de não ter também condições de absorver a população que para ela aflui, sempre oferece maiores oportunidades do que as demais cidades do norte. Campos significa, muitas vezes, um primeiro estágio do processo migratório que acaba por

se dirigir para a região metropolitana. Por outro lado, a abertura de vias de comunicação colocando os municípios da área diretamente ligados com o núcleo metropolitano reflete na perda de posição de Campos junto à sua área de influência.

Pelo exposto conclui-se que o sistema urbano do estado, em 1970, manteve-se caracterizado pela concentração do crescimento econômico e social na cidade do Rio de Janeiro, altamente discriminante em relação a sua própria região metropolitana, provavelmente tendo ampliado a distância econômico-social em relação ao resto do sistema.

A distribuição da renda interna revela uma das mais altas concentrações geográficas de renda do País. Dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, a nível de microrregião, permitem avaliar essa concentração. Através dos dados do quadro 6 pode-se detectar a participação por setor de atividades. Somando-se a participação da renda interna total da ex-Guana-

bara e fluminense do Grande Rio, tem-se um total de 86,4%.

Cabe lembrar que, em 1970, a cidade do Rio de Janeiro constituiu-se numa Cidade-Estado, situação peculiar no sistema federalista brasileiro, que lhe garante maior oportunidade de investimento, não obstante o tão falado "esvaziamento econômico da Guanabara", tese esta que não encontrou acordo geral entre aqueles que se propuseram discuti-la (Brasileiro, Ana Maria. 1977, p. 30).

Consolida-se a região metropolitana mais como área de expansão do espaço urbano da metrópole do que como área de complementação econômica. Mantém-se a defasagem entre as atividades produtivas da metrópole e as das demais células metropolitanas que, no conjunto, continuam tendo como função predominante a de residência para uma população que trabalha na metrópole. Na realidade, o crescimento das atividades produtivas na região metropolitana não foi suficiente para atenuar a defasagem constatada.

QUADRO 6

Estado do Rio de Janeiro
Renda Interna por Microrregiões Homogêneas — 1970

MICRORREGIÕES	RENDA INTERNA (Cr\$ 1 000)							
	Total		Agricultura		Indústria		Serviços	
	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total
(211) Itaperuna.....	120 575	0,5	21 889	5,0	25 675	0,4	73 010	0,4
(212) Miracema.....	56 088	0,2	11 492	2,6	6 771	0,1	37 824	0,2
(213) Açucareira de Campos.....	550 557	2,2	90 055	20,8	145 588	2,0	314 913	1,8
(214) Cantagelo.....	50 830	0,2	15 562	3,6	5 360	0,1	29 908	0,2
(215) Três Rios.....	138 400	0,5	12 312	2,8	37 243	0,4	88 844	0,5
(216) Cordeiro.....	43 673	0,2	12 894	3,0	3 950	0,1	26 829	0,2
(217) Vale do Paraíba Fluminense.....	1 246 196	4,9	29 106	6,7	830 924	11,4	386 165	2,2
(218) Serrana Fluminense.....	734 658	2,9	31 774	7,3	290 329	4,0	412 554	2,3
(219) Vassouras e Barra do Pirai.....	160 689	0,6	20 726	4,8	57 275	0,7	82 686	0,5
(220) Bacias de São João e Macacu.....	86 057	0,3	23 428	5,4	6 771	0,1	55 857	0,3
(221) Fluminense do Grande Rio.....	4 082 663	16,0	56 981	13,1	1 275 025	17,5	2 750 656	15,4
(222) Cabo Frio.....	189 100	0,7	11 628	2,7	87 747	1,2	89 724	0,5
(223) Baía da Ilha Grande.....	102 244	0,4	4 172	1,0	49 811	0,6	49 260	0,3
(224) Guanabara.....	17 980 639	70,4	91 897	21,2	4 482 091	61,4	13 405 650	75,2
TOTAL.....	25 542 368	100,0	433 916	100,0	7 303 560	100,0	17 804 880	100,0

FONTE: Fundação Getúlio Vargas.

A projeção da metrópole ultrapassa o espaço metropolitano e atinge centros urbanos situados na Serra do Mar, que se desenvolvem através de atividades que lhes são complementares. A projeção estende-se à região dos lagos, onde a necessidade de lazer de uma massa de população crescente se traduz numa urbanização desordenada, na faixa litorânea desta região.

No oeste do estado transformações ocorrem em função de um processo ditado e dirigido pelo centro, através de políticas deliberadas. O crescimento demográfico dela decorrente pela atração de população, o crescimento da cidade de Volta Redonda, seus reflexos indutores em Barra Mansa fazem deste trecho do médio Paraíba o foco a partir do qual a atividade industrial se torna uma realidade.

A vocação industrial da região atinge Resende e Barra do Pirai, e mais afastado Três Rios, situado no eixo em direção a Belo Horizonte. Trata-se de um processo que, não obstante comandado e direcionado pela metrópole, tem trazido dinamismo para esta porção do território fluminense. No entanto, como os resultados até aqui analisados permitem detectar, o crescimento tem sido restrito aos eixos rodoviários que unem as principais metrópoles do sudeste, não tendo atingido a região como um todo. Esta região, que teve um passado urbano no período cafeeiro, chega a 1970 com um sistema urbano não estruturado a nível regional, fruto de um processo que se implanta de fora para dentro, ligado aos interesses de uma economia voltada para produção de bens de capital, que ainda não conseguiu se identificar com a estrutura social da região.

No restante do estado, em 1970, o sistema urbano mantém-se como em 1950, bastante indiferenciado, constituído por centros urbanos que, ao lado de uma inexpressiva

função administrativa, fruto da estrutura político-administrativa local, caracterizada pela pequena representação municipal, aparecem como funções de âmbito local para o consumo da população. São cidades de pequeno contingente de população, sem atividades produtivas significativas. Algumas mantêm estabelecimentos industriais tradicionais, mas sem expressão na economia estadual. É o caso das indústrias de farinha de São João da Barra, da indústria de barbante de Carmo, da indústria de cachaça em Parati, de indústrias têxteis como a de Valença, dentre outros. Mesmo cidades onde foram implantadas indústrias modernas, como a do estaleiro Verolme em Angra dos Reis, não conseguiram passar por transformações profundas em sua estrutura. Os centros de comercialização e beneficiamento da produção rural, por outro lado, são, também, pouco expressivos em face da estagnação da produção rural fluminense. Na realidade, com exceção da agroindústria açucareira do norte fluminense, a produção agrícola do estado não tem estimulado o crescimento de cidades voltadas para comercialização e beneficiamento de sua produção. É o caso, por exemplo, de centros como Miracema, Laje do Muriaé que vivem da comercialização e beneficiamento do arroz. Mesmo em áreas onde se desenvolve uma produção de hortigranjeiros, a comercialização direta com a metrópole pouco dinamiza os centros urbanos locais, como é o caso de Pati do Alferes, Cambuci, Nova Friburgo, dentre outros.

Esta estrutura urbana desequilibrada, reflexo de um espaço desigualmente desenvolvido, leva o poder político federal a intervir como uma das metas para reorganizar o espaço macrorregional e tentar um equilíbrio entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Para isso transforma-se a cidade-estado em um município e unem-se política-

mente as duas administrações, que se constituem em espaços já unidos desequilibradamente. Isto leva a ver o que ocorreu nos últimos anos, sob o novo poder centralizado.

5.4 — O Sistema Urbano Regional após 1970

Os anos que antecedem à fusão encontram a cidade do Rio de Janeiro — na época Estado da Guanabara — em fase de retomada de seu crescimento econômico. “Emergindo de uma letargia econômica que comprometeu sua imagem de centro fabril, segundo os dados disponíveis, a Guanabara recuperou nesse período de expansão de seu parque manufatureiro a sua imagem de importante pólo industrial (Brasileiro, A.M. 1979, p. 33). A criação de distritos industriais em seu espaço interno é uma das alternativas encontradas pelo governo estadual para impedir a saída de estabelecimentos industriais para a periferia metropolitana.

Enquanto a ex-Guanabara firma sua economia, o ex-Estado do Rio de Janeiro sente cada vez mais os reflexos do desequilíbrio regional. O limite político-administrativo se constitui em barreira ao extravasamento econômico natural do núcleo, para o qual o governo da Guanabara cria medidas impeditivas. As cidades fluminenses da região metropolitana continuam a acumular déficit em infra-estrutura, crescendo menos economicamente do que como reserva de mão-de-obra. Fora da região metropolitana a estrutura espacial e o sistema de cidades apresentam-se como em 1970, sem maiores transformações.

Um reflexo da problemática econômica e social pode ser detectado através da situação funcional das cidades que constituem o sistema em estudo. O equipamento funcional é um indicador do tamanho funcional e da massa de consumo

nos centros urbanos. Eles podem expressar mais do que simples relação de centralidade. O equipamento funcional das cidades fluminenses foi dimensionado através da aplicação da metodologia baseada em M. Polomaki, método este que permite obter a hierarquia das cidades. Através de 66 funções representativas das funções centrais, isto é, das atividades de bens e serviços oferecidas diretamente à população, chega-se a hierarquia das cidades do estado (Duarte, H.S.B. 1975).

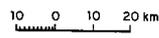
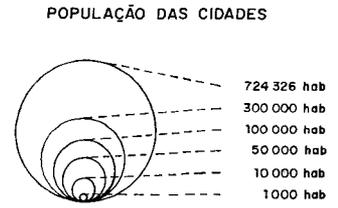
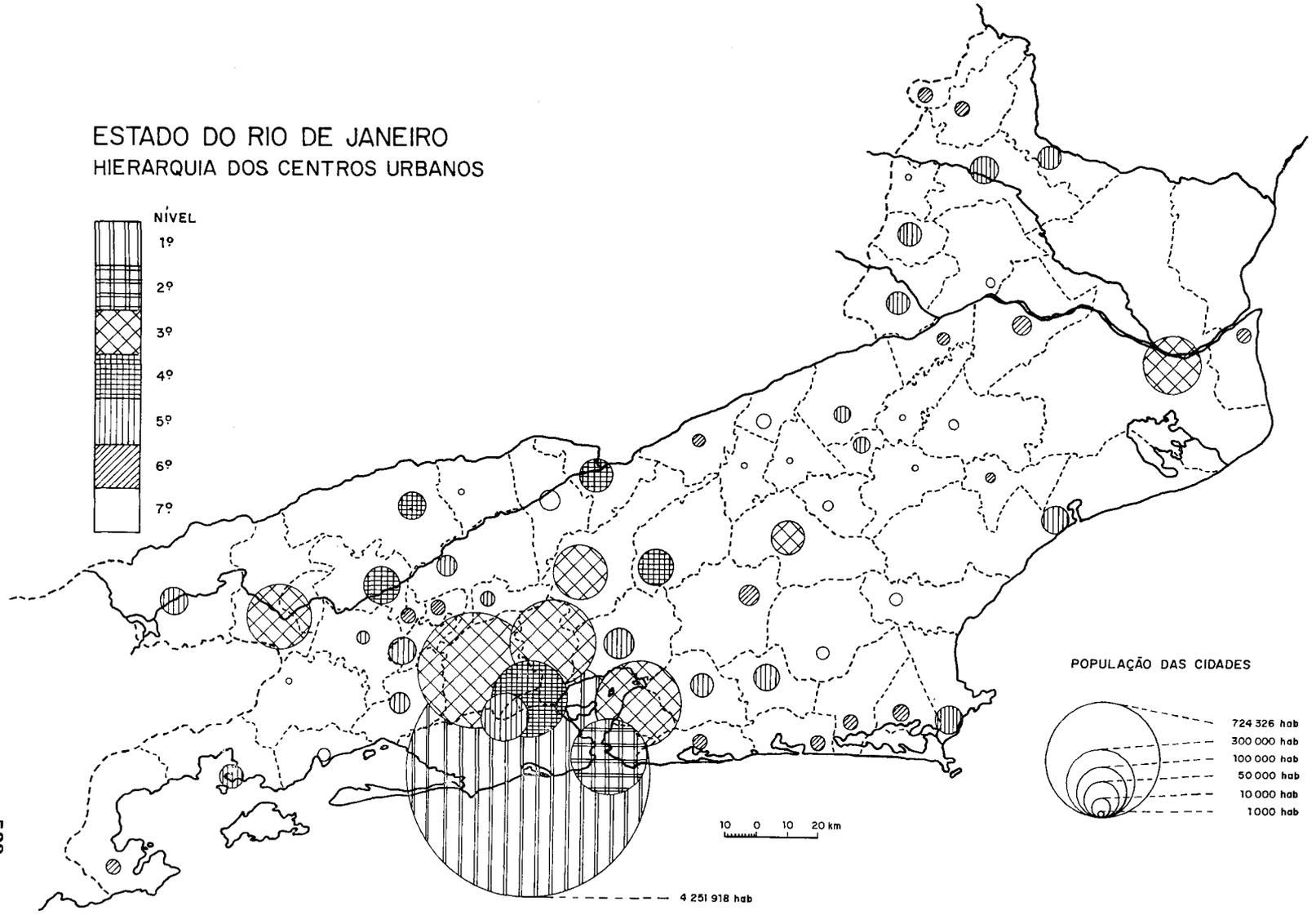
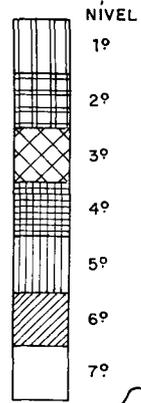
A análise da distribuição espacial dos centros hierarquizados (mapa 6) mostra que os centros de níveis mais elevados, com exceção de Campos, acham-se concentrados na região metropolitana ou em áreas sobre sua influência direta. Seguindo-se à cidade de mais elevada hierarquia — o Rio de Janeiro — aparece Niterói como centro de 2.º nível, cujo equipamento funcional é explicado, como já foi dito anteriormente, pela função de capital estadual nesta época.

Dos sete centros de terceira hierarquia, com exceção de Campos, da aglomeração Barra Mansa—Volta Redonda e de Nova Friburgo, os outros quatro: Nova Iguaçu, Petrópolis, Duque de Caxias e São Gonçalo pertencem à região metropolitana. Quanto aos cinco centros identificados como de quarto nível, apenas São João de Meriti está na região metropolitana, estando os demais ou em áreas onde a expansão urbana recente está ligada à função de veraneio — Teresópolis — ou em áreas de transporte como Três Rios situado no eixo Rio—Belo Horizonte—Brasília, e Barra do Piraí no eixo Rio—São Paulo ou, ainda, em área de economia tradicional com relativa retomada de crescimento, como é o caso de Valença.

Já entre os centros de quinto nível, não obstante mais esparsos, cinco fazem parte da região

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS



4 251 918 hab

metropolitana: Nilópolis, Paracambi, Itaguaí, Majé e Itaboraí. Os outros estão assim distribuídos: Rio Bonito, Cabo Frio e Macaé na região das baixadas litorâneas; cinco: Resende, Vassouras, Paraíba do Sul, Miguel Pereira e Piraí, na região médio vale; quatro: Itaperuna, Miracema, Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus de Itabapoana, na região norte. Na região serrana apenas dois centros: Cantagalo e Cordeiro e, finalmente, Angra dos Reis, no litoral sul.

Os demais centros, trinta e nove, que correspondem a mais da metade dos centros urbanos do estado, incluem-se nos níveis de hierarquia mais baixa, sem expressão na estrutura espacial do estado.

Uma rede urbana bem estruturada deve conter centros representativos de todos os níveis num *continuum* hierárquico, ordenadamente distribuído no espaço, refletindo o grau de desenvolvimento regional. As bases teóricas desenvolvidas sobre a elaboração de uma rede urbana propõe que centros de níveis mais elevados sejam em menor número e mais esparsados, e que centros de níveis inferiores sejam mais numerosos, menos esparsados entre si, e localizados nas áreas de mercado dos centros de maior hierarquia. Na tentativa de identificação destes princípios no sistema analisado, constata-se que a concentração de centros de maior hierarquia em torno da região metropolitana confere ao território estadual uma rede urbana espacialmente desequilibrada e desarticulada. Tem-se, assim, no Estado do Rio de Janeiro, um sistema espacial composto de lugares cujos atributos não obedecem a padrões hierarquizados, e onde a baixa interação entre os lugares é um dos fatores responsáveis.

Na realidade, a expansão do sistema de transporte rodoviário reforça a atuação da metrópole, intensificando sua função regional.

Vários indicadores servem para dimensionar esta forte atração, dentre eles tem-se a intensidade de ligações por linhas de ônibus das cidades fluminenses com o Rio de Janeiro (Teixeira, M.P.B. — 1972 e 1975).

A hegemonia da metrópole, capitalizando o crescimento estadual, desacelera, por outro lado, o desenvolvimento das interligações secundárias entre as cidades do sistema. “Como expressão da organização do espaço, o grau de conectividade da rede do Estado do Rio revela que seu nível de desenvolvimento econômico pouco evoluiu de 1952 para 1974. Houve maior número de linhas e maior número de circuitos, mas insuficientes para mudança na qualidade das estradas, expressas pelos quilômetros pavimentados e pela alteração da conectividade. Entretanto, esta pavimentação não representou maiores conexões internas e sim conexões externas” (Lacorte, M.H. 1976 p. 63). Isto mostra que a ampliação da rede não é para atender o desenvolvimento interno, mas sim para sustentar o poderio econômico da metrópole na região.

Cabe aqui remeter-se às colocações de Santos discutidas no terceiro capítulo, de que ligações mais eficientes com a metrópole acarretam modificações na rede urbana regional.” Com efeito, no atual período tecnológico, a cidade regional, chamada ainda de cidade média, torna-se cidade intermediária. Seu poder de comando e sua influência sobre a região diminuem e ela se torna, cada vez mais, um relé da metrópole” (Santos, Milton. 1979, p. 243). Exemplos destas transformações são encontrados no mundo real quando se constata a perda de comando de Campos na região norte; as relações diretas mantidas entre a metrópole e as cidades serranas enfraquecendo o poder de Nova Friburgo; a construção da BR-101 colocando a região das baixadas diretamente integra-

das à metrópole, diminuindo a centralidade de Macaé; sem falar na região do médio Paraíba onde a intensidade dos relacionamentos coloca-a diretamente subordinada à cidade do Rio de Janeiro; e, finalmente, a inauguração, em 1975, da BR-101 que, integrando o litoral sul, coloca Angra dos Reis e Parati cada vez mais dependente da metrópole.

Com base em postulações teóricas voltadas para o desenvolvimento equilibrado é que, ao nível do planejamento nacional, começa-se a repensar na fusão. Os objetivos apontados que justificaram as medidas tomadas pelo poder central são, conforme destaca Ana Maria Brasileiro, “consolidar um pólo de desenvolvimento poderoso no Rio de Janeiro, a ser obtido pela integração política e econômica dos dois Estados; viabilizar a região metropolitana pela eliminação da barreira político-institucional que separa o núcleo da região metropolitana, a cidade do Rio de Janeiro, dos demais municípios que a integram, todos eles situados no Estado do Rio; possibilitar maior equilíbrio federativo pela criação de um estado política e economicamente forte que dividirá com São Paulo a liderança do quadro nacional” (Brasileiro, A.M. 1979, p. 99).

Para os tecnocratas defensores da fusão haveria, a nível nacional, a consolidação de um pólo capaz de fazer frente a São Paulo, como segunda unidade de dimensão econômica da nação. A nível inter-regional se daria uma descentralização das atividades econômicas, com vistas a diminuir os desequilíbrios regionais. Até que ponto uma mudança de ordem político-administrativa pode intervir num processo, conduzido por forças de um capitalismo hegemônico concentrador, é o que se coloca inicialmente.

A nível nacional, o novo estado parece não ter vencido a defasagem junto a São Paulo. Ao contrário,

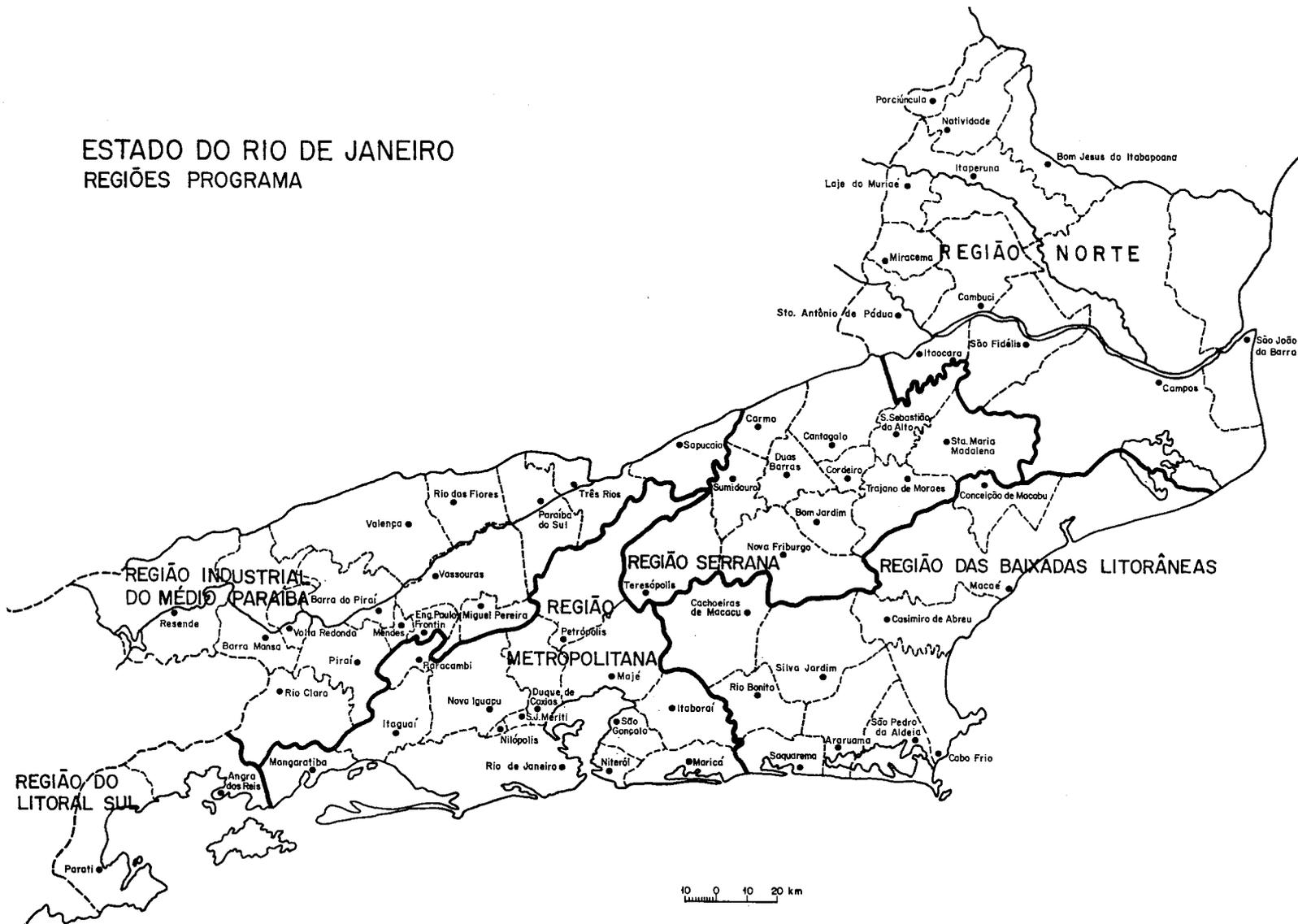
parece estar perdendo posição, inclusive junto a Minas Gerais. A cidade do Rio de Janeiro como metrópole regional, em 1960, tem sob sua influência expressiva área do Brasil SE, onde se inclui a própria cidade de Belo Horizonte, não obstante certa autonomia dada pela própria função de capital estadual (Bernardes, L.M.C. 1962). Após 1960, a perda substancial junto à São Paulo, e ao próprio crescimento de Belo Horizonte, faz com que a cidade do Rio de Janeiro restrinja sua influência a uma área periférica pobre, que pouco lhe acrescenta como área de mercado — cidade cabeça de um corpo pobre.

A nível inter-regional, o governo da fusão se propõe, através de suas diretrizes e de seu Plano de Governo — I PLAN RIO — a propiciar a descentralização a partir da metrópole. O planejamento estadual passa a ter enfoque regional, para o qual o estado é dividido em seis regiões programadas a saber: região metropolitana, região industrial do médio Paraíba, região litoral sul, região das baixadas litorâneas, região serrana e região norte. “O objetivo desta divisão se prendeu à necessidade de facilitar a ordenação do desenvolvimento urbano e regional e propiciar a desconcentração do núcleo metropolitano para reduzir os desequilíbrios existentes” (Brasileiro, A.M. 1979, p. 151) (mapa 7).

Constatações empíricas levam a crer que as diretrizes oficiais de descentralização não passam de intenções. A necessidade de crescer economicamente leva à canalização dos recursos pelo próprio Governo estadual para a área de maior concentração. Do orçamento, as despesas de custeio absorvem a quase totalidade dos recursos, sobrando muito pouco para investimentos. Os investimentos estatais quando analisados em sua distribuição espacial comprovam aquela tendência. Exemplos são encontrados

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REGIÕES PROGRAMA



quanto a investimentos de infraestrutura de transportes, saneamento básico, habitação, dentre outros.

Dentro do próprio âmbito metropolitano há necessidade de ser canalizado para periferia grande volume de recursos, dado o déficit de infra-estrutura já mencionado e, como se sabe, isto envolve custos bastante elevados, onde o retorno de capital é a longo prazo (Brasileiro, Ana M. 1979). "É bem possível que nesse processo leve vantagem a cidade do Rio de Janeiro, em virtude de seu maior potencial de reivindicação. Em apoio à defesa de seus interesses, o Rio pode alegar seu *status* de pólo espontâneo de desenvolvimento da região, onde a maior parte da renda é gerada e os inúmeros problemas com que se defronta" (Brasileiro, A. M. 1979 p. 115).

As necessidades prementes da região metropolitana fazem com que pouco ou nada sobre para o resto do estado. A centralização do poder dada pela estrutura administrativa brasileira reflete-se na fragilidade do poder municipal, que se mantém impotente frente às suas carências. As cidades continuam desprovidas de infra-estrutura e serviços urbanos, não tendo condições para atrair investimentos. O estado não pode socorrê-las. Como então descentralizar?

O ICM, que se constitui na principal fonte de recursos tributários do estado, é um dos indicadores de que os desequilíbrios permanecem e se acentuam. A cota do ICM distribuído mostra a supremacia da região metropolitana que registra, em 1975, 76,8% e 1978, 80,6%. Compreendendo a cidade do Rio de Janeiro, 61,5% e 66,0%, respectivamente, do total do estado. Segue-se em importância a região industrial do médio Paraíba com 14,5%, em 1975, e 11,9% em 1978, onde Barra

Mansa—Volta Redonda são responsáveis, respectivamente, por 10,5% e 8,35%⁵.

Outro elemento que permite comprovar que os investimentos continuam sendo canalizados para o Rio de Janeiro e sua região metropolitana consiste no exame da localização dos principais projetos empresariais de implantação e expansão aprovados pelo poder estadual, conforme quadro que se segue (quadro 7).

A análise do quadro permite verificar que os investimentos de implantação estão praticamente direcionados para o núcleo concentrador. A região industrial do médio Paraíba aparece com certo destaque no que se refere aos investimentos destinados à expansão das indústrias já existentes e não na implantação de novos projetos. Nestes investimentos de expansão só a CSN absorve 93,98%. Consta-se, pois, que a intenção de descentralização esbarra com a necessidade de crescer o produto interno, levando, pelo menos até o momento, a implantação de novos projetos nas áreas de retornos mais imediatos.

Não resta dúvida de que é a vocação industrial da região industrial do médio Paraíba que conduz à política perseguida pela atual administração de consolidação de um corredor industrial que, estendendo-se de Resende para jusante do rio Paraíba, inflete, em Japeri, em direção ao porto de Sepetiba. Não obstante a política estadual, depara-se com problemas sérios a esta consolidação. Tem-se a considerar que a topografia da região, o elevado preço da terra e a ampliação das áreas urbanizadas constituem obstáculos à implantação de novas indústrias, no que diz respeito à escassez de terras disponíveis. A localização industrial tem-se caracterizado pela dispersão ao lon-

⁵ Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda.

QUADRO 7

*Estado do Rio de Janeiro
Projeto Decididos
Posição até Dezembro/78*

REGIÃO	IMPLANTAÇÃO			EXPANSÃO			TOTAL (*)		
	N.º projeto	Valor		N.º projeto	Valor		N.º projeto	Valor	
		Investi-mento	Financia-mento		Investi-mento	Financia-mento		Investi-mento	Financia-mento
Metropolitana.....	262	52 254 600	6 831 008	323	9 851 332	1 367 461	585	62 105 932	8 198 469
Rio de Janeiro.....	206	22 414 110	4 838 215	225	5 794 361	1 004 377	431	28 208 471	5 842 592
Industrial do Médio Paraíba	23	9 986 562	264 499	47	47 989 935	34 207 091	70	57 976 497	34 471 590
Do Litoral Sul.....	2	4 304 204	9 955	1	192 928	—	3	4 497 132	9 955
Das Baixadas Litorâneas.	4	628 260	457 372	15	369 490	77 555	19	987 750	534 927
Serrana.....	13	1 538 162	30 900	58	72 498	48 662	71	1 610 660	79 562
Norte.....	9	882 802	32 597	37	552 083	362 535	46	1 434 885	395 132
TOTAL.....	313	69 594 590	7 626 331	481	59 018 266	36 063 304	794	128 612 856	43 689 635

FONTE: FIDERJ.

go dos eixos de comunicação, em busca de pequenas planícies, onde é menor o custo de sua implantação. Além disso, tem-se a considerar que o crescimento demográfico das cidades mais significativas como Barra Mansa—Volta Redonda, Resende, Barra do Pirai, Três Rios tem acarretado saturação da infra-estrutura básica e social disponível, a par da ocupação desordenada do espaço urbano, o que compromete a qualidade de vida da população.

Tem-se falado até aqui de desequilíbrios entre a metrópole e o restante do sistema. Acontece que nesta porção do território estruturaram-se espaços diferenciados. Ao lado de regiões “dinâmicas” com ou sem “bolsões” estagnados, existem regiões estagnadas, com ou sem “ilhas” de maior “dinamismo”, bem como regiões em transformação.

No primeiro caso tem-se a região supra referida onde o “dinamismo” trazido pela concentração espacial da produção industrial afeta apenas algumas células do espaço.

Na realidade, como já foi referido anteriormente, trata-se de um crescimento industrial subordinado que pouco tem representado para a economia regional. A concentração da produção não forma um complexo integrado capaz de desencadear um processo de acumulação local. Fora do eixo Resende, Barra Mansa—Volta Redonda, Barra do Pirai e Três Rios, o restante da região permanece à margem do crescimento regional, onde seus centros urbanos desprovidos de equipamento funcional, carentes de infra-estrutura, não têm condição de participar do crescimento, mesmo tratando-se de um crescimento que nada mais é do que uma extensão do núcleo metropolitano.

A região norte mantém-se como periferia estagnada, voltada em sua maior parte para a economia canavieira (baixada de Goitacases), ao lado de grandes extensões de terras que permanecem sob domínio da agropecuária de lento crescimento. A inexistência inicial de sistema viário que propicia vin-

culações efetivas com a metrópole e demais regiões do estado configura, por muito tempo, situação de isolamento dessa porção do território. As atividades industriais que aí se localizam resultam, principalmente, de iniciativas locais cujos investimentos concentram-se em indústrias de bens de consumo não durável, notadamente produtos alimentares.

As perspectivas para a região de Campos não são das melhores, fruto de sua dependência econômica em relação à monocultura canavieira. Entre 1950-70 verifica-se diminuição do número de empregos industriais, o que pode ser explicado ou pelo fechamento de usinas ou pela modernização de outras, com substituição de mão-de-obra. O aumento do emprego nas atividades terciárias para o mesmo período, no entanto, não subentende crescimento funcional da cidade. Primeiramente, tem-se a considerar a perda da área de influência, resultada das ligações do extremo norte — Itaperuna — diretamente com Nova Friburgo e Rio de Janeiro. Por outro lado, Campos, tradicional centro atacadista, perde também esta função em decorrência de modificação na estrutura do comércio atacadista e de sua ligação direta com a cidade do Rio de Janeiro, pela BR-101. A cidade enfrenta uma série de problemas urbanos que se acentuam em função da sazonalidade da lavoura canavieira, uma vez que na entressafra ela não tem condições de absorver a população que é dispensada das atividades rurais. Nestas áreas onde a indústria cresce vinculada ao setor primário, correspondendo a um processo de industrialização tradicional não só devido às técnicas de produção como aos níveis de capitalização, observa-se manutenção do padrão de urbanização.

Na região serrana a transferência de recursos do café para pecuária após 1940 conduz a grande

êxodo rural, caracterizando-se pela escassez de alternativas econômicas. Apenas Teresópolis e Nova Friburgo, beneficiadas pela proximidade relativa à metrópole e pelas condições locais, desenvolvem atividades industriais e de veraneio, constituindo-se em “ilhas” dinâmicas dessa periferia estagnada. Além de Nova Friburgo e Teresópolis, somente Cordeiro e, secundariamente, Cantagalo são centros urbanos de alguma expressão a nível regional, hoje favorecidos pela indústria de cimento, existente na área, não obstante o pequeno efeito multiplicador desta indústria.

A região litoral sul e baixadas litorâneas constituem-se em periferias em transformação, áreas de crescimento mais recente, fruto de uma projeção direta da metrópole. Na região das baixadas litorâneas a diversidade fisiográfica condiciona atividades econômicas distintas. A urbanização recente dos trechos litorâneos favorecidos pelos recursos paisagísticos leva ao declínio das atividades tradicionais que se acham restritas ao extremo norte da área, onde a lavoura canavieira integra-se à baixada campista. Nos trechos mais interiorizados dos municípios mais próximos da região metropolitana permanecem as atividades agrícolas, destacando-se a expansão da citricultura. Assim, tem-se, ao lado de um litoral onde a ocupação desordenada tem caracterizado o crescimento dos núcleos urbanos, um interior onde as atividades econômicas ainda não estimulam o crescimento urbano.

No litoral sul a presença de relevo rigoroso, restringindo as áreas aproveitáveis, explica a ocupação rarefeita e o crescimento econômico da região. A integração recente ao núcleo metropolitano, determinada pela abertura da BR-101, em 1975, leva à expansão da função lazer, ao lado da implantação industrial. A expansão do estaleiro Verlome, a implantação

de novos projetos como a central nuclear, o terminal de granéis líquidos da Petrobrás e outras, têm acarretado problemas ao crescimento da cidade de Angra dos Reis, carente de infra-estrutura necessária para dar conta da crescente mão-de-obra atraída pelas novas indústrias. Região de usos conflitantes, não encontra em seus centros urbanos as condições necessárias para um crescimento imposto pela metrópole. A intensa ocupação e valorização da terra cria dificuldades para a própria preservação do patrimônio histórico e paisagístico regional.

Como se pode observar, a estrutura espacial do Estado do Rio de Janeiro e seu sistema de cidades não apresenta até agora transformações substanciais que permitam prever, a médio prazo, modificações nas distorções existentes, não obstante as intenções firmadas pelas políticas de planejamento adotadas pelo estado. As constatações empíricas levam à confirmação das colocações de Myrdal, quando este autor mostra que em economias onde o capital é escasso prevalece a causação circular cumulativa. O porquê dessas distorções é o que se procura perseguir no capítulo que se segue.

6 — O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NAS DISTRORÇÕES DO SISTEMA URBANO FLUMINENSE

As distorções verificadas no sistema de cidades do atual Estado do Rio de Janeiro e as desigualdades espaciais do grau de desenvolvimento econômico nele identificadas podem ser interpretadas como reflexos de processos sociais que

ocorreram na história do desenvolvimento econômico brasileiro

Primeiramente, é necessária uma colocação à guisa de advertência quanto ao conteúdo deste capítulo. Não se tem o propósito de fazer uma análise do processo de formação do capitalismo no Brasil. Procura-se fugir das discussões teóricas sobre origem, características e especificidades do capitalismo na América Latina e no Brasil, como são formuladas em monografias de alto valor teórico e empírico como as de Tavares (1973), Cano (1975), Mello (1975), Silva (1976), a partir de uma postura crítica às interpretações cepalinas do capitalismo na América Latina.

A análise dos processos sociais ocorridos no desenvolvimento econômico-espacial do País e, de modo particular, no que hoje é o Estado do Rio de Janeiro, é feita através de uma visão global, tal como a formulada por Prado Junior (1956) e Furtado (1977). Entretanto, porque se aceita o conceito de que o "sistema econômico-social em uma nação ou em um conjunto de nações e as condições específicas do desenvolvimento das forças produtivas determinam o modo de organização espacial em cada uma das áreas estudadas" (Rofman, A.B., — 1977 — p. 14) é que aceita-se certas posturas teóricas que explicam o capitalismo na América Latina e, de modo particular, no Brasil.

No caso de sistemas de cidades do Rio de Janeiro estas abordagens podem ser feitas ao longo de seu desenvolvimento econômico, ora integrado à totalidade através da expansão do capitalismo brasileiro ora com suas "histórias particulares", tanto as econômicas como as sociais. Diferentes situações ocorrem como conflitos de grupos (senhores de engenho e a burguesia mercantil), interesses de classes (hegemonia ora do rural ora do urbano) em diferentes conjunturas

econômicas desenvolvidas. Toda essa marcha da sociedade, reflexo da sociedade global, deixa sua marca no espaço e, de modo especial, no sistema de cidades. É através destes movimentos que se pode entender como cidades perdem posição hierárquica no tempo, como aconteceu com as cidades portuárias do litoral e com os centros do vale do Paraíba e da área serrana de terras quentes. É também por eles que se explica o rápido crescimento, se não econômico, pelo menos demográfico de outras. Tudo isto dominado pela ação de dois agentes: o “capital” e o “estado”.

As conjunturas que marcam a história do desenvolvimento fluminense são as dos grandes processos econômicos estabelecidos pelos grupos sociais tanto de dentro do País como do exterior. São sistemas econômicos nacionais, mas, sem dúvida, integrados ao sistema de dominação internacional. Aceita-se a postura de que “o capitalismo brasileiro é complexamente determinado pelo seu movimento interno e pela dinâmica do capitalismo mundial” (Silva, 1976 — Introdução). Isto significa que se aceita os movimentos do capitalismo interno como integrados ao capitalismo mundial. A economia nacional se orienta dentro dessa ótica e as cidades, mesmo as que agora nada ou pouco representam no sistema urbano do estado, tiveram o seu papel nesse processo. Em cada uma dessas conjunturas o comportamento dos principais tomadores de decisão, isto é, o capital e o poder político, orientam a estrutura espacial.

Os “modelos” de desenvolvimento econômico que permitem periodizar a história da sociedade brasileira e que tem reflexos na estrutura espacial, sobretudo nas distorções do sistema urbano, podem se constituir em processos cuja perio-

dização e características variam entre diferentes autores. Entretanto, fugindo, é bom lembrar, às discussões teóricas sobre o desenvolvimento capitalista, há certa coincidência em aceitar a economia desenvolvida na América Latina e, de modo particular, no Brasil, em duas grandes formas. Uma em que a base econômica está no setor primário e que se desenrola sobretudo no Brasil até 1930. A outra tem como “modelo” de desenvolvimento a industrialização.

No primeiro processo, o que se desenrola desde os primórdios da dominação colonial ibérica, pode-se identificar um período que vai até o fim do século XVIII e é caracterizado por uma dependência às metrópoles colonizadoras. Este período é denominado de economia colonial (Rofman, A. B., 1977). Na economia colonial “estão presentes dois setores, um exportador e um setor produtor de alimentos. O setor exportador produz, em larga escala, produtos coloniais (açúcar, tabaco, metais preciosos, etc.) destinados ao mercado mundial” (Mello, 1975 — p. 26 e 27).

O outro período desenrolado no século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX é caracterizado por uma economia baseada na produção de produtos primários para o mercado internacional, não só o Europeu mas também o dos Estados Unidos. Nessa fase se dá com nitidez o que muitos autores denominam de incorporação de nações latinas americanas à divisão internacional do trabalho.

O processo de industrialização é desdobrado em acumulação capitalista industrial e sua consolidação, pois sua evolução no tempo tem grande importância para se entender a hegemonia da cidade do Rio de Janeiro no espaço em que domina.

6.1 — O Sistema Colonial e a Origem da Hegemonia da Cidade do Rio de Janeiro

Desde sua origem o espaço correspondente ao atual Estado do Rio de Janeiro tem seu processo de ocupação integrado no processo de acumulação do capital, pois a economia de exportação de produtos primários, no caso a lavoura canavieira, é o fator de consolidação de seu povoamento, se bem que em espaços reduzidos. Neste processo, a cidade do Rio de Janeiro representa importante papel, porque a Coroa Portuguesa dela se utiliza como base para o seu poder sobre grande espaço valorizado nos séculos XVII e XVIII.

No início esta acumulação corresponde a acumulação primitiva do capital mercantil proveniente da produção agroindustrial açucareira e da exportação de metais preciosos. Nesta fase primitiva de acumulação de capital o Rio de Janeiro desempenha importante papel e com isso consolida sua posição política-econômica no panorama da colônia e, de modo especial, no seu espaço de domínio imediato.

Pode-se afirmar que a função de dominação da cidade do Rio de Janeiro surge juntamente com a causa de sua fundação. Esta dominação que, a princípio, é para “defender” a costa contra os piratas e inimigos da Coroa Portuguesa, se reforça quando se desenvolve nas baixadas litorâneas a lavoura canavieira para a produção de açúcar voltada para o mercado europeu.

Se bem que Caio Prado Jr. afirme que a produção açucareira na província do Rio de Janeiro tenha desempenhado papel secundário na economia colonial devido à posição afastada dos mercados europeus (Prado Jr., Caio, 1956), para o que hoje é o Estado do Rio de Janeiro e para a cidade,

o açúcar tem importância nessa fase inicial da dominação de metrópole.

A cultura canavieira “no período colonial foi o móvel econômico da expansão do povoamento nas baixadas quentes e úmidas que se desenvolveram entre a Serra do Mar e a linha de costa” (Bernardes, L., 1975, p. 191).

Ao lado das condições edáficas e de clima, favorecia o desenvolvimento da produção canavieira “a proximidade dos grandes rios, aproveitáveis para o transporte relativamente fácil e barato da produção. As mercadorias desciam os rios para a baía de Guanabara, em direção ao Rio de Janeiro. Assim, surgiram pequenas localidades à margem dos cursos d’água, que se salientaram como pontos de embarque” (Geiger, P.P., 1956, p. 27).

Uma série de pequenos portos fluviais ou marítimos surgem como lugares de recebimento do açúcar que é enviado para a cidade do Rio de Janeiro, onde é exportado para a metrópole portuguesa, que assim monopoliza o mercado da colônia. É neste século XVII que surgem as vilas que hoje são cidades, remanescentes de um estágio tecnológico pretérito da fase do mercantilismo colonial: Angra dos Reis, (1608), Parati (1667), São João da Barra (1677), Campos (1677), Iguaçú, hoje Duque de Caxias (1699). “O Rio de Janeiro seiscentista desenvolveu-se graças aos engenhos de açúcar que lhe esboçaram a riqueza” (Azevedo, A., 1957, p. 111).

Com a descoberta dos depósitos auríferos em Minas Gerais nos fins do século XVII, o Rio de Janeiro tem em sua posição geográfica o fator básico que permite seu papel de concentrador de poder, origem de sua hegemonia no sistema de cidades e do espaço que domina. “Nos primórdios do século XVII, no início da febre da mineração, a pri-

meira linha de comunicação entre Minas e Rio de Janeiro passando pelo porto de Parati, a sudoeste do Rio de Janeiro, demonstrou-se pouco satisfatória. Foram, então, procuradas novas veredas na serra” (Stein, S. 1961, p. 8). Dentre estas novas veredas, o Caminho Novo de Garcia Rodrigues, concluído em 1907, constitui-se no principal eixo de ligação entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais. Com essa ligação o Rio de Janeiro passa a ser controlador de todo o ouro produzido nas Minas Gerais. A metrópole dá ao Rio de Janeiro um poder de dominação e de mercado de vasta área. Interessante notar que ao longo do caminho novo não surge, no século XVIII, nenhuma vila ou pousada que viesse evoluir para a cidade. No minucioso estudo de Aroldo de Azevedo, já citado, só se encontra na relação de cidades e vilas criadas no século XVIII, no espaço que hoje seria do Estado do Rio de Janeiro, apenas uma cidade, a de Majé, em 1789.

Ao longo do caminho novo só um pouso surge, Paraíba do Sul, que, porém, vegeta durante quase um século, “malgrado o tráfego diário pelo arraial, de tropas e boiadas cada vez mais numerosas com a crescente importância da capital e das cidades mineiras em pleno apogeu da mineração” (Lamego, A. R., 1963, p. 128).

O Rio de Janeiro, por ser um porto e pelo poder de decisão da metrópole, que nela tem seu ponto de apoio na dominação político-econômica da colônia, cria ampla área de mercado para a qual distribui os bens importados da metrópole portuguesa. Quando se percebe que nas Minas Gerais surgem mais cidades, com expressivo mercado consumidor em decorrência da economia mineradora, pode-se avaliar a concentração de atividades no Rio de Janeiro e o surgimento de uma burguesia mercantil que vai reproduzir essa economia,

concentrando mais poder no espaço regional

Nessa época o Rio de Janeiro representa um papel de preposto de Portugal e se beneficia dessa situação ampliando seu espaço dominado. A evolução no tempo só faz reproduzir essa posição com a concentração de novas atividades. Ela não se faz esperar. “Na segunda metade do setecentismo, a cidade de Salvador veio encontrar no Rio de Janeiro sua grande rival, não tendo podido evitar a *capitis diminutio* que significou a transferência da capital da Colônia, levada a efeito em 1763” (Azevedo, A. 1957, p. 131). Nessa época, como afirma o mesmo autor, a população do Rio de Janeiro teria pouco mais de 40 000 habitantes.

O papel das áreas portuárias no período colonial, centralizando a produção e redistribuindo mercadorias, é traço fundamental da ocupação do espaço. A vocação mercantil da cidade fortalece o poder dos comerciantes atacadistas e exportadores através da acumulação do capital comercial. A acumulação baseada no capital comercial beneficia, sobretudo, os comerciantes que em períodos de crise submetem a classe de produtores através do “domínio da circulação sobre a produção numa economia pré-capitalista envolta nas práticas mercantilistas” (Lobo, E.M.L., 1978). Como a autora chama atenção, a classe de comerciantes no Rio de Janeiro sempre usufruiu de prestígio social, não sendo necessário se tornarem proprietários rurais para enobrecerem.

Estes aspectos sociais em uma determinada sociedade podem explicar certas peculiaridades encontradas entre as cidades de um sistema, principalmente quando se considera as alternâncias da hegemonia ou o privilégio de um setor econômico sobre outros. Como ocorre na história do desenvolvimento capitalista brasileiro, identi-

ficam-se épocas de hegemonia, se não de um setor econômico, mas de um produto agrícola sobretudo quando este está voltado para a exportação e visa ao mercado mundial. É fácil constatar isso no Estado do Rio de Janeiro com períodos de fastio da economia açucareira, e depois a do café, gerando aparecimento, apogeu e declínio de muitos centros.

Nesse processo sempre há uma relação com a metrópole, ou de causa ou de benefício. Toda essa conceituação e interpretação permite uma aproximação maior do real, reconhecendo algumas essências, nem sempre aparentes.

No século XVIII a economia da província do Rio de Janeiro cresce com base na produção agrícola e esta tendo na produção açucareira o seu motor de crescimento. A zona dos "Goitacases" já tinha sido procurada para o plantio da cana no século XVII, ao mesmo tempo que os engenhos floresciam no recôncavo da Guanabara, porém "as lutas que se seguiram pela posse das terras foram uma das razões para atrasar o fomento da lavoura canavieira. Nestas lutas entravam em jogo os interesses dos homens poderosos que residiam no Rio de Janeiro e tinham currais e sítios naquela zona, dos alto-mandatários do governo colonial e das ordens religiosas; tinham no seu bojo aspectos de luta de colonos contra latifundiários, de agricultores contra criadores." (Geiger, P.P., 1953, p. 88). Ao lado deste aspecto de conflitos sociais localizados, que refletem no desenvolvimento de uma determinada área e assim merecem ser enfatizadas, tem-se que ver que a produção açucareira estava passando, no Brasil, por uma retomada de importância. Isto ocorre porque no mercado europeu, como lembra C. Prado, estava havendo uma valorização dos produtos coloniais em decorrência do aumento da população na Europa e da revolução industrial (Prado

J.C., 1956). Deve-se, entretanto, acrescentar que o ouro já começava a apresentar naquela época sinais de esgotamento, já não sendo a atividade mineradora tão atrativa. As condições físicas excelentes da baixada de Goitacases para a agricultura leva a sua ocupação por partidas de cana. Assim, os currais da atual região de Campos cedem lugar aos engenhos. "Na segunda metade do século XVIII e nos primórdios do seguinte ocorreu, pois, em Campos, um verdadeiro *rush* canavieiro. Multiplicavam-se os engenhos, ampliava-se a área de canaviais, importavam-se mais escravos e a produção de açúcar, como a de aguardente, crescia dia a dia. A população rural, que em 1752 fora estimada em 12.000 habitantes, alcançava 50.000 almas em 1814" (Bernardes, L.M.C., 1957, p. 197). Campos se beneficia e cresce seu comércio.

Correspondente a expansão canavieira e a difusão dos engenhos por áreas não só de baixada como de colinas, surgem centros de comercialização na região como Macaé (1813) e Maricá (1814) (Azevedo, A., 1957, p. 139).

A base produtora no período colonial, não obstante agrícola, não garante, nesta fase, supremacia do rural sobre o urbano. Como muito bem coloca Helena Garcia, "as classes produtoras estabelecem uma aliança com a burguesia mercantil metropolitana mais poderosa, na qual se baseou a exploração econômica da colônia. É assim transferida para as cidades, intermediárias entre o campo e a metrópole, parte considerável do controle sobre o capital produtivo. Se ao campo cabia a produção, às cidades tocava a função político-administrativa que desde o início as caracterizou. O papel conferido ao estado pela sociedade civil era já o de controle da sociedade como um todo e da produção social.

As cidades, no entanto, permaneciam improdutivas” (Garcia, H.D., 1979, p. 35).

Na realidade, as cidades da colônia surgem mais em função do interesse dos colonizadores do que para servir às necessidades da população. Neste contexto o Rio de Janeiro firma-se como representante do poder central da metrópole, centro político, administrativo e financeiro de uma sociedade dominada pelo poder monárquico de origem européia. Fora a cidade do Rio de Janeiro, destaca-se no século XVIII e início do XIX apenas a cidade de Campos, cujo crescimento é função da lavoura canavieira. A falta de integração com a cidade do Rio de Janeiro, pela fragilidade dos meios de comunicação, faz desta cidade o centro regional mais importante da província depois da capital.

O Rio de Janeiro se beneficia desta precaridade dos meios de transportes e por ter um porto capaz de receber os navios que levam o açúcar para a metrópole, para ele converge o açúcar produzido na região de Campos. Estabelece-se, nessa época, uma forma de dependência entre o Rio de Janeiro e a região produtora. Se considerar-se que era comum os senhores de engenho viverem no Rio de Janeiro, verifica-se que esta cidade passa a ter outra função, isto é, lugar de moradia dos poderosos da época.

Entretanto, alguns centros da região produtora beneficiam-se da comercialização da produção. É o caso de São João da Barra, que assiste momentos de esplendor graças à exportação do açúcar. No entanto, as condições desfavoráveis da bacia do rio Paraíba cedo passam a dificultar as exportações da produção crescente, refletindo-se no crescimento da cidade.

A inexistência de condições físicas para instalação portuária no norte fluminense torna indispensá-

vel a ligação com Macaé, onde na enseada de Imbetiba havia ancoradouros profundos. A partir de 1872 a produção passa a ser escoada pelo canal construído entre Campos e Macaé, provocando a decadência de São João da Barra. Poucos anos mais tarde, com a criação da estrada de ferro Macaé—Campos (1875), efetua-se a prosperidade da cidade de Macaé, que teve curta duração, tendo em vista que a ferrovia Niterói—Campos veio provocar a estagnação do porto de Imbetiba. “Como no caso de muitos outros portos do litoral brasileiro, em especial os dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a ligação ferroviária com os grandes centros e estabelecendo comunicações mais fáceis, paralelamente ao litoral, provocam uma verdadeira revolução na vida da cidade de Macaé, de uma hora para outra privada de todo seu comércio marítimo” (Bernardes, L. 1957, p. 160). A estagnação desta cidade, segundo a autora citada, prolonga-se até a década de 1950, quando entra em nova fase de crescimento.

Ao lado desse fator de desenvolvimento, espacialmente localizado, e que beneficiou a cidade do Rio de Janeiro, no início do século XIX o panorama político-econômico da Europa veio trazer repercussões na colônia, e particularmente reproduzir o poderio do Rio de Janeiro no sistema colonial. Em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, a cidade é acrescida de outras funções e tem seu papel como centro político-administrativo, reforçado e ampliado quando se dá a emancipação política e a fundação do império.

6.2 — O Setor Primário Exportador e a Multiplicidade das Células Urbanas

A evolução política do império corresponde, no campo econômico, “à integração sucessiva do país

numa forma produtiva superior: a forma capitalista. As instituições primitivas, como a escravidão, herdadas da antiga colônia, são banidas pelas novas forças produtivas que se vão formando e desenvolvendo no correr do século passado” (Prado Jr., 1957, p. 91).

O País entra naquela etapa que Rofman denomina de integração ao comércio mundial, participando do modelo da divisão internacional do trabalho. Este período é caracterizado “pela conformação definitiva das estruturas do poder nacional que se coligam com a estrutura dominante externa à área. O período cobre até a terceira década do século XX” (Rofman, A.B., 1917, p. 47).

Este período é também comumente denominado de modelo primário exportador. Na província do Rio de Janeiro o desenvolvimento do sistema econômico tem repercussões espaciais de especial importância, tendo elaborado todo um sistema de cidades. É nesse período que o Rio de Janeiro passa a ter a hegemonia não só na sua região mas em todo o espaço nacional. Dá-se modificações funcionais na cidade do Rio de Janeiro e o aumento de seu poder político e econômico a nível nacional, para ela convergindo maior percentagem das rendas públicas e privadas.

Da exportação de ouro à exportação do açúcar e, mais tarde, a do café, a balança comercial do Rio de Janeiro oscila entre períodos de fastígio e de crises, estas muitas vezes determinadas pela ação direta do estado. Releva notar que políticas comerciais da época desde cedo favorecem investimentos de capitais estrangeiros não só na atividade comercial senão também nos serviços urbanos.

A base mercantil da cidade do Rio de Janeiro, herdada dos períodos anteriores, permite participação mais efetiva da burguesia co-

mercial desta cidade nas transações comerciais que passam a comandar as relações internacionais. A função portuária do Rio de Janeiro reafirma-se com o escoamento da produção cafeeira, mantendo a liderança das exportações até 1890.

A progressiva ascensão da classe comercial e dos industriais faz com que estes passem a exercer “domínio sobre os fazendeiros que se sujeitavam cada vez mais aos que dispunham de capital. Era o desenvolvimento progressivo das cidades, com novas classes mais abastadas, que passaram a dominar os proprietários de terra, tornando-se estes dependentes dos comerciantes” (Geiger, P.P., 1956, p. 31). Apesar da importância que certas cidades passaram a ter neste período em decorrência do desenvolvimento não só do café mas também da cana e de outras lavouras, era o Rio de Janeiro que concentrava a classe que possuía capital — a burguesia comercial, sobretudo aquela dedicada às atividades de exportação.

A concentração do poder político-econômico na capital está refletida em sua população. Em 1872 sua população era de 275.000 habitantes, enquanto que a província do Rio de Janeiro contava com 783.000. Em 1890 a população da capital da república tinha atingido 522.000 e a do Estado do Rio de Janeiro era de 877.000 habitantes.

O modelo base exportação em terras fluminenses é mais significativo no século XIX, quando esta lavoura ocupa, extensivamente, grande parte do vale médio Paraíba, ocupando também todo o trecho serrano onde as condições climáticas eram favoráveis para a cultura. Os desequilíbrios espaciais decorrentes são devido, em especial, à qualidade dos solos, às condições climáticas locais e ao estágio em que se encontra o avanço

da cultura cafeeira. Este desequilíbrio reflete-se nas cidades surgidas em função do café. O café é grande desbravador e incentivador do aparecimento de cidades em todo o planalto fluminense, entre muitas delas, destacam-se Vassouras, Barra do Pirai, Cantagalo. "Além das cidades, por centenas se contam as vilas, povoados e arraiais, nascidos no grande ciclo cafeeiro fluminense, além de muitos outros núcleos que na baixada mesmo, não indo além de medíocres ajuntamentos, repentinamente floresceram com o simples trânsito de torrentes de café de serra acima" (Lamego, A.R. 1963, p. 7)

O café realmente "modelou" a rede de cidades do atual estado. Depois do "ciclo cafeeiro" poucos centros surgem. Entre eles e que, atualmente, tem importância no sistema urbano estadual, só se pode citar Volta Redonda.

Antes da ferrovia que drena para o Rio de Janeiro toda a riqueza do café e que consolida a hegemonia da cidade no espaço regional, algumas cidades, entre elas, alguns portos, se beneficiam do desenvolvimento espacial da lavoura cafeeira na província fluminense. "Parati revive temporariamente os prósperos dias coloniais. Angra dos Reis torna-se o segundo porto do Brasil meridional. Mangaratiba aparece enriquecida pelos Breves. Itaguaí, simples registro fiscal, passa de aldeia indígena a cidade. Maricá, Araruama, São Pedro d'Aldeia e o próprio Cabo Frio muito devem ao café. Barra de São João é um dos maiores portos fluviais do norte fluminense com os seus embarques de café. Macaé recebe a colheita de numerosas fazendas esparsas em diferentes galhos serranos" (Lamego, A.R., 1963, p. 7).

Quando os caminhos por terra se mostram precários no processo de comercialização, dificultando as exportações para o mercado mun-

dial e com isso afetando os interesses não só do fazendeiro mas sobretudo da burguesia mercantil do Rio de Janeiro, pensa-se na construção da ferrovia. "Os fazendeiros mais importantes do vale do Paraíba não tardaram a se empenhar, com dinheiro e prestígio, na progressão dos trilhos que, a princípio, pareciam destinados a se deter no sopé do abrupto serrano" (Bernardes, N., 1958, p. 46). Com a ferrovia há profundas transformações nas cidades da província fluminense. As transformações se verificaram não só naquelas que se tinham beneficiado indiretamente com a economia cafeeira, através da etapa de transbordo para o porto do Rio de Janeiro, vivendo um rápido ressurgimento como se viu na citação acima. O que é mais marcante é o que ocorre com as cidades que surgem em decorrência da própria economia agroexportadora cafeeira.

De modo tradicional, as transformações ocorridas nas cidades cafeeiras fluminenses com intenso processo de estagnação, ou mesmo decadência, têm sido explicadas pelo esgotamento das áreas cafeeiras da província, abolição da escravidão, entre outras causas. Ao mesmo tempo o surgimento daquelas cidades e seu apogeu são descritos como produto da oligarquia cafeeira que nelas investiu. É difícil entender que tamanho poderio, fruto de importante classe, tenha ruído tão rapidamente. Aqui coloca-se uma dúvida: sobre em que espaços estaria atuando os interesses e o capital acumulado com o café? Será que as cidades fluminenses surgidas do café são realmente um produto da oligarquia rural ou elas são apenas um reflexo do café, através da burguesia comercial surgida em cada uma delas e que não representam, nas classes dominantes da época, papel de decisão. Se considerar-se, como foi citado anteriormente, que os próprios fazendeiros financiaram a

construção da ferrovia e que esta beneficiou, realmente, o Rio de Janeiro e levou a decadência, ou pelo menos a estagnação, para as cidades por onde ela passou, verifica-se que havia interesse contraditórios entre a oligarquia rural e a burguesia comercial das cidades fluminenses como Vassouras, Barra do Piraí, Cantagalo, entre outras. As cidades fluminenses surgidas com o café não tem um papel no processo do desenvolvimento do capitalismo no estado. O café, no século XIX, na província, beneficia apenas os fazendeiros e a burguesia comercial mercantil estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. Daí, no sistema de cidades do estado do Rio de Janeiro, em 1950, aquelas cidades se apresentarem não só com pequeno tamanho funcional como também com baixo nível sócio-econômico. Reafirma-se que o ciclo do café fluminense é muito mais o consolidador da hegemonia do Rio de Janeiro do que o criador de vida urbana na zona serrana e no vale do Paraíba.

Aqui é válido lembrar as colocações de Helena Garcia quando diz que com o café "a base produtora continua a ser o campo, embora se apresente um fato novo: a maior retenção do excedente por parte dos produtores, o que dá origem ao movimento de nacionalização do capital e à formação de oligarquias cuja força reside na propriedade da terra. Aparelham-se as fazendas no sentido de se auto-abastecerem sem que seja necessário recorrer às cidades. Nesses dias torna-se mais clara a predominância do campo sobre a cidade. O próprio estado constitui-se a partir de oligarquias rurais. Os grupos ligados às tarefas eminentemente urbanas e os responsáveis pela produção manufatureira não conseguem ainda uma representação substantiva a nível político e, portanto, não conseguem imprimir sua marca à cidade. A maior utilização do excedente econômico será

para sustentar a própria atividade cafeicultora. As deficiências de que padecem hoje todas as cidades brasileiras, sem exceção, em matéria de serviços urbanos, são já seculares" (Garcia, H., 1979 p. 36).

Por outro lado, o sistema político-administrativo brasileiro tem, desde o início, se constituído em fator de entrave à estruturação de um sistema de cidades equilibrado. A independência política contrapõem-se a dependência aos países centros. A cidade capital, concentrando o poder político, firma-se como centro da vida nacional. Pela constituição de 1824 o poder político, inspirado pela eleição de câmaras responsáveis pela administração local, foi aparente, dada a subordinação das mesmas ao poder central das províncias. A escassez de recursos sempre caracteriza a administração municipal, que não tem condição de criar infra-estrutura e serviços públicos necessários ao crescimento das cidades. O ciclo se estabelece na medida em que a insipiência dos equipamentos urbanos não atrai investimentos do setor produtivo. A Proclamação da República, a Constituição de 1891 e a criação dos legislativos municipais não mudam essa situação.

Chega-se ao século XX em que se configura no território do estado um espaço dominado pela cidade do Rio de Janeiro e o restante sem nenhuma vida representativa. Na região do vale do Paraíba, posteriormente à queda da cafeicultura, somente a pecuária consegue sobreviver em solos tão degradados. A criação de gado leiteiro, dentro dos moldes semi-extensivos em que passa a ser praticada, acentua, inicialmente, o despovoamento do meio rural, e, por não ter capacidade de incorporar inovações, acaba resultando em progressiva perda de substância financeira do setor primário do estado. Cabe destacar que, ao contrário de São Paulo, onde ocorreu diversificação

da agricultura, menos em função das crises do café do que pela expansão do mercado urbano (Cano, Wilson. 1975), no Estado do Rio de Janeiro a estagnação e mesmo decadência das cidades após a queda da produção cafeeira não estimula o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, não obstante os solos desgastados deixados pelo café.

A agricultura nos 30 primeiros anos do século XX, no Estado do Rio de Janeiro, desenvolve-se de maneira espacialmente isolada e descontínua. Essa lavoura, voltada para a produção de alimentos para o mercado interno e de matérias-primas para a indústria de produtos alimentares e bebidas, sustenta a economia das pequenas cidades, de débil incremento demográfico e fraca vida comercial.

Alguns trechos agrícolas se destacam mais do que os outros, de modo especial são as áreas correspondentes às baixadas litorâneas e às colinas cristalinas, ou mesmo as "serras frias". Nas áreas mais próximas ao Rio de Janeiro a agricultura volta-se para o mercado carioca. É, por exemplo, o caso da produção de batata e marmelo em Teresópolis. "A qualidade do marmelo de Teresópolis tomou forma e para aproveitá-lo foi instalada na sede municipal em 1916 uma fábrica de massa de marmelo para fornecimento da Fábrica Colombo, sediada no Rio de Janeiro (Duarte, A.C., 1968, p. 112)

Em trechos da Baixada Fluminense "os gêneros alimentícios eram cultivados nos trechos pouco explorados anteriormente" (Geiger, P.P., 1956, p. 34). Em 1913, quando "começa a desenvolver-se a cultura da laranja em Itaboraí, a farinha de mandioca e o milho figuravam entre os principais produtos do município. Em 1925, Cachoeiras de Macacu exportava milho, feijão e farinha" (Geiger, P.P., 1956, p. 34).

No Norte fluminense surge uma zona cafeeira nos solos cristalinos. De curta permanência, a produção beneficia, de certo modo, as cidades de Itaperuna e de Bom Jesus do Itabapoana. Entretanto, essa produção decai após 1929 devido à queda das exportações.

De relevância econômica maior e com repercussões no crescimento de algumas cidades, a fruticultura, de modo geral, e o "ciclo da laranja", de modo particular, prolonga no território fluminense o modelo primário exportador. O desenvolvimento da cultura da laranja, da banana e do abacaxi está relacionado à expansão das exportações durante a conquista dos mercados europeus depois da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, seu período foi curto, entrando em declínio com as restrições das exportações após a grande crise mundial de 1929 e, praticamente, terminou com a Segunda Guerra Mundial.

As repercussões desse período nas cidades da baixada foram grandes e muito diferentes, se estavam ou não dentro do espaço em que a fruticultura se desenvolveu. Algumas se desenvolveram de modo extraordinário, como Nova Iguaçu e São Gonçalo. Outras permaneceram estagnadas, como Itaboraí ou francamente decadentes, como Barra de São João (Geiger, P.P. 1956).

Cabe salientar que a lavoura canavieira, base da economia do norte fluminense, não faz parte, nesta fase, da economia de exportação. Seu objetivo é atender ao consumo crescente do mercado urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Sem dúvida, em 1930, a situação econômico-financeira da cidade do Rio de Janeiro se encontra abalada com as crises de exportação, entretanto a cidade já tinha acumulado fatores locais necessários para não perder sua posição hegemônica no sistema de cidades da área fluminense que dominava,

quando um novo “modelo” de desenvolvimento se implementa no País — o da industrialização substitutiva.

6.3 — Acumulação Capitalista e o Processo de Metropolização

A crise da hegemonia agrário-exportadora, decorrência da grande crise de 1929 e a Revolução de 1930, marcaram no Brasil o início de aceleração da economia com o desenvolvimento de uma nova estrutura produtiva de base urbano-industrial.

Essa nova fase é caracterizada por “três formas distintas, nem sempre sucessivas: 1 — a chamada de industrialização substitutiva de importações. 2 — a industrialização restritiva ou excludente baseada na implantação da produção de bens intermediários e de bens de produção e no seu consumo. 3 — a dinamização econômica por meio da exportação de produtos semi-manufaturados e de alguns produtos acabados de consumo popular” (Cardoso, F.H., 1975 — p. 64).

Aqui aceita-se, em linhas gerais, essa caracterização do crescimento econômico brasileiro nos últimos 40 anos, cientes de que a nível teórico-conceitual pode suscitar críticas sobre interpretação da acumulação capitalista. Entretanto, ela parece satisfatória para entender, como processo social, a estrutura espacial do sistema de cidades do Estado do Rio de Janeiro e as distorções nele verificadas, conforme os resultados das análises multivariadas a que se submeteu o universo de cidades do estado. As interpretações de Fernando Henrique Cardoso sobre o processo de crescimento econômico brasileiro relacionam produção industrial, consumo urbano, atividades terciárias e, sobretudo, relações de classes sociais e o poder do Estado sobre a economia. Isto parece dar conta, ao nível teórico-conceitual, do que ocorreu ao

nível do empírico no Estado do Rio de Janeiro, onde toda, ou quase toda, a acumulação do crescimento se concentra na metrópole carioca, sobretudo as formas 2 e 3 acima relacionadas.

A fase da aceleração industrial chamada de substituição das importações ocorre em outros países da América Latina e é suficientemente conhecida, o que dispensa caracterizações pormenorizadas, principalmente porque nem sempre auxiliam na compreensão do sistema urbano e da estrutura espacial. Entretanto, dois processos permitem entender o porquê da viabilização do crescimento das indústrias pela substituição das importações com reflexos na acelerada taxa de urbanização e sobretudo da metropolização e que permitem entender o que aconteceu no Estado do Rio de Janeiro. O primeiro processo é uma consequência da etapa anterior, a primário-exportadora que gera “economias de aglomeração em um conjunto reduzido e privilegiado de centros urbanos” (Rofman, A.B. 1977, p. 137).

No caso do sistema aqui estudado, só um centro se beneficiou realmente deste processo — a cidade do Rio de Janeiro, porque era a que tinha acumulado, durante todo o período anterior, a infraestrutura necessária para representar seu papel no período de crescimento que se iniciava. O segundo processo “se relaciona com o mecanismo de reacomodação interna e o jogo de alianças entre os grupos sociais recém-incorporados, os que expressam a crise do sistema oligárquico-exportador em vias de uma modificação significativa” (Rofman, A.B., 1977, p. 137). Este processo no Brasil está relacionado às modificações na estrutura de classes no País e ao surgimento do “populismo”. Foi este que estimulou, e de modo contraditório, certas pressões por parte da classe operária-urbana quanto à melhoria de salários e outras reivindicações so-

ciais, localizadas nas cidades — os institutos de previdência — com decorrente assistência médico-escolar e mesmo habitacional. Isto ocorre em particular no Rio de Janeiro e, mais modestamente, em Niterói e Volta Redonda. Sem dúvida esse processo de transformações sociais estimulou o crescimento das cidades e intensifica as migrações rurais-urbanas, porque a diferença de salários entre o campo e a cidade induzem movimentos nesta direção. O custo da industrialização é, em verdade, bastante pesado para o campo.

No caso do Estado do Rio de Janeiro esse processo tem repercussões muito grandes. A maioria das cidades surgidas no “ciclo do café” o foram pelo impulso muito mais comercial do que pela estrutura produtiva. Só tinham pequenas indústrias ligadas ao mundo rural, não sofreram o impacto das transformações sociais e não foram beneficiadas pelos fluxos migratórios. Esses ocorrem particularmente para as cidades onde as indústrias se instalam e onde o mercado de emprego é atrativo. Tratando-se de uma industrialização fortemente concentrada, é para o Rio de Janeiro e para a área metropolitana que o afluxo migratório é mais intenso.

Em contrapartida, a estrutura produtiva do setor primário é acentuadamente afetada, com perda de mão-de-obra (vide anexo 6), sobretudo porque as estruturas agrárias se mantêm intocadas. Ao mesmo tempo, as propriedades rurais das áreas periféricas, sobretudo aquelas situadas em áreas de amenidades, estavam sob processo de gestão valorizada, com especulação do solo, decorrência do processo social urbano-industrial e do capitalismo.

A industrialização, a partir de 1930, beneficia e afeta desigualmente não só a estrutura urbana como a estrutura espacial em seu conjunto. As cidades que passam

pelo processo são poucas e poucas se beneficiam. Em contrapartida, as que são afetadas negativamente ou, pelo menos, não são beneficiadas, são numerosas, gerando as distorções já assinaladas no capítulo anterior.

“As indústrias inicialmente substitutivas são as produtoras de bens de consumo simples. A primeira fase do modelo de substituição de importações, que se desenrola durante os anos trinta e quarenta, corresponde, assim, à fase final de implantação do “setor tradicional” (Bresser Pereira, L.B., 1977, p. 118). É essa fase inicial que beneficia as cidades onde já havia alguma atividade artesanal e uma mão-de-obra qualificada. Como característica da fase, tem-se indústrias com capital de pequenos empresários e de baixa tecnologia. Isto ocorre, sobretudo em Nova Friburgo e Petrópolis. Em Nova Friburgo às primeiras fábricas de rendas e artigos elásticos, setor tradicional, instaladas nas duas primeiras décadas do século, vieram se juntar outras, nas décadas de 30 e 40, do modo que a cidade passa a ser considerada um núcleo industrial. Em Petrópolis, que até 1930 tinham sido instalados apenas 23 estabelecimentos, todos ligados aos ramos tradicionais, teve, entre 1930 e 1950, seu setor industrial acrescido de 52 estabelecimentos (Magalhães, J.C., 1966, p. 34) de diferentes tamanhos e de vários gêneros, mas todos de bens de consumo, característica da fase substitutiva.

O processo de industrialização substitutiva em sua fase inicial, isto é, até 1950, caracteriza-se pela fraca concentração de capital nacional, procedente da acumulação com base na exportação de produtos primários e de atividades urbano-mercantis. Ao lado disto, “começou-se a produzir internamente em primeiro lugar os bens de consumo não duráveis destinados, primordialmente, ao consumo

das chamadas classes populares e não o inverso, como comumente se pensa” (Oliveira, F., 1977, p. 22). No sistema espacial fluminense esta fase do processo de industrialização implanta-se, em poucos centros, de uma rede surgida na fase anterior, com pequenas indústrias com baixo índice de capitalização, apresentando poucas possibilidades de promoverem um desenvolvimento industrial diferenciado. Apenas o eixo Rio—São Paulo é beneficiado pela implantação industrial que ocorre ainda nesta época, isto é, na década de 1940.

Os interesses governamentais voltam-se para o setor siderúrgico e daí resulta o levantamento de grande soma de recursos financeiros e a construção de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. A criação da Usina Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, inicia incipiente descentralização do setor industrial. As vantagens locacionais desse segmento territorial do estado, a maioria delas implantada na fase primário-exportadora como: facilidade de transporte ferroviário, proximidade do porto, ou como consequência dela a existência de mão-de-obra relativamente barata em decorrência do êxodo rural, atraem, ao lado da Companhia Siderúrgica Nacional, outras indústrias, porém estas na fase posterior, quando o processo desemboca num modelo concentracionista, com expansão das indústrias de bens duráveis e de bens de capital.

Dessa forma pode-se concluir que as disparidades verificadas no sistema de cidades, em 1950, são modeladas por diferentes processos, refletindo de maneira diferente no tempo e no espaço. Sem dúvida, em todas elas, desde a fase mercantilista, passando pelo primário-exportador, chegando ao início de industrialização substitutiva, a grande beneficiária é a metrópole do Rio de Janeiro que nessa época impulsiona intenso processo de me-

tropolização das cidades, bastante numerosas, surgidas na fase primário-exportadora. Só Campos mantém-se como centro de importância econômica, porém sofrendo os reflexos da crise das exportações, pois não só sua economia fica abalada como recebe contingente de mão-de-obra do mundo rural, que não pode ser absorvido no mercado de trabalho urbano, trazendo problemas de deficiências de serviços, o que se reflete no nível sócio-econômico detectado em sua posição no respectivo fator da análise fatorial.

6.4 — O Capitalismo Atual e o Sistema Urbano

A partir de 1950, com o “desenvolvimento nacionalista” do governo populista de Vargas (1950-1954) e com o Plano de Metas do governo Kubitschek (1956-1960), “que associou de forma brilhante a política de massas e os compromissos crescentes com o capital externo” (Ianni, O., 1978, p. 8), dá-se início ao crescimento acelerado do processo de industrialização do País e que terá repercussões na estrutura espacial dos sistemas urbanos.

Não é necessário aqui uma caracterização detalhada do processo. Já suficientemente conhecido pelas críticas de Maria da Conceição Tavares (1970), Celso Furtado (1974), Carlos Lessa (1975), Francisco de Oliveira (1977), entre outros. Procura-se apenas lançar mão de alguns aspectos do processo que sirvam para entender o que aconteceu entre 1950 e 1970 no sistema urbano fluminense e selecionar certas formas da ação do poder de governo que, após 1970, vieram contribuir para acentuar a concentração das atividades urbano-industriais, acentuando os desequilíbrios no sistema.

A entrada de capitais estrangeiros através de empresas multina-

cionais não ocorre somente no setor industrial com forte dependência de capitais e de tecnologia, mas se faz sentir em outros setores, como o de serviços e os financeiros. Isto acrescenta novas forças ao processo de acumulação e tem repercussões na acentuação da concentração econômica na cidade do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo outra característica se impõe. É que a agricultura participa dialeticamente deste processo de acumulação, pois ao lado do excedente dela retirado verificam-se crises nas áreas agrárias não ligadas diretamente à exportação, o que causa não-crescimento, ou mesmo decadência, de centros urbanos em áreas agrícolas, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse processo o comportamento dos três setores econômicos, industrial, agrícola e de serviços são manipulados pela intervenção do Estado. Se o teor econômico deste processo vinha sendo forçado desde o plano de metas, "o seu teor político que também vinha sendo forçado anteriormente entra em completa execução com o governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco" (Ianni, O., 1975, p. 29) De modo especial, no período de 1964 a 1972 as metas nacionais são definidas pelo Estado de acordo com os interesses da burguesia e dos proprietários de terra. É essa fase privilegiada do autoritarismo que permite intervenção direta do poder estatal no sistema espacial fluminense, com a fusão de unidades federadas e com o apoio de larga margem de técnicos, nem sempre voltados para uma compreensão global da problemática social da estrutura espacial.

Estas diferentes características por que passa o processo, desde o início da década de 50, em diferentes conjunturas políticas, tem reflexos na estrutura espacial do que é hoje o Estado do Rio de

Janeiro, acentuando distorções na estrutura do sistema urbano, apesar de toda política de planejamento desenvolvida pelos poderes federal e estadual.

Quanto ao setor industrial, neste processo ligado ao capital estrangeiro, a cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana não são tão privilegiadas pelos grupos estrangeiros como São Paulo (Michin, S.S. 1973, p. 104). Entre as indústrias consideradas prioritárias no plano de metas, poucas são as que se estabeleceram no então Estado do Rio de Janeiro, exceção feita à indústria de construção naval em Angra dos Reis (Verolme). De modo geral, o crescimento industrial na região metropolitana e no restante do estado é feito através de capital estatal. Na década de 50, em Cabo Frio, é constituída a Fábrica Nacional de Alcalis. No município de Duque de Caxias a Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria de Duque de Caxias.

As indústrias de bens de capital, que caracterizaram o período mais recente do processo em análise, não representam no município do Rio de Janeiro importância no setor industrial. Segundo Robalinho de Barros, a grande empresa industrial, e esta foi por ele considerada como aquelas que têm 250 e mais empregados, contribui, em 1973, com 40,9% do valor da produção, participando com 10,0% do número total de estabelecimentos e sendo responsável por 49% da mão-de-obra ocupada no setor. O mesmo autor afirma que os ramos que participam com maior expressão no valor da produção são os de gêneros de bens de consumo tais como têxtil, couros e peles, materiais plásticos (Robalinho de Barros, F. 1975).

A cidade do Rio de Janeiro não tem o mesmo dinamismo industrial após 1950 e não foi pólo atrativo para as empresas multinacio-

nais do setor industrial instaladas após aquela data, como ocorre em São Paulo. De modo geral, o Rio de Janeiro perde, sucessivamente, a posição de centro hegemônico da economia nacional no que se refere ao setor industrial. O quadro a seguir, extraído do trabalho de Ianni, é elucidativo (Ianni, O. 1978, p. 34).

QUADRO 8

Valor da "Produção" Industrial por Estado

ESTADOS	1907	1920	1938	1958
Distrito Federal.....	33,1	20,8	14,2	11,4
São Paulo.....	16,5	31,5	43,2	55,0
Rio Grande do Sul.....	14,9	11,0	10,7	7,7
Rio de Janeiro.....	6,7	7,4	5,4	6,6

Além disso, o setor industrial é altamente concentrado no espaço estadual. Em 1973 "aproximadamente 80% do total do valor da produção estão concentrados em apenas oito municípios: Duque de Caxias, Volta Redonda, Campos, São Gonçalo, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis e Barra Mansa" (Robalinho Barros, 1975, p. 187). Assim, não considerado o município do Rio de Janeiro, observa-se que dos oito municípios citados, cinco estão integrados à região metropolitana, o que fica bem acentuado que o setor industrial, mesmo na fase acelerada do crescimento dependente, não beneficia o espaço estadual, sendo apenas relativamente importante na região metropolitana.

Entretanto, não foi só o capital estrangeiro o responsável pela acumulação capitalista com base no setor industrial. "O governo brasileiro desempenha um papel importante, tornando compatíveis diferentes relações de produção dentro da formação social, já que cria empregos não só no setor de

serviços do governo mas também empregos de diferentes níveis de produtividade nas empresas governamentais" (Figueiredo, Vilma. 1978, p. 97). Esta característica do processo econômico merece alguns comentários porque permite um entendimento da concentração econômica e de atividades no Rio de Janeiro e a ampliação não só de sua região metropolitana mas também do que por ora denomina-se de projeção do poderio metropolitano pelo espaço estadual.

Há opiniões controvertidas sobre o que constitui o setor estatal da economia brasileira, sobretudo em relação à sua estrutura e formas de atuação no processo de acumulação. "O problema não está apenas em que o setor estatal da economia no Brasil seja um fenômeno relativamente novo, como tentam explicar alguns economistas, mas que ainda se encontra em processo de afirmação e não tenha adquirido forma precisa e definida" (Michin, S.S. 1973, p. 226). Entretanto, não se pode negar que seu papel é fundamental e que tem reflexos sobre o consumo. Aqui pretende-se associar esses reflexos às características espaciais e sua concentração econômica.

As empresas estatais, uma das formas do setor, foram criadas desde a década de 50, com os governos populistas, tais como Petrobrás, Eletrobrás, Vale do Rio Doce, mas se tornam mais numerosas e poderosas no final da década de 60 e no início da década de 70; a diversificação e expansão dessas empresas é uma série de órgãos e fundações de governo encarregadas de produzir estudos e metas para a "política de desenvolvimento" e ação de planejamento exigem uma multiplicidade de técnicos de formação universitária para seu funcionamento. "Muitos desses técnicos, os mais graduados, já tinham mesmo militado em empresas multinacionais" (Michin, S.S. 1973, p. 185 a 188) e todos tinham como

atrativo os elevados salários. Passaram a constituir uma fração da classe dominante, denominada de burguesia estatal ou “classes dos tecnocratas” (Bresser Pereira, 1977, p. 68). Esta fração de classe social não tem inteiramente poder político, entretanto representa “setores da classe média alta que fazem sentir sua presença mais como consumidores do que como partes ativas da comunidade política” (Cardoso, F.H. 1975, p. 80). Esta fração de classe social tem na estrutura social posição de privilégios, o que torna estes setores beneficiários automáticos do crescimento econômico (Cardoso, F.H. 1975).

No que tange ao crescimento econômico do Rio de Janeiro, a presença nesta cidade, desde a década de 50, de empresas estatais vinculadas à função de capital federal, e nas décadas seguintes, de órgãos, mesmo do governo federal ao lado do estadual, sobretudo depois da fusão, estimula o crescimento do setor terciário. São instaladas na metrópole serviços de alta qualidade, reproduzindo um terciário especializado e que vem se ampliando nos últimos quinze anos, sobretudo para atender àquela fração da classe dominante. A não desagregação do setor serviços não permite, através de estatísticas, avaliar empiricamente o peso que as mesmas tem na economia da metrópole e quando surgiram com maior intensidade.

Aparentemente contraditório, mas dialeticamente explicável, o setor serviços voltado para as populações de baixa renda pode explicar também todo um crescimento econômico e horizontalmente expandido na região metropolitana, até nos contatos da periferia com a faixa rural. “Criou-se, para atender às demandas nascidas na própria expansão industrial, vista do lado das populações engajadas

nela, isto é, urbanizadas, uma vasta gama de serviços espalhados pelas cidades, destinados ao abastecimento das populações dispersas: pequenas mercariarias, bazares, lojas, oficinas de reparos e “ateliers” de serviços pessoais. Estes são setores que funcionam como satélite das populações nucleadas nos subúrbios e, portanto, atendem a populações de baixo poder aquisitivo” (Oliveira, F. 1977, p. 35).

Esta citação parece dar conta do ocorrido no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Quanto ao nível empírico, constata-se pela análise fatorial que, em 1970, os municípios com alto contingente de população urbana e os mais baixos níveis sócio-econômicos se integram na região metropolitana. Vê-se que o tamanho econômico desta parte da estrutura espacial do estado pode ser formado com dois setores que refletem as distorções das rendas das diferentes classes sociais que formam a sociedade que aí vive.

Estas colocações encontram respaldo nas formulações de Santos quanto aos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. “O tema dos dois circuitos da economia urbana aparece então como um verdadeiro novo paradigma da geografia urbana e da planificação nos países subdesenvolvidos. A idéia central desse estudo é que a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço ou, dito de outro modo, como um bloco. Ao contrário, no interior do sistema urbano, em si mesmo dependente de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos” (Santos, Milton. 1979, p. 30). Estes dois circuitos, segundo o autor, são responsáveis não só pelo processo econômico mas também pelo processo da organização do espaço.

A metrópole carioca e seu espaço imediato, que concentra 80% da população estadual, tem no crescimento do terciário, e este com toda sua complexidade, a base de sua economia, mais do que a do setor industrial. Isto faz-se apelar mais uma vez para Francisco de Oliveira para compreender o fenômeno no processo econômico do capitalismo brasileiro: “o crescimento do terciário, na força em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil” (Oliveira, F. 1977, p. 25).

O setor agrícola também participa do processo de acumulação acelerada. Por parte do governo, refletindo o interesse da burguesia nacional associada à internacional e como parte integrante do próprio sistema, o setor primário tem que ser mantido ativo, mas não estimulado. Ao mesmo tempo “a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas de forma a não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial” (Oliveira, F. 1977, p. 15). A agricultura beneficiada foi aquela voltada para as exportações.

Como é conhecido, o Estado do Rio de Janeiro, após a decadência da sua cafeicultura encerrada no século XIX, não tem áreas de expressão agrícola para a exportação. Mesmo a zona açucareira do norte fluminense não pode concorrer, na exportação, com a produção paulista e mesmo do Nordeste. Assim, a agricultura participa do processo de acumulação, nesses últimos vinte anos, fornecendo sobretudo alimentos para as massas urbanas. Entretanto, participa diretamente

no processo através do fornecimento de mão-de-obra rural que, migrando, vem reforçar o exército industrial de reserva das cidades. Aqui é necessário relembrar que pode este “exército de reserva” ser talvez muito mais dirigido para o setor serviços, contribuindo para a desvalorização da mão-de-obra no setor.

No Estado do Rio o decréscimo da população rural em quase todas as regiões-programa e o pequeno crescimento de população urbana na grande maioria de cidades do sistema pode servir, ao nível do empírico, para comprovar este conceito (vide anexo 6).

Esta visão geral das diferentes características desta fase (1950-1979) do processo de acumulação capitalista pode levar a conclusão de que no sistema espacial fluminense poucas foram as cidades que responderam às estratégias dos planos de ação governamental para o desenvolvimento econômico-social, mesmo após a fusão, pois os desequilíbrios espaciais permanecem no Estado do Rio de Janeiro. A concentração econômica continua ou mesmo se acentua no espaço metropolitano. As distorções na estrutura urbana permanecem, apesar de todo o planejamento que caracteriza a vida política-econômica no País, em geral, e no Estado do Rio de Janeiro, em particular. Entretanto, pode-se concluir este capítulo utilizando palavras de Celso Furtado. “Espontaneamente a descentralização espacial somente se faz a custos elevados, isto é, a partir do momento em que os custos marginais de centralização são insuportáveis. Ainda assim, sem planejamento, é possível que essa reversão não se realize, pois poderosos interesses criados a ela se oporão” (Furtado, C. 1973, p. 163).

7 — CONSIDERAÇÕES À GUISA DE CONCLUSÃO

Este estudo que tem a proposição de verificar as transformações ocorridas no sistema urbano do estado, vistas no tempo, através do desenvolvimento econômico brasileiro e seus reflexos nas distorções espaciais, constata que é cada vez maior a hegemonia da cidade do Rio de Janeiro, colocando em jogo os conceitos de concentração-desconcentração e centralização-descentralização. Conclui que, na fase de afirmação do capitalismo no Brasil, que coincide com a fase de concretização do planejamento, ocorrem modificações, não obstante acentuada concentração.

A consolidação da região metropolitana gera expansão da concentração no espaço: concentração econômica no núcleo metropolitano e concentração demográfica nas demais unidades. Isto confirmado pelo tamanho funcional da metrópole e pelo baixo nível sócio-econômico dos outros centros urbanos desta região, como fica evidenciado na análise de 1970.

Fora do espaço metropolitano identifica-se, ao longo do tempo 1950-79, dois vetores de mudanças. Um decorrente do crescimento econômico e da acumulação capitalista na metrópole. Refere-se ao que se denomina projeção da metrópole no espaço, como foi anteriormente mencionado. Pretende-se relacionar a metrópole, onde vivem frações da classe social privilegiada pelo processo de acumulação capitalista, com espaços em que aquelas frações produzem outros privilégios. Este vetor corresponde, no espaço, à expansão populacional e do setor serviços nos centros urbanos localizados ao longo do litoral da região das baixadas litorâneas.

Aqui não cabe e não há material empírico para se avaliar o quanto

de capital é aplicado em função do lazer e do veraneio nesses centros para a classe dominante da cidade do Rio de Janeiro. A compreensão do sistema urbano exige uma pesquisa neste campo de investigação.

Este mesmo vetor pode ser identificado espacialmente no litoral de Angra dos Reis e Parati. A infraestrutura criada, ao nível do empírico, é o elemento para detectar a projeção da metrópole, ou melhor, do capital neste trecho. Atenuado, porém maior ao longo do tempo, o mesmo processo se desenrola na região serrana próxima. O equipamento comercial e a qualidade dos serviços de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo é o reflexo da expansão dos loteamentos para segunda residência e sítios de lazer. Expansão esta que atinge, hoje em dia, as cidades de Mendes, Miguel Pereira e Engenheiro Paulo de Frontin.

Ainda para atender à metrópole, dentro do mesmo conceito, outra característica é detectada em cidades da região industrial do médio Paraíba, surgidas com o café e não beneficiadas pela industrialização. Nelas instalam-se serviços para atender muito mais à população da cidade do Rio de Janeiro do que à população regional. É o caso de estabelecimentos de ensino superior especializados, com cursos não compatíveis com o contingente demográfico das cidades nem com seu nível hierárquico, sem expressão regional. Neste caso incluem-se as faculdades de medicina, odontologia em cidades como Valença e Vassouras e de arquitetura e engenharia em Barra do Pirai.

O segundo vetor de mudança decorre do processo de crescimento industrial induzido por políticas do Governo central. À implantação da indústria de base em Volta Redonda sucede um processo de industrialização na região industrial do médio Paraíba, que se reflete

no crescimento de centros urbanos que passam a ter maior expressão na estrutura espacial do estado: Barra Mansa, Resende, Barra do Piraí e Três Rios. Ainda fruto do poder de decisão central, porém associado ao capitalismo internacional, tem-se em Angra dos Reis a construção da Central Nuclear que, ao lado de outras indústrias, gera conflitos de uso do solo, dada a vocação turística regional. Cabe citar a Fábrica Nacional de Alcalis, em Cabo Frio, cuja implantação tem origem semelhante.

Este vetor é reflexo de agentes exógenos ao sistema estadual e representa, no espaço, um crescimento mais voltado para as estratégias de aceleração do capitalismo no País do que para um desenvolvimento econômico-regional. Se ele, em parte, gera empregos e, sobretudo, reproduz serviços nos centros urbanos, como é o caso da região industrial do médio Paraíba, a população não é beneficiada com o crescimento. Basta ver o baixo nível sócio-econômico de Barra Mansa—Volta Redonda, na análise de 1970.

As disparidades no sistema persistem e se acentuam, pois o processo de concentração é intrínseco ao modo de produção capitalista, reproduzindo distorção no espaço. As formas de crescimento econômico do País se fazem sentir de modo marcante no Estado do Rio de Janeiro, firmando a hegemonia da metrópole. Daí não se poder dissociar a formação histórica e econômica da estrutura social e sua projeção no espaço.

A organização do espaço do Estado do Rio de Janeiro está ligada a diferentes formas de dependência vistas no tempo. Não apenas dependência externa senão também dependência interna que se reflete na posição assumida pela cidade do Rio de Janeiro em relação ao desenvolvimento de outras áreas do País, em especial São

Paulo, e a dependência do espaço periférico estadual em relação àquela cidade.

O distanciamento cada vez mais significativo entre a cidade do Rio de Janeiro e as demais cidades do estado decorre de que podem ter ocorrido mudanças de tamanho, de nível sócio-econômico, mas não ocorrem mudanças estruturais, persistindo formas de subordinação necessárias a sustentação da posição da metrópole.

Confirmando uma posição assumida no terceiro capítulo deste estudo, de que o processo de crescimento concentrado dificilmente sofre mudanças dentro do sistema econômico vigente, mesmo que políticas deliberadas de descentralização sejam implantadas, verifica-se que a política de planejamento assumida pelo Estado do Rio de Janeiro após a fusão não deu conta de suas diretrizes propostas.

A ação governamental regionalizada e as tentativas de descentralizar a atividade industrial não conseguem sustar o processo. Com vistas a um desenvolvimento regional equilibrado, a divisão do estado em regiões programadas, comandadas por pólos regionais de níveis hierárquicos distintos (vide mapa 7), não consegue nem a nível de administração descentralizar o poder estadual, quanto mais descentralizar as atividades produtivas. As medidas tomadas para descentralização da atividade industrial têm se baseado na criação de distritos industriais, cuja localização, em sua maior parte, mostra as contradições impostas pela necessidade de ampliação acelerada do capital. Grande parte dos distritos industriais implantados pelo Governo do Estado localiza-se na própria região metropolitana e tentativas feitas fora desta região como, por exemplo, o DI de Campos, não têm tido sucesso.

A posição dos planejadores, e entre eles Celso Furtado, cuja referência termina o capítulo anterior, é de que o planejamento constituiu-se na forma para descentralizar. No entanto, a realidade mostra que o planejamento não atinge seus objetivos, pois o capital tem mais força. Não se planeja para desconcentrar. O Estado pode propor descentralização, mas não desconcentração.

Pode agir para descentralizar, mas tudo parece ocorrer em sentido contrário. Desta forma o planejamento se apresenta como uma postura ideológica, pois, apesar de planos e de ação governamental regionalizada, depara-se com o poder do capital e os interesses das classes dominantes. Necessário se faz, entretanto, intervir para atenuar os efeitos negativos do pro-

cesso econômico, geneticamente concentrador e, por conseguinte, desumano. O problema não é o planejamento como ação de governo, mas como ele é definido e operacionalizado.

Acredita-se que conhecendo, em diferentes níveis, os processos sociais e seus reflexos no espaço, pode-se ter melhor aproximação da realidade e, talvez, intervir com maior precisão através de estratégias de planejamento que beneficiem diferentes segmentos do sistema urbano. Este trabalho é uma tentativa de dar início a este tipo de investigação. Se isto ainda não trouxer os efeitos que se pretende alcançar, pode, pelo menos, ser um ponto de partida para melhor compreensão da realidade em que vivemos. É muito mais um desafio do que uma intenção.

ANEXO 1

Relação das Variáveis

1 — Participação da população urbana dos municípios na população urbana total do estado em 1950 e 1970.

2 — Taxa média anual de crescimento da população urbana nos períodos 40/50 e 60/70.

3 — Participação do valor da produção industrial do município no total do estado em 1950 e 1970.

4 — Participação da receita comercial do município no total do estado em 1950 e 1970.

5 — Participação da receita dos serviços do município no total do estado em 1950 e 1970.

6 — Participação do número de agências bancárias municipais no total do estado em 1950 e 1973.

7 — Participação do consumo de energia do município no consumo total do estado em 1953 e 1973.

8 — Quociente locacional dos estabelecimentos comerciais atacadistas em 1950 e 1970.

9 — Quociente locacional das atividades industriais em 1950 e 1970.

10 — Quociente locacional das atividades terciárias em 1950 e 1970.

11 — Índice de urbanização em 1950 e 1970 (percentagem da população urbana na população total do município).

12 — Participação da população economicamente ativa na administração pública na população ativa total de 10 anos e mais do município em 1950 e 1970.

13 — Participação do pessoal ocupado na indústria na população total do município de 15 anos e mais em 1950 e 1970.

14 — Participação do pessoal ocupado no comércio na população total do município de 15 anos e mais em 1950 e 1970.

15 — Participação do pessoal ocupado nos serviços na população total do município de 15 anos e mais em 1950 e 1970.

16 — Receita *per capita* do comércio varejista em 1950 e 1970.

17 — Receita *per capita* dos serviços em 1950 e 1970.

18 — Automóveis por 1.000 hab. em 1950 e 1973.

19 — Telefones por 1.000 hab. em 1950 e 1973.

20 — Leitos hospitalares por 1.000 hab. em 1950 e 1973.

21 — Médicos por 1.000 hab. em 1950 e 1973.

22 — Profissionais liberais (dentistas, farmacêuticos, engenheiros, agrônomos e veterinários) por 1.000 hab. em 1950 e 1973.

23 — Veículos de carga por 1.000 hab. em 1950 e 1973.

24 — Ônibus por 1.000 hab. em 1950 e 1973.

25 — Participação dos domicílios com água encanada, no total de domicílios do município, em 1950 e 1970.

26 — Participação dos domicílios com iluminação elétrica, no total de domicílios do município, em 1950 e 1970.

27 — Participação de matrículas do ensino primário na população municipal de 5 a 14 anos, em 1950 e 1973.

28 — Participação da população com curso médio completo na população municipal de 15 anos e mais, em 1950 e 1970.

29 — Participação da população com curso superior completo na população municipal de 25 anos e mais, em 1950 e 1970.

ANEXO 2

Análises para o ano de 1950

Matriz de Factor Loadings — Peso das Variáveis nos Fatores

NÚ- MERO DA VA- RIÁ- VEL	SISTEMA URBANO COM 57 CIDADES				SISTEMA URBANO SEM A CIDADE DO RIO DE JANEIRO					SISTEMA URBANO SEM A REGIÃO METROPOLITANA						
	F. I	F. II	F. III	F. IV	F. I	F. II	F. III	F. IV	F. V	F. I	F. II	F. III	F. IV	F. V	F. VI	F. VII
01		-0,96						-0,83					-0,93			
02	-0,63					-0,65									0,67	
03		-0,96						-0,83					-0,88			
04		-0,97						-0,81					-0,87			
05		-0,96						-0,76					-0,65			
06		-0,96						-0,75					-0,74			
07		-0,95						-0,72					-0,77			
08		-0,56							0,89					0,82		
09			-0,96				0,94						-0,96			
10			0,96				-0,94						0,96			
11	-0,90					-0,73									0,76	
12	-0,74					-0,50									0,75	
13	-0,55						0,43						-0,53			
14		-0,59						0,57					-0,69			
15	-0,72					-0,72		0,53					-0,82			
16	-0,71							0,61					-0,79			
17	-0,77					-0,70		0,52					-0,81			
18		-0,77						0,65					-0,83			
19		-0,68						0,70					-0,88			
20			-0,48					0,58								0,75
21			-0,76					0,79					-0,76			
22			-0,77					0,69					-0,46			
23	-0,78					-0,77							-0,62			
24	-0,67								-0,62				-0,55			
25	-0,77					-0,69									0,54	
26	-0,90					-0,77									0,71	
27			-0,71					0,63						0,93		
28			-0,52					0,59						-0,60		
29			-0,55					0,74						-0,71		

ANEXO 3

Análises para o ano de 1970

Matriz de Factor Loadings — Peso das Variáveis nos Fatores

NÚMERO DA VARIÁVEL	SISTEMA URBANO COM 57 CIDADES						SISTEMA URBANO SEM A CIDADE DO RIO DE JANEIRO							SISTEMA URBANO SEM A REGIÃO METROPOLITANA							
	F. I	F. II	F. III	F. IV	F. V	F. VI	F. I	F. II	F. III	F. IV	F. V	F. VI	F. VII	F. I	F. II	F. III	F. IV	F. V	F. VI	F. VII	
01	-0,95																				
02					-0,79			-0,67							-0,79						
03	-0,95																			-0,83	
04	-0,97							-0,90								-0,93					
05	-0,97															-0,75					
06	-0,96							-0,66							-0,64						
07	-0,95							-0,67								-0,68					
08	-0,50							-0,92								-0,93					
09			0,95																	-0,91	
10			-0,95							0,93										0,91	
11		0,67				0,47				-0,72					-0,78						
12		0,67								-0,61											0,78
13			0,73							0,71											-0,62
14		0,74						-0,76							-0,80						
15		0,66						-0,70							-0,83						
16	-0,67	0,66						-0,77							-0,87						
17	-0,66	0,66						-0,80							-0,86						
18		0,60						-0,95							-0,80						
19		0,67						-0,80							-0,80						
20					-0,41																0,84
21		0,87						-0,87													0,53
22		0,85						-0,87							-0,58						
23				-0,73																	
24						0,79															0,88
25		0,75								-0,73					-0,79						
26		0,77								-0,78					-0,81						
27				-0,69																	-0,81
28		0,86						-0,67							-0,65						
29		0,81						-0,91							-0,70						

Análises para o ano de 1950

Matriz de Factor Scores — Peso dos Lugares nos Fatores

LUGARES	SISTEMA URBANO COM 57 CIDADES				SISTEMA URBANO SEM A CIDADE DO RIO DE JANEIRO					SISTEMA URBANO SEM A REGIÃO METROPOLITANA						
	FI	FII	FIII	FIV	FI	FII	FIII	FIV	FV	FI	FII	FIII	FIV	FV	FVI	FVII
Angra dos Reis.....	0,48	0,13	-0,81	-0,68	0,65	0,76	0,78	0,57	-0,1	0,07	-0,58	0,49	-0,46	1,17	0,11	0,73
Araruama.....	0,98	-0,02	-0,42	-0,25	1,01	0,41	-0,07	0,04	0,32	0,27	-0,32	0,13	-0,17	0,83	-0,93	0,70
Barra do Piraí.....	-0,91	0,36	-0,73	-1,00	-0,77	0,81	1,36	0,23	0,98	-1,02	-0,38	-0,26	0,12	0,87	0,68	2,07
Barra Mansa—Volta Redonda.....	-1,90	0,20	-1,82	0,59	-2,13	1,88	-1,53	-2,55	2,61	1,67	-0,43	-4,27	1,16	-1,02	2,76	-0,32
Bom Jardim.....	0,50	0,07	1,20	-0,50	0,03	-1,20	-0,15	0,34	1,29	0,09	0,95	0,16	1,52	-0,65	-0,58	-0,51
Dom Jesus do Itabapoana.....	0,53	0,06	0,28	-0,11	0,36	-0,26	-0,04	0,16	0,66	0,21	0,28	0,01	0,46	0,21	-0,51	-0,19
Cabo Frio.....	0,14	0,13	-1,42	-0,29	0,18	1,43	0,33	0,26	0,08	-0,64	-1,23	0,42	-0,89	1,89	-0,13	-1,82
Cachoeiras de Macacu.....	0,23	0,11	1,12	0,46	0,01	-1,06	-0,44	0,29	0,32	0,46	0,97	0,13	0,31	-0,33	0,09	-0,13
Cambuci.....	0,79	-0,63	0,73	0,48	0,82	-0,66	-0,63	-0,03	0,03	0,76	0,71	-0,17	-0,74	-0,20	-0,54	-0,32
Campos.....	0,16	-0,02	0,05	-0,42	1,11	-0,04	-0,29	-2,74	0,98	-0,07	0,65	-3,94	-0,24	1,53	-1,56	-0,31
Cantagalo.....	0,61	0,33	0,89	-0,43	0,29	-0,94	0,26	0,36	0,95	-0,01	0,80	0,26	1,68	-0,01	-0,63	0,32
Carmo.....	0,47	0,09	-0,66	-0,26	0,16	0,64	0,27	0,62	0,29	0,35	-0,91	0,61	1,61	-1,69	-0,16	-1,17
Casimiro de Abreu.....	0,82	-0,02	-0,52	0,26	0,86	0,49	-0,33	0,21	-0,34	0,85	-0,50	0,18	-0,24	0,04	-0,33	-0,63
Cordeiro.....	-0,58	0,34	0,33	-0,64	-1,53	-0,40	0,86	1,23	1,35	-1,40	-0,09	1,20	2,50	-0,41	0,58	-0,93
Duas Barras.....	0,45	0,08	1,22	0,23	0,21	-1,18	-0,26	0,44	0,09	0,22	1,89	0,30	-0,42	-1,14	-0,29	0,05
Fuque de Caxias.....	-1,77	0,26	-0,28	2,21	-1,57	0,16	-1,78	-1,07	-0,95	—	—	—	—	—	—	—
Itaboraí.....	0,79	-0,00	-0,73	-0,20	0,66	0,75	0,13	0,36	0,08	0,53	-0,57	0,19	-0,06	0,28	-0,56	0,97
Itaguaí.....	-0,09	0,12	-0,69	0,72	-0,24	0,56	-0,50	0,44	-0,87	0,69	-0,82	0,32	0,11	-1,85	0,71	0,66
Itaocara.....	0,97	-0,03	0,39	-0,20	0,76	-0,31	-0,09	0,12	0,80	0,44	0,36	0,04	0,91	0,74	-0,81	-0,19
Itaperuna.....	0,75	-0,01	1,13	-0,01	0,87	-1,05	-0,28	-0,26	0,61	0,39	1,21	-0,54	0,11	0,56	-0,83	-0,82
Macacé.....	0,48	0,04	0,14	0,04	0,66	0,67	-0,02	-0,12	0,06	0,32	0,25	-0,39	0,18	0,47	-0,36	-0,11
Magé.....	-0,38	0,16	-2,15	0,50	-0,30	2,08	-0,29	0,16	-1,01	0,12	-2,68	0,10	-0,88	-0,51	-0,77	-0,67
Mangaratiba.....	0,10	0,16	0,99	-0,21	-0,21	0,91	0,42	0,78	-0,11	0,15	-0,88	0,63	0,56	1,18	0,53	0,44
Maricá.....	0,96	-0,02	-1,11	-0,39	0,83	1,08	0,28	0,37	0,05	0,07	-0,99	0,39	-0,60	0,59	-0,95	-0,40
Miracema.....	0,07	0,20	0,20	-0,52	-0,06	-0,21	0,64	0,64	-0,05	-0,21	0,29	0,44	0,45	0,95	0,28	0,57
Notividade.....	0,53	0,03	1,08	0,47	0,41	-1,06	-0,53	0,11	0,34	0,46	1,00	-0,05	-0,25	-0,76	-0,46	-0,25
Nitópolis.....	-2,60	0,53	0,89	2,13	-2,71	-1,08	-1,11	0,43	-2,20	—	—	—	—	—	—	—
Niterói.....	-2,35	0,69	1,33	-4,36	0,50	-1,28	4,27	-4,12	-1,97	—	—	—	—	—	—	—
Nova Friburgo.....	-1,27	0,48	-0,38	-1,20	-1,68	0,33	1,55	0,59	0,81	-1,88	-0,37	0,26	1,39	0,85	1,07	0,12
Nova Iguaçu.....	-0,66	0,09	0,08	1,11	-0,24	-0,03	-1,18	-1,37	-0,96	—	—	—	—	—	—	—
Paraíba do Sul.....	-0,12	0,20	-0,44	-0,32	-0,38	0,42	0,44	0,56	0,34	-0,42	-0,40	0,48	0,36	0,66	0,27	0,01
Parati.....	0,97	-0,07	-2,30	0,84	1,14	2,16	-0,01	0,34	-0,65	0,79	-2,08	0,37	-0,87	0,47	-0,50	0,25
Petrópolis.....	-2,02	0,50	-0,70	-1,87	-1,70	0,76	1,74	-1,72	1,33	-4,16	-0,40	-2,41	-0,97	-1,35	-0,88	0,53
Piraí.....	-0,10	0,18	-1,78	-0,16	-0,20	1,70	0,30	0,52	-0,58	0,12	-1,80	0,47	-0,25	-1,24	0,67	0,89
Porciúncula.....	0,29	0,11	0,92	0,21	0,06	-0,89	-0,36	0,29	0,50	0,24	0,74	0,21	0,75	-0,78	-0,05	0,58
Ressende.....	-0,90	0,41	0,80	-0,83	-0,89	1,69	1,11	-1,84	-0,81	1,30	0,40	-1,19	1,22	1,65	3,67	—
Rio Bonito.....	0,29	0,10	0,20	0,05	-0,06	-0,21	-0,16	0,19	1,04	-0,03	0,63	0,16	1,38	0,53	-0,25	-1,05
Rio Claro.....	0,29	0,07	-0,59	0,40	-0,14	0,49	-0,23	0,66	-0,41	0,06	-0,66	0,56	-0,82	-0,50	-0,01	-0,42
Rio das Flores.....	0,59	0,05	0,96	0,30	0,59	-0,93	-0,23	0,37	-0,46	0,61	1,01	0,12	-1,16	-1,12	-0,20	0,68
Rio de Janeiro.....	-1,12	-7,33	0,12	-0,42	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Maria Madalena.....	0,63	0,01	1,04	0,15	0,74	-0,99	-0,31	0,24	-0,02	0,71	0,89	0,11	0,06	-0,50	-0,41	0,31
Santo Antônio de Pádua.....	0,73	0,01	0,84	0,03	0,74	-0,80	-0,22	-0,57	0,37	0,64	0,87	-0,16	0,85	0,42	-0,44	0,20
São Fidélis.....	0,69	-0,00	0,48	0,33	0,72	-0,45	-0,45	-0,37	0,10	0,15	0,72	0,41	-0,64	1,33	2,69	-0,87
São Gonçalo.....	-1,45	0,25	0,02	1,27	-0,90	-0,01	-1,55	-1,91	-1,13	—	—	—	—	—	—	—
São João da Barra.....	0,85	-0,04	0,15	0,63	0,77	-1,41	-0,90	-0,13	0,34	0,25	1,65	0,26	-1,41	-0,66	3,05	-2,24
São João de Meriti.....	-1,78	0,30	0,03	2,44	-1,52	-0,25	-1,77	-0,44	-2,33	—	—	—	—	—	—	—
São Pedro da Aldeia.....	1,29	-0,12	-1,96	-0,19	1,39	1,82	-0,00	0,17	-0,27	0,60	-1,80	0,29	-0,33	0,02	-1,19	-0,21
São Sebastião do Alto.....	1,08	-0,04	1,60	0,19	0,95	-1,69	-0,53	0,02	0,63	-0,64	1,76	-0,29	-0,13	-0,28	-0,95	-0,27
Sapucaia.....	0,24	0,09	0,40	0,56	5,08	-0,43	-0,38	0,41	-0,30	0,23	0,29	-1,00	-1,43	-0,02	-0,57	-0,11
Saquarema.....	0,99	-0,10	-1,08	0,41	1,05	0,63	-0,56	0,07	-0,42	0,80	-0,98	0,11	-1,01	0,08	-0,68	-0,57
Silva Jardim.....	1,15	-0,10	-0,98	0,16	1,16	0,91	-0,34	0,14	-0,12	0,75	-0,88	0,18	-1,07	0,88	-0,92	-0,05
Somidoiro.....	0,62	0,06	1,78	0,31	0,53	-1,69	-0,42	0,23	0,04	0,56	1,68	0,07	-0,50	-0,76	-0,30	0,03
Teresópolis.....	-1,13	0,44	0,55	-0,84	-2,09	-0,82	1,38	1,22	1,11	-3,20	0,41	1,03	-0,91	-0,89	-0,31	-0,62
Tejano de Morais.....	0,72	0,03	-0,52	-0,19	0,85	0,52	0,10	0,45	-0,35	0,69	-0,56	0,37	0,32	-0,28	-0,23	0,78
Três Rios.....	-0,66	0,33	0,31	-0,40	-1,00	-0,29	0,54	0,46	0,56	-1,09	0,25	0,20	0,42	0,30	0,48	-0,48
Valença.....	-0,39	0,23	0,06	-0,09	-0,50	-0,60	0,29	0,29	0,32	-0,19	0,12	-0,09	0,43	0,56	0,69	0,77
Valeparaíso.....	-0,16	0,19	0,30	-0,13	-0,23	-0,28	0,27	0,12	0,16	-0,60	0,33	-0,06	-0,43	-0,07	-0,10	-0,20

Análises para o ano de 1970

Matriz de Factor Scores — Peso dos Lugares nos Fatores

LUGARES	SISTEMA URBANO COM 57 LUGARES						SISTEMA URBANO SEM A CIDADE DO RIO DE JANEIRO							SISTEMA URBANO SEM A REGIÃO METROPOLITANA						
	FI	FII	FIII	FIV	FV	FVI	FI	FII	FIII	FIV	FV	FVI	FVII	FI	FII	FIII	FIV	FV	FVI	FVII
Angra dos Reis.....	0,12	-0,00	0,99	-0,27	0,29	-0,14	-0,34	0,64	1,07	0,15	-0,06	0,11	0,46	-0,59	0,46	-1,15	0,25	1,21	-0,95	0,20
Araruama.....	0,01	-0,63	0,27	-0,76	-0,41	-0,60	-0,09	0,29	0,38	1,18	-0,65	-0,23	0,09	0,29	0,26	-0,54	-0,74	-0,70	-0,78	-0,36
Barra do Pirai.....	0,29	0,75	0,81	0,12	0,46	0,56	-0,18	0,27	0,68	-1,46	0,55	0,28	-0,93	-0,97	0,04	-0,21	0,38	-0,01	2,07	0,40
Barra Mansa — Volta Redonda.....	-0,12	0,90	1,06	-0,84	0,38	0,38	-0,13	-4,98	1,43	0,77	2,35	-0,56	-2,36	0,16	-6,26	-0,69	-0,95	-0,37	0,04	0,12
Bom Jardim.....	0,09	-0,51	-0,62	-0,68	-0,12	-0,09	0,20	0,20	-0,59	0,55	-0,12	-0,45	-0,64	0,36	0,26	0,54	-0,73	-0,93	-0,04	-0,30
Bom Jesus do Itabapoana.....	0,24	0,07	-0,98	-0,13	0,69	0,91	0,06	0,38	-0,82	-0,34	0,68	-1,04	-0,13	-0,46	0,30	1,17	0,15	-0,60	0,08	0,52
Cabo Frio.....	0,17	0,39	1,71	-0,87	0,47	0,47	-0,86	0,69	1,97	0,29	-0,28	-1,47	0,40	-1,44	0,45	-1,74	-0,24	-0,66	-1,31	0,37
Cachoeiras de Macacu.....	0,11	-0,44	-0,73	0,61	0,26	-0,22	0,45	0,29	-0,71	0,12	0,22	0,94	0,51	0,37	0,19	0,54	0,42	1,21	-0,69	-0,06
Cambuci.....	0,05	0,74	-0,91	0,49	0,77	-0,33	0,60	0,01	-1,17	0,31	0,96	0,38	0,36	0,62	0,03	1,16	0,78	-0,16	-0,08	-0,49
Campos.....	0,09	0,22	-0,42	0,63	1,09	0,40	-0,44	-0,59	-0,55	-0,01	0,53	-0,71	1,62	-0,75	1,46	0,92	1,85	0,19	-0,88	0,66
Canagalo.....	0,12	-0,28	-0,39	-0,02	0,12	-0,40	0,18	0,19	-0,36	0,28	0,26	0,41	-0,12	0,26	0,11	0,31	0,12	0,59	-0,13	-0,40
Carmo.....	0,13	-0,30	0,57	0,08	-0,29	-0,53	0,56	0,35	0,47	-0,55	0,07	1,54	-0,94	0,72	0,38	-0,58	0,25	0,33	2,03	-0,21
Casimiro de Abreu.....	0,70	-0,46	-0,00	0,49	-0,04	-1,16	0,22	0,34	-0,01	0,54	0,10	0,99	0,45	0,60	0,21	-0,26	0,32	0,81	-0,48	-0,53
Cordeiro.....	0,22	0,33	1,72	-0,23	0,26	0,16	-0,11	0,85	1,71	-0,85	0,30	0,05	-0,42	-0,73	0,76	-1,53	-0,40	-0,18	0,10	0,25
Duas Barras.....	0,09	-0,56	-1,00	0,35	0,25	-1,10	0,31	0,12	-0,96	0,71	0,45	1,10	0,32	0,84	0,04	0,71	0,74	0,60	-0,02	-0,76
Duque de Caxias.....	-0,25	0,17	1,01	1,61	-0,89	0,88	0,34	-3,58	0,52	-0,03	-0,97	-0,61	-1,64	—	—	—	—	—	—	—
Itaboraí.....	0,90	0,58	0,79	-0,88	-0,34	-1,15	-0,11	9,10	0,76	1,19	-0,40	0,64	-0,30	0,67	0,06	-1,02	-0,93	-0,97	0,07	-0,29
Itaguaí.....	0,26	0,52	0,34	-1,10	-2,75	-1,26	-0,53	0,14	-0,35	0,59	-2,39	0,42	-2,38	0,26	-0,16	-0,81	-0,81	1,16	2,32	-0,24
Itaocara.....	0,05	-0,69	-0,58	-0,49	-0,17	-0,17	0,42	0,06	-1,04	0,51	0,13	-0,23	-0,71	0,60	0,16	0,51	-1,96	-0,40	-0,40	-0,37
Itaperuna.....	0,19	-0,02	-1,02	-0,03	0,44	0,18	0,05	0,27	1,37	0,22	0,66	1,13	0,41	-0,20	-0,05	1,11	0,50	-0,46	0,18	0,05
Macaé.....	0,17	-0,39	-0,94	-1,06	-0,93	3,04	0,15	0,30	-0,71	-0,02	-0,74	-2,87	0,15	0,14	-0,93	0,59	0,07	0,50	-0,13	5,00
Majé.....	0,02	-0,48	1,67	0,73	-1,85	-0,49	0,71	0,14	1,52	0,01	-2,06	0,69	0,13	0,83	-0,38	-1,88	0,29	1,45	-0,32	0,58
Mangaratiba.....	0,20	0,08	0,06	-0,61	0,10	0,23	-0,08	0,63	0,17	-0,33	0,42	-0,26	-0,85	-0,51	0,65	0,01	-2,50	0,13	-0,54	-0,06
Maricá.....	0,02	-0,87	-0,17	-1,38	-1,66	-0,06	0,35	0,17	0,00	1,25	-1,63	-0,39	-0,92	0,92	0,16	-0,30	-0,32	-0,60	0,28	0,15
Miracema.....	0,26	0,18	-0,61	-0,14	0,32	0,72	0,21	0,34	-0,56	-0,69	0,67	-0,33	-0,85	-0,31	0,28	-0,93	-1,59	-0,20	0,30	0,14
Netividade.....	0,10	-0,56	-1,23	-0,25	0,28	0,49	0,28	0,12	-1,15	0,50	0,22	-0,85	0,08	0,36	0,15	1,06	0,25	-0,49	0,02	0,77
Nilópolis.....	0,40	0,85	-0,40	2,17	-0,28	1,65	0,78	0,44	-0,62	-3,08	-0,08	-0,16	0,20	—	—	—	—	—	—	—
Niterói.....	0,94	5,35	-1,98	-0,43	-0,70	-2,56	-5,84	-0,85	-2,13	-0,42	-1,20	2,02	0,75	—	—	—	—	—	—	—
Nova Friburgo.....	0,38	1,41	1,02	-0,46	1,07	0,31	-1,24	0,50	1,01	-0,97	0,84	-0,44	-0,39	-2,27	-0,03	-0,25	0,43	-0,17	0,51	-0,32
Nova Iguaçu.....	-0,17	0,02	0,52	2,11	-1,87	0,95	0,66	-2,26	-0,07	-1,14	-2,48	-0,12	1,70	—	—	—	—	—	—	—
Paraíba do Sul.....	0,18	0,10	0,83	0,33	0,91	0,04	-0,04	0,58	0,80	-0,40	0,67	-0,16	0,49	-0,49	0,51	-0,68	0,91	-0,85	-0,01	0,40
Parati.....	0,04	-0,53	-0,60	0,93	2,02	-1,05	0,09	0,19	-0,56	0,74	1,79	0,85	1,61	0,33	0,11	0,59	2,28	-0,56	-0,53	-0,56
Petrópolis.....	0,27	1,58	1,08	-1,24	1,37	0,76	-2,00	-0,43	0,95	-0,57	0,93	-0,66	0,06	-3,11	-1,12	0,08	0,98	0,10	0,44	-1,52
Pirai.....	0,13	-0,05	1,18	-1,29	-0,14	-0,15	0,02	0,34	1,25	-0,35	0,10	1,21	-1,84	0,15	0,49	-1,31	-0,06	0,90	2,93	-0,24
Porciuncula.....	0,14	-0,47	-1,31	0,47	0,60	0,40	0,76	0,03	-1,42	-0,36	0,86	-0,07	-0,29	0,50	0,09	1,45	0,24	0,11	0,42	-0,01
Resende.....	0,41	1,18	-0,42	-0,13	-0,30	0,50	-0,70	0,64	-0,23	-0,99	-0,12	-0,63	-0,61	-1,84	0,16	0,66	-0,83	3,19	-0,74	-0,29
Rio Bonito.....	0,13	-0,08	0,41	-0,56	0,42	-0,20	-0,29	0,46	0,48	0,44	0,10	-0,29	-0,05	-0,31	0,42	-0,43	0,24	-0,98	0,41	-0,31
Rio Claro.....	-0,04	-0,91	0,60	0,55	0,89	-0,89	0,49	0,24	0,48	0,46	0,91	1,08	1,00	0,83	0,23	-0,78	1,19	-0,32	-0,51	-0,35
Rio das Flores.....	0,13	-0,45	-1,14	-0,50	0,06	0,05	0,36	0,11	-1,18	0,29	0,32	-0,00	-0,85	0,43	0,18	1,13	-0,32	0,08	0,48	-0,49
Rio de Janeiro.....	-7,30	1,08	-0,37	-0,02	0,06	0,02	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Maria Madalena.....	0,02	-0,80	-0,10	0,99	-0,15	-1,03	0,79	0,13	-0,10	0,35	-0,00	1,29	0,69	1,16	0,02	-0,14	0,74	0,89	-0,28	-0,37
Santo Antônio de Pádua.....	0,25	0,23	-0,76	-0,16	0,01	-0,21	0,02	0,14	-0,84	-0,10	0,37	0,07	-0,97	-0,99	0,07	1,14	-0,55	-0,55	0,87	-0,31
São Fidélis.....	0,08	-0,55	-0,58	0,22	0,26	-0,13	0,43	0,12	-0,60	0,27	0,34	0,08	0,18	0,53	0,07	0,53	0,24	0,03	-0,07	0,06
São Gonçalo.....	0,19	0,64	-0,08	2,02	-1,48	1,55	1,17	-1,10	-0,61	-2,88	-1,11	0,43	-0,43	—	—	—	—	—	—	—
São João da Barra.....	-0,21	-1,33	2,57	0,13	0,28	-1,99	0,31	0,21	2,36	1,57	-0,02	1,74	1,33	1,52	0,14	-3,11	1,26	-0,58	-0,62	-0,23
São João de Meriti.....	0,15	0,33	0,97	2,67	-0,21	1,01	0,64	-0,17	0,26	-2,13	-0,72	0,01	2,15	—	—	—	—	—	—	—
São Pedro da Aldeia.....	0,10	-0,37	0,16	0,01	-0,96	-0,95	0,23	0,44	0,23	0,48	-0,84	0,72	-0,19	0,44	0,27	-0,52	-0,67	2,07	-0,74	-0,80
São Sebastião do Alto.....	-0,05	-1,14	-0,21	-0,34	-0,58	-1,13	0,69	-0,99	-0,30	1,04	-0,15	1,34	-0,46	1,55	-0,06	-0,12	-0,50	0,07	0,13	-0,82
Sapucaia.....	0,12	-0,17	0,56	0,52	0,85	0,04	0,06	0,66	0,66	0,03	0,53	-0,70	0,12	-0,42	0,56	-0,61	-0,48	-0,48	-1,40	0,69
Saquema.....	0,00	-0,89	-0,11	-0,66	-1,70	-0,67	0,51	0,23	0,08	1,21	-1,94	-0,89	-0,35	0,73	0,16	-0,27	-1,76	-0,62	-1,29	-0,26
Silva Jardim.....	0,03	-0,88	-1,58	0,18	-0,11	-0,55	0,46	-0,04	-1,45	1,38	-0,28	-0,35	0,55	0,99	-0,07	-0,17	0,25	-0,04	-0,90	-0,26
Sumidouro.....	-0,03	-1,21	-1,59	-0,78	0,55	0,12	0,46	-0,04	-1,26	1,35	0,39	-0,56	0,27	0,90	0,09	1,19	0,22	-0,98	-0,88	-0,38
Teresópolis.....	0,26	0,75	0,37	-1,86	0,92	1,21	-1,34	0,62	0,70	0,16	0,44	-2,09	-0,02	-2,22	0,30	0,07	-0,28	-1,42	-0,74	-0,19
Trajano de Moraes.....	0,07	-0,77	-1,53	0,48	0,73	-0,29	0,63	-0,00	-1,47	0,49	0,87	0,32	0,36	0,84	0,04	1,30	0,73	0,02	-0,08	-0,26
Três Rios.....	0,23	0,50	0,86	-0,80	0,48	0,68	-0,67	0,54	0,98	-0,25	0,16	-1,17	-0,26	-1,20	0,33	-0,71	-0,31	-0,99	0,02	0,66
Valença.....	0,29	0,44	0,10	0,42	0,12	0,38	0,19	0,42	-0,01	-1,31	0,48	0,31	-0,75	-0,52	0,23	0,30	-0,26	0,85	0,83	0,30
Vassouras.....	0,17	0,02	-0,38	-0,52	0,25	0,84	-0,20	0,30	-0,28	-0,23	0,10	-0,74	-0,15	-0,48	0,16	0,45	0,22	-0,33	0,77	0,92

ANEXO 6

Variação da População Urbana e Rural: 1940-50, 1950-60, 1960-70

MUNICÍPIOS	1940-50		1950-60		1960-70	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Angra dos Reis.....	3,97	17,60	89,73	10,92	43,50	36,92
Araruama.....	34,11	2,12	113,11	6,49	72,89	19,27
Barra do Pirai.....	33,48	4,08	17,64	-26,27	43,95	-3,89
Barra Mansa.....	351,21	5,57	-8,33	-16,24	55,40	75,69
Bom Jardim.....	31,08	-6,82	37,49	1,06	79,16	-22,54
Bom Jesus do Itabapoana.....	11,13	-7,65	66,27	9,33	40,51	-43,16
Cabo Frio.....	17,84	-3,36	109,49	11,18	86,89	-8,11
Cachoeiras de Macacu.....	25,57	13,17	116,47	51,82	34,48	21,02
Cambuci.....	34,23	-9,41	33,76	-28,18	-1,82	-26,74
Campos.....	24,67	-1,39	58,84	3,74	33,13	-10,74
Cantagalo.....	-32,58	-22,16	12,49	-27,21	33,79	-3,39
Carmo.....	40,28	-8,47	59,45	-9,58	45,46	-13,36
Casimiro de Abreu.....	67,40	-23,55	74,97	60,61	25,62	28,78
Conceição de Macabu.....	—	—	—	—	94,20	-29,01
Cordeiro.....	—	—	80,60	-2,93	44,78	1,98
Duas Barras.....	20,93	-16,87	50,60	4,13	8,07	-21,52
Duque de Caxias.....	—	—	136,45	276,18	129,43	-60,04
Engenheiro Paulo de Frontin.....	—	—	—	—	-3,22	-3,28
Itaboraí.....	16,01	25,58	107,99	25,71	46,89	60,56
Itaguaí.....	66,78	93,41	38,33	54,83	64,64	13,19
Itaocara.....	-10,96	-14,50	27,35	-12,87	34,94	-8,43
Itaperuna.....	-29,66	-42,73	101,82	-13,14	32,44	-44,99
Laje do Muriaé.....	—	—	—	—	—	—
Macaé.....	4,97	-4,73	46,79	-9,27	69,09	-27,87
Majé.....	19,57	131,79	59,38	62,06	182,43	-0,71
Mangaratiba.....	50,87	28,01	48,38	1,77	13,34	-14,32
Marcá.....	5,73	-0,17	20,06	0,44	159,79	1,17
Mendes.....	—	—	—	—	-3,01	-16,90
Miguel Pereira.....	—	—	—	—	26,59	-31,18
Miracema.....	7,61	5,53	62,90	-20,14	15,47	-19,17
Natividade.....	—	—	27,58	-12,08	27,12	-31,85
Nilópolis.....	—	—	108,06	—	32,58	—
Niterói.....	37,50	-15,58	33,78	8,81	27,58	95,03
Nova Friburgo.....	72,99	-17,29	89,51	-21,19	34,33	8,07
Nova Iguaçu.....	-29,72	126,77	231,07	50,07	181,27	-97,24
Paracambi.....	—	—	—	—	205,75	-61,52
Paraíba do Sul.....	46,29	-8,11	54,05	-2,74	38,54	-21,76
Parati.....	19,43	-7,57	238,25	-22,61	-33,59	102,60
Petropolis.....	38,09	8,31	58,13	-6,89	28,72	14,38
Pirai.....	93,53	15,79	43,19	-3,41	30,82	-10,15
Porciúncula.....	—	—	-38,99	-8,58	2,90	-31,32
Resende.....	50,35	12,23	89,12	0,34	66,07	-7,60
Rio Bonito.....	43,71	-0,02	65,10	-13,99	39,91	11,25
Rio Claro.....	27,67	-9,61	26,67	1,50	-7,39	-6,16
Rio das Flores.....	-5,90	7,48	53,99	-7,51	23,24	-22,94
Rio de Janeiro.....	51,62	-69,65	39,96	12,59	31,91	—
Santa Maria Madalena.....	4,61	-21,24	24,23	-2,31	37,08	-25,52
Santo Antônio de Pádua.....	18,77	-1,21	34,86	-26,19	42,98	-22,26
São Fidélis.....	23,79	-7,90	34,91	-20,64	24,02	-19,99
São Gonçalo.....	52,27	12,39	92,45	103,49	119,67	—
São João da Barra.....	-10,71	18,22	81,87	14,57	12,89	-0,70
São João de Meriti.....	—	—	150,76	—	57,72	—
São Pedro da Aldeia.....	16,94	9,84	183,55	-10,40	82,10	34,34
São Sebastião do Alto.....	-9,86	-15,33	98,10	-25,25	17,44	-18,07
Sapucaia.....	44,67	-3,32	82,22	-22,43	30,93	-21,59
Saquarema.....	46,94	-4,61	40,36	0,50	242,40	-18,48
Silva Jardim.....	-8,35	-21,57	182,85	24,20	55,02	5,18
Sumidouro.....	15,33	-2,45	59,21	13,36	24,86	0,92
Teresopolis.....	49,33	-0,46	100,97	15,16	80,18	-13,53
Trajano de Moraes.....	63,57	-14,20	60,99	-15,00	-14,14	-20,91
Três Rios.....	36,24	3,88	59,40	-0,38	41,81	1,22
Valença.....	17,96	-13,57	45,02	-3,57	23,17	0,28
Vassouras.....	4,86	21,53	-29,02	-19,60	17,46	-22,55
Volta Redonda.....	—	—	—	—	43,71	-3,13
ESTADO.....	53,44	-8,54	56,16	10,08	49,15	-22,79

BIBLIOGRAFIA

1. AHMAD, Qazi (1970) — *Indian Cities: Characteristics and Correlates*. The University of Chicago. The Department of Geography. *Research Paper* n.º 102. Printed by the University of Chicago Printing Department, Chicago. Illinois. U.S.A. 184 p.
2. ALMEIDA, Elisa M. de e LIMA, Olga M. B. de (1971) — “Análise Fatorial de Três Áreas Metropolitanas: Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre”. *Boletim Carioca de Geografia*. Ano XXII. Associação dos Geógrafos Brasileiros. RJ. pp. 101-128.
3. AMIN, Samir (1976) — *O Desenvolvimento Desigual. Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico*. Ed. Forense Universitária Ltda. RJ. 334 p.
4. AZEVEDO, Aroldo (1957) — “Vilas e Cidades do Brasil Colonial; Ensaio de Geografia Humana Retrospectiva”. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Vol. IX, Tomo I. SP. pp. 83-168.
5. BARAT, Josef e GEIGER, P. P. (1973) — “Estrutura Econômica das Áreas Metropolitanas Brasileiras”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 3, n.º 3. pp. 645-713.
6. BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti (1957) — Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro. *Guia da Excursão*, n.º 5. XVIII Congresso Internacional de Geografia. IBGE. 248 p.
7. ——— (1958) — “Nova Friburgo. Uma Cidade Serrana Fluminense”. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros* — Vol. V, Tomo II. SP. pp. 9-44.
8. ——— (1964) — *O Rio de Janeiro e sua Região*. IBGE. Conselho Nacional de Geografia. RJ. 146 p.
9. ——— (1971) — “Considerações sobre a Região do Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 33, n.º 48. RJ. pp. 99-107.
10. BERNARDES, Nilo e AZIZ, Naci Ab'Saber (1958) — Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo. *Guia de Excursão* n.º 4. XVIII Congresso Internacional de Geografia. IBGE. 303 p.
11. BERRY, Brian J. L. (1960) — “The Impact of Expanding Metropolitan Communities upon the Central Place Hierarchy”. *Annals of Association of American Geographers*. Vol. 50, number 2, June. pp. 112-116.
12. BERRY, Brian J. L. (1970) — “Relações entre o Desenvolvimento Econômico e o Sistema Urbano. O Caso do Chile”. *Boletim Carioca de Geografia*. Ano XXI. RJ. pp. 13-51.
13. BERRY, Brian J. L. and HORTON, Frank E. (1970). *Geographic Perspectives on Urban Systems with Integrated Readings*. Copyright By Prentice-Hall Inc. Englewood Cliffs. New Jersey. U.S.A. 564 p.
14. BERRY, Brian J. L. (1975) — “Tamanho de Cidade e Desenvolvimento Econômico: Síntese Conceitual e Problemas de Política com Especial Referência ao Sul e Sudeste Asiático”. *Urbanização e Regionalização. Relações com o Desenvolvimento Econômico*. Seleção de Textos Básicos. S. Faissol. IBGE. RJ. pp. 51-95.
15. BOUDEVILLE, Jacques R. (1972) — *Aménagement du Territoire et Polarisation*. Editions M TH. Génin. Libraires Techniques. Paris. 271 p.
16. BOURNE, Larry S. and GERALD, M. Earber (1971) — “Ecological Patterns of Small Urban Centers in Canada”. *Economic Geography*. Vol. 47, n.º 2, (Supplement). pp. 258-265.
17. BRASILEIRO, Ana Maria (1979) — “A Fusão: Análise de uma Política Pública”. IPEA — *Estudos para o Planejamento*, n.º 21. Brasília. 364 p.
18. BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1977) — *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*. Ed. Brasiliense. 420 p.
19. CARDOSO, Fernando Henrique (1975) — *Autoritarismo e Democratização*. Ed. Paz e Terra. RJ. 240 p.

20. CARDOSO, Miriam Limcoeiro (1977) — *Periodização*. EIAP (Mimeografado). 3 p.
21. CASTELLS, Manuel (1977). *La Cuestion Urbana*. Siglo XXI Editores. México. 517 p.
22. CASTRO, Antonio de Barros (1972) — *Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Forense Universitária. Vol. II. 248 p.
23. CASTRO, Iná Elias de (1975) — *Desequilíbrios e Padrões Espaciais do Desenvolvimento Brasileiro: Uma Análise Fatorial*. Dissertação de Mestrado. UFRJ. 101 p.
24. DAVIDOVICH, Fany Rachel (1977) — "Indústria". *Geografia do Brasil. Região Sudeste*. Vol. 3. Fundação IBGE. pp. 485-567.
25. DUARTE, Aluizio Capdeville (1968) — "Contribuição ao Estudo Geográfico de um Setor Hortícola do Município de Teresópolis". *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Vol. XIV. 1960-62. SP. pp. 103-131.
26. ——— (1977) — "Sistema Urbano". *Geografia do Brasil. Região Sul*. Vol. 5. Fundação IBGE. RJ. pp. 453-526.
27. DUARTE, Haidine da Silva Barros (1975) — *Hierarquia Funcional das Cidades do Rio de Janeiro*. FIDERJ. RJ. Mimeografado. 23 p.
28. DUARTE, Haidine da Silva Barros e SOARES, W. G. (1975) — *Estrutura Espacial da Urbanização do Estado do Rio de Janeiro*. Trabalho realizado para o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Urbano, para Fusão entre os Estados do Rio de Janeiro e Guanabara. Mimeografado. 104 p.
29. FAISSOL, Speridião (1970) — "As Grandes Cidades Brasileiras. Dimensões Básicas de Diferenciação e Relações com o Desenvolvimento Econômico. Um Estudo de Análise Fatorial". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 32, n.º 4. RJ. pp. 87-130.
30. ——— (1971) — "Tipologia de Cidades e Regionalização do Desenvolvimento Econômico: um Modelo de Organização Espacial do Brasil". *Boletim Geográfico*. Ano 30, n.º 223. RJ. pp. 25-57.
31. ——— (1972) — "Análise Fatorial: Problemas e Aplicações na Geografia, Especialmente nos Estudos Urbanos". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 34, n.º 4. RJ. pp. 77-99.
32. ——— (1972) — "A Estrutura Urbana Brasileira. Uma Visão Ampliada no Contexto do Processo Brasileiro de Desenvolvimento Econômico". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 34, n.º 3. RJ. pp. 19-123.
33. ——— (1973) — "O Sistema Urbano Brasileiro: Uma Análise e Interpretação para fins de planejamento". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 35, n.º 4. RJ. pp. 3-34.
34. ——— (1974) — "Organização Espacial do Sistema Urbano Brasileiro: Relações entre a Estrutura das Cidades e as Relações entre as mesmas". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 36, n.º 3. RJ. pp. 75-90.
35. ——— (1975) — *Urbanização e Regionalização. Relações com o Desenvolvimento Econômico — Seleção de Textos Básicos*. IBGE. Rio de Janeiro. Brasil. 247 p.
36. FIGUEREDO, Vilma (1978) — *Desenvolvimento Dependente Brasileiro. Industrialização, Classes Sociais e Estado*. Zahar Editores. 160 p.
37. FRIEDMAN, J. (1966) — *The Regional Policy Problems. Regional Development Policy. A Case Study of Venezuela*. Mass M.I.T. Press. pp. 5-19.
38. FRIEDMAN, J.; MCGLYNN, E.; STUCKEY, B. et Chuz — Tong WU (1971) — "Urbanization et Developpement National: une étude comparative". *Revue Tiers-Monde*. Tome XII, n.º 45. Janvier-Mars IEDES. France. pp. 13-44.
39. FRIEDMAN, John (1972) — "A General Theory of Polarized Development". *Growth Centers in Regional Economic Development*. Niles M. Hansen Eds. The Free Press. N. Y. pp. 82-107.
40. FRIEDMAN, John and ALONSO; Willian (1972) — *Regional Development and Planning, a Reader*. The M.I.T. Press. Massachusetts Institute of Technology. Cambridge. Massachusetts. U.S.A. 722 p.

41. FRIEDMAN, John (1977) — "Planejamento Regional: Problema de Integração Espacial". *Economia Regional. Textos Escolhidos*. Org. J. Schwartzman, CEDEPLAR/CETREDE-MINTER. pp. 381-394.
42. FUNDAÇÃO IBGE (1972) — *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*. Instituto Brasileiro de Geografia — RJ. 112 p.
43. FURTADO, Celso (1973) — *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. Ed. Civilização Brasileira. RJ. 192 p.
44. ——— (1974) — *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Editora Paz e Terra S/A. 118 p.
45. ——— (1977) — *Formação Econômica do Brasil*. SP. Ed. Nacional. 15.^a ed. 248 p.
46. GALVÃO, Marília V. e FAISSOL, Speridião (1970) — "A Revolução Quantitativa na Geografia e seus Reflexos no Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 32, n.º 4. RJ. pp. 5-21.
47. GARCIA, Helena Dias (1979) — "O Campo, a Cidade e o Setor Público". *Revista de Administração Municipal*. Ano XXVI. n.º 151 — abril-julho. RJ. pp. 34-47.
48. GEIGER, P. P. e MESQUITA, M. (1956) — *Estudos Rurais da Baixada Fluminense*. IBGE. Conselho Nacional de Geografia. RJ. 208 p.
49. GEIGER, Pedro P. (1963) — *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Ministério de Educação e Cultura. Rio de Janeiro. 462 p.
50. GEIGER, Pedro P. e DAVIDOVICH, F. R. (1974) — "Reflexões sobre a Evolução da Estrutura Espacial do Brasil sob o Efeito da Industrialização". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 36, n.º 3. RJ. pp. 3-29.
51. GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1975) — *I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro — I PLAN-RIO*. RJ. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. 787 p.
52. ——— (1979) — *Plano de Desenvolvimento Econômico e Social — 1980-1983*. RJ. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. 535 p.
53. HAYNES, Kingsley F. (1971) — "Spatial Change in Urban Structure: Alternative Approaches to Ecological Dynamics". *Economic Geography*. Vol. 47, n.º 2 (Supplement). pp. 324-335.
54. HIRSCHMAN, Albert O. (1961) — *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro. 322 p.
55. IANNI, Otávio (1978) — *O Colapso do Populismo no Brasil*. Civilização Brasileira. RJ. 223 p.
56. JOHNSTON, R. J. (1971) — "Some Limitations of Factorial Ecologies and Social Area Analysis". *Economic Geography*. Vol. 47, n.º 2 (Supplement). pp. 314-323.
57. ——— (1978) — *Multivariate Statistical Analysis in Geography. A primer on the General Linear Model*. Logman Group Limited. N. Y., U.S.A. 280 p.
58. KING, Leslie J. (1970) — "Cross-Sectional Analysis of Canadian Urban Dimensions: 1951 and 1961". *Geographic Perspective on Urban Systems with Integrated Readings*. Brian J. L. Berry and Frank E. Horton. Eds. Copyright by Prentice-Hall Inc. Englewood Cliffs. New Jersey, U.S.A. pp. 154-167.
59. LACORTE, Maria Helena (1976) — *Estrutura da Rede Rodoviária do Estado do Rio de Janeiro. Uma Contribuição Metodológica*. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Geografia. Instituto de Geo-Ciências — UFRJ. Mimeografado. 119 p.
60. LACOSTE, Yves (sem data) — *A Geografia Serve Antes de Mais Nada para Fazer a Guerra*. Sem Editora. 134 p.
61. LAFER, Betty Mindlin (1975) — *Planejamento Urbano no Brasil*. Ed. Perspectiva S.A. SP. 187 p.
62. LAMB, Richard (1975) — *Metropolitan Impacts on Rural America*. The University of Chicago. Department of Geography. Research Paper n.º 162. Illinois. U.S.A. 196 p.
63. LAMEGO, Alberto Ribeiro (1963) — *O Homem e a Serra* — IBGE. Conselho Nacional de Geografia. RJ. 454 p.

64. LAMPARD, Eric E. (1972) — "The History of Cities in Economically Advanced Areas". *Regional Development and Planning — A Reader*. John Freidman and Willian Alonso. Eds. The M.I.T. Press. Cambridge. Massachusetts. pp. 321-360.
65. LASSUEN, J. R. (1975) — "A Respeito de Pólos de Crescimento". *Urbanização e Regionalização. Relações com o Desenvolvimento Econômico*. Seleção de Textos Básicos. S. Faissol. Ed. IBGE. RJ. Brasil. pp. 110-142.
66. LESSA, Carlos (1975) — *Quinze Anos de Política Econômica*. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — UNICAMP. Ed. Brasiliense. 96 p.
67. LIMA, O. M. B. e CORREA, R. L. A. (1977) — "Sistema Urbano". *Geografia do Brasil — Região Sudeste*. Vol. 3. Fundação IBGE. RJ. pp. 569-661.
68. LLOYD, Peter E. and DICKEN, Peter (1972) — *Location in Space: A Theoretical Approach to Economic Geography*. Harper & Row, Publishers. N. Y. 292 p.
69. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (1978) — *História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*. IBMEC — 2 vols. RJ. 994 p.
70. MAGALHÃES FILHO, José Cesar de (1965) — "O Centro Industrial de Petrópolis". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 28, n.º 1. RJ. pp. 19-56.
71. MELLO, João Manuel Cardoso (1975) — *O Capitalismo Tardio (Contribuição à Revisão Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira)*. Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Mimeografado. 188 p.
72. MICHIN, S. S. (1973) — *Processos de Concentração de Capital no Brasil. (Análise do "Milagre Brasileiro" por um economista soviético)*. Civilização Brasileira. 282 p.
73. MYRDAL, Gunnar (1965) — *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Editora Saga. Rio de Janeiro. 240 p.
74. OLIVEIRA, Francisco de (1977) — *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Ed. Paz e Terra. RJ. 132 p.
75. ——— (1977) — "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". *Questionando a Economia Brasileira*. Seleções CEBRAP 1 — Ed. Brasiliense. pp. 5-78.
76. PERRIN, J. C. (1971) — "Urbanisation et Développement a Base Régionale". *Revue Tiers-Monde*. Tome XII, n.º 45. Janvier-Mars. IEDES. France, pp. 45-72.
77. PERROUX, François (1975) — "O Conceito de Pólo de Crescimento". *Urbanização e Regionalização. Relações com o Desenvolvimento Econômico*. Seleção de Textos Básicos. S. Faissol. IBGE. RJ. pp. 97-110.
78. PESSANHA, Stella (1941) — *Um Centro Urbano. Campos*. Tese de Concurso à Cadeira de Geografia do Instituto de Educação de Campos. 33 p.
79. PIQUET, Rosélia Périssé (1976) — "Concentração Industrial e Desenvolvimento Urbano". *Revista de Administração Municipal*. n.º 138, set./out. IBAM. RJ. pp. 5-21.
80. PRADO Jr., Caio (1956) — *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense. SP. 1956. 348 p.
81. ——— (1957) — *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. Ed. Brasiliense. SP. 264 p.
82. RACINE, Jean-Bernard (1971) — "Modèles Graphiques et Mathématiques en Géographie Humaine: La Transformation des Unités Statistiques Quantitatives en Unités Géographiques Qualitatives". *Revista Geográfica Montreal*. Vol. XXV, n.º 4. pp. 323-358.
83. REES, Philip H. (1971) — "Factorial Ecology: an Extended Definition, Survey and Critique of the Field". *Economic Geography*. Vol. 47, n.º 2 (Suplemento). pp. 220-223.
84. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1974) — *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento — PND (1975-79)*. Brasília. 134 p.
85. ROBALINHO DE BARROS, Frederico (1975) — *Economia Industrial do Novo Estado do Rio de Janeiro*. APEC-IDEG — RJ. 321 p.
86. RODWIN, Lloyd (1971) — "Nouvelles Stratégies de Croissance Urbaine". *Revue Tiers-Monde*. Tome XII, n.º 45. Janvier-Mars. IEDES. France. pp. 73-97.
87. ROFMAN, Alejandro Boris (1977) — *Dependência, Estrutura de Poder Y Formación Regional em América Latina*. Siglo Veintiuno Editores. 262 p.

88. SANTANA, Marina Del-Negro Coque (1976) — "Elaboração de um Modelo de Estrutura Espacial para o Sistema Administrativo do Novo Estado do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 38, n.º 3. pp. 31-92.
89. SANTOS, Milton (1970) — *Dix Essais Sur Les Villes des Pays Sous Développés*. Ed. OPHRYS. Paris. 121 p.
90. ——— (1976) — "Relações Espaço-Temporais no Mundo Subdesenvolvido". *Seleção de Textos n.º 1* — Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Regional de São Paulo. pp. 17-23.
91. ——— (1979) — *O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Livraria Francisco Alves. RJ. 344 p.
92. SCHWARTZMAN, Jacques (1977) — *Economia Regional. Textos Escolhidos*. Convênio CEDEPLAR/CETREDE-MINTER. Belo Horizonte. 480 p.
93. SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano da (1976) — *No Limiar da Industrialização — Estado e Acumulação do Capital, 1919-1937*. Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 188 p. mimeografado.
94. SILVA, H. e BOTELHO, M. E. T. C. (1977) — "Sistema Urbano". *Geografia do Brasil. Região Nordeste*. Vol. 2. Fundação IBGE. RJ. pp. 397-450.
95. SILVANY, Augusto J. (1971) — "Aspects Théoriques de L'Urbanization". *Revue Tiers-Monde*. Tome XII, n.º 45. Janvier-Mars IEDES. France. pp. 99-113.
96. SINGER, Paul (1973) — *Economia Política da Urbanização*. Ed. CEBRAP. Editora Brasileira. SP. Brasil. 152 p.
97. SMOLKA, M. O. e LODDER, C. A. (1973) — "Concentração, Tamanho Urbano e Estrutura Industrial". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 3, n.º 2. pp. 447-468.
98. SOARES, Maria Teresinha de S. (1962) — "Nova Iguaçu: Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro". *Separata da Revista Brasileira de Geografia*. Ano 24, n.º 2. IBGE. 104 p.
99. STEIN, Stanley J. (1961) — *Grandeza e Decadência do Café*. Editora Brasiliense. SP. 372 p.
100. STÖHR, Walter B. (1972) — *El Desarrollo Regional en América Latina. Experiencias y Perspectivas*. Ediciones SIAP. Buenos Aires. 245 p.
101. ——— (1974) — *Interurban Systems and Regional Economic Development. Commission on College Geography. Resource Paper n.º 26*. Association of American Geographers. Washington. D.C. 35 p.
102. SUNKEL, Osvaldo (1971) — *El Subdesarrollo Latinoamericano y La Teoria Del Desarrollo*. Siglo Veintiuno. Ed. Sa México. 385 p.
103. TAVARES, Maria da Conceição (1973) — *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 263 p.
104. TEIXEIRA, Marlene P. V. (1972) — "A Rede Fluminense de Localidades Centrais". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 34, n.º 3. RJ. pp. 172-190.
105. TEIXEIRA, Marlene P. V. (1975) — "Padrões de Ligações e Sistema Urbano: uma Análise Aplicada aos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 37, n.º 3. RJ. pp. 16-35.
106. TOLOSA, Hamilton C. (1972) — "Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: uma visão econômica". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 2, n.º 1. pp. 143-156.
107. ULLMAN, Edward L. (1972) — "Regional Development and the Geography of Concentration". *Regional Development and Planning. A Reader*. John Friedman and William Alonso. Eds. The M.I.T. Press. Cambridge. Massachusetts. pp. 153-172.
108. WILLIAMSON, J. (1977) — "Desigualdade Regional e o Processo de Desenvolvimento Nacional: Descrição dos Padrões". *Economia Regional. Textos Escolhidos*. Org. J. Schwartzman. CEDEPLAR/CETREDE-MINTER. pp. 53-116.
109. WRÓBEL, Andrzej (1974) — "Teorias e Modelos de Desenvolvimento Regional. Um Exame Crítico". *Boletim Geográfico*. Ano 33, n.º 239. pp. 1-16.

SUMMARY

The aim of this study is to discuss the problem of highly concentrated urbanization in the unequally developed spaces of the capitalistic economic system. The object of the study is the urban structure of the State of Rio de Janeiro which is analyzed over time to detect the extent to which it reflects the changes in the kinds of economic and social development in the State. This temporal focus is essential in understanding spatial structure, in that the growth of cities within the spatial system varies in accordance with the historical context.

The study attempts to identify the link between planning objectives and the structural transformations which occurred. Only by identifying trends and understanding social processes can we effectively seek to plan for social objectives.

Several different types of theories are drawn upon in developing the theoretical foundation for understanding the process of development in its spatial context.

Although the principal focus is historical, it is necessary to measure the elements of the urban system — the cities — in order to evaluate their importance and make decisions. This calls for a series of cross-sections to permit comparative analysis of the empirical data essential to the understanding of the process. Factor analysis is used to assist in this analysis when relevant. Three different levels of spatial aggregation are considered in two time periods (1950 and 1970), as the analysis of the State as a whole would hide important structural characteristics.

Thus, the factor analysis is not used as an end in itself, but as a means of interpreting the process of urbanization via historical-structural analysis.

The study shows an ever increasing hegemony of the City of Rio de Janeiro within the urban system of the State. This is the result of the increasing concentration of the process of accumulation within the metropolitan area in this stage of capitalistic expansion in Brazil which has occurred as a result of the planning process, in spite of some changes in the system of cities outside of the City of Rio de Janeiro.

RÉSUMÉ

On discute dans cet étude les problèmes de l'urbanisation concentrée sur des espaces inégalement développés dans un système capitaliste. La structure urbaine de Rio de Janeiro est étudié au point de vue du temps, pour que l'étendue des changements économiques et sociaux du département soit connue. On tient compte l'échelle de l'espace, et aussi de celle du temps, qu'on en trouve essentielle puisque, à chaque conjoncture historique, le rôle des villes subit des transformations relatives au système de l'espace.

On cherche à établir des lien entre les objectifs de cet étude et ceux du programme départemental et à faire ressortir les transformations structurales survenues, quoique seulement pour les identifier. Il est possible alors d'obtenir des éléments servant à un programme de caractère social par l'identification des tendances et des processus sociaux.

L'appui théorique se trouve dans les concepts liés au processus de développement de l'espace. Des différents points de vue sont mis en discussion et quelques uns sont tout à fait utiles pour l'analyse du sujet de l'étude.

La méthode d'analyse employée est la perspective historique. Il faut, cependant, mesurer les éléments du système — les villes — pour qu'on les puisse estimer et prendre des décisions en ce domaine. Ainsi, on utilise l'analyse factorielle à peine comme technique opérationnelle auxiliaire, dont les résultats sont employés exclusivement pour cet étude. On tient compte, en deux moments du temps 1950/1970, de trois niveaux d'analyse, car le département, si l'on considère de façon globale, peut cacher quelques structures, et s'il n'y a pas un niveau d'analyse spécial.

L'analyse factorielle est utilisée comme moyen et son interprétation est due aux éléments d'analyse historic-structurelle. Les relations économiques, sociales, politiques et idéologiques du processus de formation du système urbain sont tenues comme produits des processus sociaux qui ont lieu au courant de l'histoire du développement économique brésilien et de ses manifestations dans les distorsions de l'espace.

L'étude fait ressortir l'hégémonie de la ville de Rio de Janeiro dans les système urbain du département. On peut conclure à ce moment la que, pendant la période de la mise en pratique du programme, la concentration du processus d'entassement à la métropole continue d'exister, malgré les changements survenus dans le réseau de villes du département.